

Tesouros numismáticos baixo-imperiais de contextos domésticos de *Bracara Augusta*.

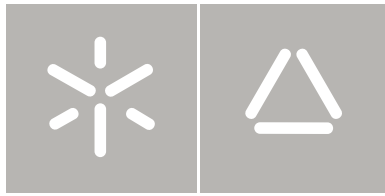


Tesouros numismáticos baixo-imperiais de contextos domésticos de *Bracara Augusta*.

Diego Santos Ferreira Machado

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





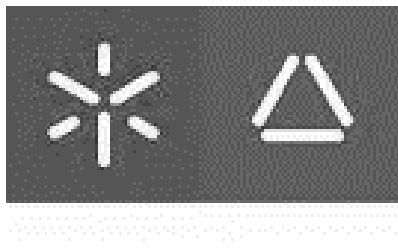
Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diego Santos Ferreira Machado

Tesouros numismáticos baixo-imperiais de contextos domésticos de *Bracara Augusta*.

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins
e do
Doutor Jorge Manuel Pinto Ribeiro



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Diego Santos Ferreira Machado

**Tesouros numismáticos baixo-imperiais de
contextos domésticos de *Bracara Augusta***

Tese de Mestrado
Arqueologia

Trabalho efectuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

e do

Doutor Jorge Manuel Pinto Ribeiro

DECLARAÇÃO

Nome: Diego Santos Ferreira Machado

Endereço eletrónico: diegosfmachado@gmail.com

Telefone: 920 116 549

Número do Bilhete de Identidade: 31627639

Título da Tese de Mestrado:

Tesouros numismáticos baixo-imperiais de contextos domésticos de *Bracara Augusta*

Orientadores:

Professora Doutora Maria Manuela dos Reis Martins

Doutor Jorge Manuel Pinto Ribeiro

Ano de conclusão: 2017

Ramo do Conhecimento do Mestrado:

Arqueologia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho, ____ / ____ /2017

Assinatura: _____

Agradecimentos

Terminado este trabalho cabe-me agradecer a todos aqueles que foram imprescindíveis para conduzir esta tarefa a bom porto. De fato, seria impensável o desenvolvimento deste projeto sem o apoio e a motivação de pessoas sempre tão queridas, fruto diário de inspiração, alegria e companheirismo.

Nesse sentido, as primeiras palavras são dirigidas à Professora Manuela Martins, orientadora científica deste trabalho, cujo vigor e dedicação à Arqueologia e à vida inspiraram-me, desde o primeiro contacto, em 2011, a seguir o caminho do trabalho e da investigação sobre *Bracara Augusta*.

Ao Doutor Jorge Ribeiro, co-orientador científico deste trabalho, agradeço pelas ternas palavras de incentivo em seguir os estudos com os materiais, trabalho árduo, cansativo, mas imensamente gratificante.

Ao Professor José Meireles agradeço os conselhos, a alegria de viver, os conhecimentos e a vontade em aprender e transmitir saberes.

À Professora Maria do Carmo Ribeiro agradeço a disponibilidade e o apoio que sempre me facultou.

Ao Professor Luís Fontes agradeço pela inspiração e pelo cuidado que sempre transmite e incute naqueles que o cercam, tanto a nível pessoal como científico.

À Dra. Fernanda Magalhães agradeço de sobremaneira pela disponibilidade que sempre me dedicou, pelos conselhos e apoios com que nunca me faltou e pelo companheirismo e confiança que muito me engrandecem.

À Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição que me acolheu e permitiu que eu desenvolvesse o meu trabalho e enriqueceu a minha aprendizagem, o meu muito obrigado. Dentre os seus membros, gostaria de dirigir algumas palavras às pessoas com quem tive maior afinidade e que impulsionaram-me de sobremaneira a sempre continuar. À Eng.^a Natália Botica agradeço pela disposição em sempre ajudar e pelo incentivo que sempre prestou. Ao Dr. Francisco Andrade agradeço pelos inestimáveis aprendizados e pela constante inspiração em sempre buscar mais e melhor. Ao Dr. Paulo Bernardes pela sempre boa disposição em ajudar e propor soluções. À Dra. Guilhermina Bonjardim agradeço a simpatia e a presteza diárias. Ao Eurico Machado agradeço pela amizade, pelos valiosos conselhos e pelas

divertidas risadas. À Clara Rodrigues agradeço pela disponibilidade e bom humor que sempre demonstrou em ajudar.

À Clínica de Conservação e Restauro da Universidade Portucalense, nas pessoas da Doutora Isabel Freitas e Dr. Nuno Farinhote, agradeço pela oportunidade de realizar uma valiosa formação sobre limpeza, conservação e consolidação de moedas.

Ao Dr. Armadino Cunha agradeço pelas palavras de incentivo que sempre me foram facultadas.

Agradeço também o apoio e a confiança de alguns amigos que fiz ao longo do mestrado, dos quais sublinho: Alexandra Esteves, Diana Rocha, Lara Fernandes, Catarina Castro, Rebeca Blanco-Rotea, Francisco Rios e Silvia Maciel. Um agradecimento também aos alunos da UMinho com quem partilhei bons momentos nos estágios de campo e em algumas unidades curriculares. Bem como aos brasileiros que conheci em Portugal, dos quais evidencio Felipe Moraes, Ana Flávia, Camila Severo, e Mateus Dellarmelin.

Aproveito também para agradecer aos amigos que fiz antes da vinda para Portugal, os quais, seguindo as palavras da eterna musa, “mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim”.

Por fim, mas de maneira alguma menos importante, deixo uma palavra de profundo agradecimento a minha família. Sem dúvida foram e são fundamentais em tudo que fiz, faço e farei. Em vós, encontro o chão que me ampara e o sustento de minha respiração. Avô Armando, irmão Rodrigo, primos e primas, o meu muito obrigado.

*A meus pais,
Rosinda e Carlos,
bem como a meus tios e tias,
Paulo Roberto, Alex Sandro (in memoriam),
Maria de Lourdes e Sandra Mara.*

Resumo

A economia das cidades romanas possuía uma estreita relação com a massa e a circulação monetária, com indiscutível impacto social, pois conheciam períodos de aceleração e estagnação, que deixam vestígios na quantidade de moedas em circulação, a qual pode ser avaliada com base nos tesouros monetários ou nos numismas soltos que se encontram nas escavações realizadas em meio urbano.

No caso de *Bracara Augusta*, possuímos já alguns importantes indicadores que apontam para um constante crescimento da massa monetária ao longo de todo o período romano, em conformidade com o que se conhece do desenvolvimento económico da cidade. Menos conhecido será, porventura, o contexto económico baixo imperial, razão que justifica este trabalho, centrado nos resultados do estudo dos tesouros monetários deste período, identificados em contextos domésticos. Com efeito, conhecem-se até ao momento seis tesouros descobertos em habitações com ocupação baixo-imperial e tardo antiga. Deles faremos um breve enquadramento para nos centrarmos na análise aprofundada das moedas de dois desses ocultamentos procedentes da zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e da chamada 'Casa da Bica', situada no limite nordeste da área vedada da Colina da Cidade, junto ao teatro romano de Braga.

Tendo por base o estudo exaustivo dos dois tesouros procurámos identificar os períodos de maior e menor fluxo monetário e proceder à sua caracterização, pretendendo-se identificar os centros emissores representados, a partir dos quais foi possível perceber quais as regiões do Império que tiveram maior relevo no abastecimento monetário da cidade baixo imperial.

Abstract

The economy of the roman cities suggests an intimate relation with the mass and the monetary circulation, with clear social impact, presented by periods of acceleration and stagnation that leave traces in the quantity of currencies in circulation, which can be evaluated by the monetary treasures or the loose coins found in excavations carried out in urban areas.

In the case of *Bracara Augusta*, we already have some important indicators that point to a constant growth of the monetary mass throughout the roman period, in accordance with the available data about the economic development of the city. Lesser known, perhaps, is the late imperial economic context, which justifies this work, centered on the study of the monetary treasures of this period, identified in domestic contexts. Indeed, until now we know six treasures discovered in late imperial and late antiquity occupations. On these we will make a brief framework to focus on the analysis of the coins of two occultations which were identified on the archaeological zones of the Seminary of St. Peter and St. Paul/Seminary of St. James and the so-called 'Casa da Bica', located at the closed area of Colina da Cividade, next to the Roman theater of Braga.

Based on the exhaustive study of the two treasures, we sought to identify the periods of greatest and smallest money flow and proceed to their characterization, aiming to identify the emitting centers represented, from which it was possible to perceive which regions of the Empire that had major relief in the late imperial city's money supply.

*Outrora eu era daqui, e hoje regresso estrangeiro,
Forasteiro do que vejo e ouço, velho de mim.
Já vi tudo, ainda o que nunca vi, nem o que nunca verei.
Eu reinei no que nunca fui.*

- Fernando Pessoa

Índice

Agradecimentos	iii
Dedicatória	v
Resumo	vii
Abstract	viii
Epígrafe	ix
Índice	xi
Lista de figuras	xiii
Lista de apêndices	xvii

Introdução	3
-------------------	----------

Parte I – Enquadramento e metodologia

1. <i>Bracara Augusta</i>: o longo ciclo evolutivo da fundação à Antiguidade Tardia	9
1.1. A fundação e a evolução da cidade: construção e sociedade	10
1.2. A economia urbana: as importações e a produção local	18
1.3. As moedas como fonte de estudo da economia: a circulação monetária	21
2. Objetivos	25
3. Metodologia de análise	27

Parte II – Os contextos de ocultamento monetário de *Bracara Augusta*

1. Introdução	35
2. Os contextos arqueológicos dos tesouros monetários	36
2.1. A zona arqueológica das Carvalheiras	36
2.1.1. <i>Enquadramento arqueológico</i>	36
2.1.2. <i>O tesouro monetário</i>	40
2.2. A zona arqueológica da ‘Casa da Bica’	41
2.2.1. <i>Enquadramento arqueológico</i>	41
2.2.2. <i>O tesouro monetário</i>	44
2.3. A zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo	47
2.3.1. <i>Enquadramento arqueológico</i>	47
2.3.2. <i>O tesouro monetário</i>	50
2.4. A zona arqueológica da Rua D. Afonso Henriques nº 86	51
2.4.1. <i>Enquadramento arqueológico</i>	51
2.4.2. <i>O tesouro monetário</i>	51
2.5. A zona arqueológica da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade	56
2.5.1. <i>Enquadramento arqueológico</i>	56
2.5.2. <i>O tesouro monetário</i>	59

Parte III – Os tesouros e o seu contributo para a circulação monetária

1. Introdução	63
2. Tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo	64
2.1. Distribuição cronológica	65
2.2. Distribuição geográfica	69
2.3. Análises geocronológicas	72
2.4. Análises metrológicas	74

3. Tesouro monetário da ‘Casa da Bica’	76
3.1. Distribuição cronológica	76
3.2. Distribuição geográfica	79
3.3. Análises geocronológicas	82
3.4. Análises metrológicas	84
4. Análise comparada dos dois tesouros	86
Considerações finais	95
Bibliografia	103
Apêndices	

Lista de Figuras

Figura 1 - Rede simplificada das vias romanas na Hispânia, com particular atenção às ligações a *Bracara Augusta*.

Figura 2 - Restituição do traçado ortogonal retangular alto imperial de *Bracara Augusta* com a localização das vias e das necrópoles a elas associadas.

Figura 3 - Planta da cidade de *Bracara Augusta* no Alto Império com a localização das necrópoles.

Figura 4 - Planta da cidade de *Bracara Augusta* no Baixo-império com a localização do forum, das necrópoles e das oficinas de produção de cerâmica e vidro.

Figura 5 - Exemplo de moeda individualizada (à esquerda) e grelhas para a individualização do material numismático.

Figura 6 - Limpeza de uma moeda à lupa binocular e aplicação de benzotriazol.

Figura 7 - Formulário de moedas da base de dados da Unidade de Arqueologia.

Figura 8 - Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA das Carvalheiras.

Figura 9 - 1) Proposta de interpretação da *domus* na fase I. A: *atrium*, C: *cubiculum*, Cu: *culina*, E: *exedra*, F: *fauces*, La: *latrina*, P: *peristylum*, T: *taberna*, Ta: *tablinum*, Tr: *triclinium*. 2) Restituição 3D da *domus* das Carvalheiras na fase I. 3) Planta interpretada da *domus* das Carvalheiras na fase II.

Figura 10 - Identificação e exumação do tesouro da *domus* das Carvalheiras, à esquerda; pormenor da área norte da *domus* das Carvalheiras, à direita.

Figura 11 - Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA do Teatro Romano de *Bracara Augusta*.

Figura 12 - Ortofoto com a localização das Termas, do Teatro e da 'Casa da Bica'.

Figura 13 - Planta do teatro com a localização das unidades construídas do Baixo-império.

Figura 14 - Identificação do tesouro da 'Casa da Bica'.

Figura 15 - Pormenor da planta final da 'Casa da Bica' e restituição da planta do edifício segundo Manuela Martins.

Figura 16 - Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 17 - Pormenor do peristilo e do mosaico do tanque da *domus* do Seminário de Santiago.

Figura 18 - Pormenor da planta final interpretada da intervenção de 2016 do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 19 - Pormenor do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 20 - Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA da Rua D. Afonso Henriques n° 86.

Figura 21 - Representação da talha de barro em que foi ocultado o tesouro da Rua D. Afonso Henriques n° 86.

Figura 22 - Pormenor das moedas do tesouro da Rua D. Afonso Henriques n° 86.

Figura 23 - Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade.

Figura 24 - Perspetiva geral das ruínas da antiga fábrica do Cardoso da Saudade.

Figura 25 - Pormenor das ruínas da antiga fábrica do Cardoso da Saudade.

Figura 26 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por dinastias.

Figura 27 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por entidade emissora da dinastia constantiniana.

Figura 28 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por entidade emissora da dinastia valentiniana.

Figura 29 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por entidade emissora da dinastia teodosiana.

Figura 30 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por fases da circulação monetária.

Figura 31 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por casa de cunhagem.

Figura 32 - Gráfico com a distribuição pelas casas de cunhagem do Império Romano do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 33 - Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem ocidentais do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 34 - Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem orientais do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 35 - Gráfico com a localização das casas de cunhagem por dinastias do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 36 - Gráfico com a localização das casas de cunhagem por fases de circulação monetária do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago.

Figura 37 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por valor nominal.

Figura 38 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por valor nominal entre as dinastias.

Figura 39 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por valor nominal entre as fases de circulação monetário.

Figura 40 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por dinastias.

Figura 41 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por entidade emissora da dinastia constantiniana.

Figura 42 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por entidade emissora da dinastia valentiniana.

Figura 43 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por entidade emissora da dinastia teodosiana.

Figura 44 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por fases da circulação monetária.

Figura 45 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por casa de cunhagem.

Figura 46 - Gráfico com a distribuição pelas casas de cunhagem do Império Romano do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Figura 47 - Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem ocidentais do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Figura 48 - Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem orientais do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Figura 49 - Gráfico com a localização das casas de cunhagem por dinastias do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Figura 50 - Gráfico com a localização das casas de cunhagem por fases de circulação monetária do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Figura 51 - Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por valor nominal.

Figura 52 - Gráfico com a localização das casas de cunhagem por dinastias do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Figura 53 - Gráfico com a localização das casas de cunhagem por fases de circulação monetária do tesouro monetário da 'Casa da Bica'.

Lista de apêndices

Apêndice 1 – Catálogo das moedas do tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago

Apêndice 2 – Catálogo das moedas do tesouro da ‘Casa da Bica’

Introdução

O objeto do presente estudo centra-se nos tesouros numismáticos encontrados em contextos domésticos baixo-imperiais de *Bracara Augusta*, tendo por base os resultados das intervenções onde foram encontrados esses ocultamentos monetários ao longo dos últimos quarenta anos, no âmbito da arqueologia urbana de Braga.

Os critérios utilizados para a seleção dos tesouros, que serão objeto de estudo aprofundado na parte III deste trabalho, foram determinados por dois fatores: a sua cronologia e o local onde foram encontrados. As moedas estudadas pertencem a conjuntos monetários datados do Baixo Império, momento em que se verificam grandes modificações na cidade de *Bracara Augusta*, muito bem demarcadas na atividade construtiva, com a construção de uma muralha e com a reforma de diversos espaços públicos, como as termas, ou privados, como casas, bem como com o início do abandono dos edifícios de espetáculos, observado no teatro, o qual conhecerá um processo de reaproveitamento de alguns espaços para atividades artesanais e domésticas a partir do século V (Martins, 2005: 46-60; Magalhães, 2013: 18-19; Martins, 2014: 163; Martins *et al.*, 2015: 17-22; Martins *et al.*, 2016: 47-50). Essa profunda atividade construtiva foi acompanhada por um momento de alta da massa monetária, causado por um crescimento da circulação monetária (Zabaleta Estévez, 1999: 82-83), circunstâncias que privilegiam o ocultamento do excedente do numerário.

Neste contexto, interessou-nos compreender os ocultamentos numismáticos como um processo complexo, determinado pelo crescimento no fluxo e na massa monetária e, provavelmente, resultantes de grandes negócios realizados por indivíduos que optaram pelo

resguardo do excedente de moedas ao selá-las em espaços secretos dentro de suas casas com a intenção de obtê-las posteriormente. Procuramos, portanto, analisar os tesouros em direta relação com os contextos construtivos e estratigráficos a eles associados, a fim de obter uma melhor compreensão das motivações que presidiram a essa prática de entesouramento monetário.

Para o efeito foram analisados os dados arqueológicos associados a seis ocultamentos numismáticos, encontrados em cinco zonas arqueológicas de Braga, todas elas articuladas com contextos domésticos. Destes, procedeu-se à limpeza e ao estudo das moedas de dois tesouros, a fim de fornecer dados sobre a circulação monetária desta cidade romana no Baixo Império. Tendo por base os dados fornecidos por esse estudo mais detalhado procuramos evidenciar alguns dos traços mais marcantes da circulação monetária que terá caracterizado a cidade romana de Braga a partir de finais do século III.

Este trabalho está estruturado em três partes distintas, ao longo das quais procuraremos situar a problemática e os objetivos, analisar os dados, descrever os resultados obtidos e interpretá-los em face dos conhecimentos disponíveis sobre o tema. É ainda nele contemplado um apêndice gráfico que melhor demonstra as análises desenvolvidas, bem como catálogos com as moedas dos tesouros estudados.

Desta forma, na primeira parte, reservada ao enquadramento e metodologia, apresentamos uma breve resenha histórica sobre a evolução do contexto urbano de *Bracara Augusta*, para, em seguida, centrar-mo-nos nos aspetos económicos e sociais da cidade, à luz dos dados conhecidos e dos estudos já desenvolvidos sobre a circulação monetária. Ainda nesta parte do trabalho abordaremos os objetivos definidos e as metodologias que foram seguidas para a análise dos dados.

Na segunda parte, prosseguimos com a apresentação dos contextos conhecidos onde foram identificados os seis tesouros numismáticos selecionados para este trabalho, procedendo-se à restituição das sequências estratigráficas a eles associadas. Procuramos, neste ponto da dissertação, estabelecer duas perspetivas sobre a documentação estudada: a primeira, mais geral, mapeará os ocultamentos monetários de contextos domésticos de *Bracara Augusta*, enquanto a segunda buscará comparar a estratigrafia associada a esses conjuntos numismáticos.

Finalmente, na terceira parte da dissertação procederemos à classificação das moedas de dois tesouros particulares, escolhidos pela sua cronologia e volume de numerário, a fim de esboçarmos uma avaliação da circulação monetária de *Bracara Augusta* no Baixo Império.

Terminámos este trabalho com o balanço dos dados obtidos e analisados, enunciando-se, assim, as principais conclusões sobre os entesouramentos e a circulação monetária no período baixo imperial da cidade romana.

Parte I

Enquadramento e metodologia

1 *Bracara Augusta*: o longo ciclo evolutivo da fundação à Antiguidade Tardia

A cidade romana de *Bracara Augusta* afigura-se como o *locus* fundamental do trabalho que aqui se apresenta. De fato, apesar da investigação sobre a circulação monetária no Império Romano requerer uma abordagem ampla sobre a produção, a circulação e o valor das moedas cunhadas por Roma, esta materializa-se, também, pelos numismas encontrados em intervenções arqueológicas, os quais permitem-nos aceder a padrões e fases de fluxos económicos locais.

A relação entre as cidades provinciais e o Império estabelece-se de forma complexa e é palco de inúmeros estudos, no âmbito da economia, temática que tem conhecido uma boa dinâmica nas últimas décadas, sobretudo no âmbito do mundo académico anglo-saxónico. Sendo certo que o tema da economia romana é muito abrangente e impossível de avaliar no âmbito deste trabalho, interessa-nos particularmente os aspetos económicos que se relacionam com a circulação monetária, entendendo que ela pode contribuir para a compreensão da economia de *Bracara Augusta*.

As decisões tomadas por Roma no que tange ao valor das moedas e aos preços dos produtos, materiais, salários e serviços, bem como à produção ou não de moedas, incidem de maneira decisiva sobre as demais cidades e economias do Império, contudo de maneira particular e distinta em cada uma delas, ainda que haja semelhanças em determinadas regiões. As diferentes realidades dentro do vasto Império, apresentadas ao nível geográfico, religioso, político, social e económico, precisam de ser analisadas e estudadas nas suas particularidades, num dado tempo e espaço para avaliar as especificidades das regiões e das cidades (Gaia, 2010: 95-97).

Desta feita, no que respeita ao recorte temporal estabelecido para o nosso trabalho privilegiamos o Baixo-império, e dentro dele a análise dos tesouros monetários, encontrados em

contexto arqueológico habitacional na cidade romana. Ademais, os ocultamentos referenciados ao período alto imperial foram já objeto de estudo no âmbito de uma tese de doutoramento (Centeno, 1987), pelo que pensamos que o presente trabalho pode contribuir para preencher uma lacuna na investigação da circulação monetária a partir de finais do século III.

A fim de contextualizarmos a nossa investigação apresentaremos, de seguida, um breve balanço dos conhecimentos disponíveis sobre o desenvolvimento de *Bracara Augusta*, com especial ênfase aos aspetos económicos e sociais que têm sido inferidos dos dados arqueológicos disponibilizados pelas escavações realizadas nas últimas quatro décadas. Esse enquadramento permitirá contextualizar melhor os objetivos que nos propusemos atingir com esta investigação e enunciar a metodologia que a comporá.

1.1 A fundação e a evolução da cidade: construção e sociedade

“[...] *coloniae quasi effigies paruae simulacraque esse quaedam uidentur*[...]”

A. Gellius, Noctes Atticae, 16.13.9

O noroeste da península ibérica, mais concretamente a sua região meridional, entre Minho e Douro, no centro da qual foi fundada a cidade romana de *Bracara Augusta*, em fins do século I a.C., teve a sua primeira relação direta com os romanos durante a campanha desenvolvida pelo cônsul *Decimus Iunius Brutus* em 138-136 a.C.. Deste primeiro confronto, decorreu o início do processo de pacificação desta região, bem como o desenvolvimento de uma estrutura de povoamento mais complexa e hierarquizada que dá expressão à emergência de grandes povoados, os quais funcionavam como lugares centrais, identificando-se como verdadeiros *oppida* que controlavam outros povoados mais pequenos (Carvalho, 2008: 77-81; Martins, 2009: 183-185; Martins e Carvalho, 2016: 220-222).

Todavia, a efetiva conquista do noroeste peninsular acontece ao fim das guerras cantábricas, travadas sob o mando de Augusto, por volta de 19 a.C. Neste momento, três cidades são fundadas e inserem-se na reorganização administrativa da província *Hispania Tarraconensis* como capitais de *conventus*: *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti* (Ribeiro, 2013: 19-20).

Bracara Augusta terá sido fundada *ex novo* entre 16/13 a.C., data que é apontada para a segunda estadia de Augusto no ocidente (Martins *et al.*, 2012: 31). Dela, saíam seis eixos viários que faziam a ligação entre a capital do *conuentus bracaraugustanus* com as demais cidades e regiões da península: as vias XVI, *ad Olisipo*, XVII, *ad Asturica Augusta* por *Aquae Flaviae*, XVIII, *ad Asturica Augusta* pela Portela do rio Homem, XIX, *ad Asturica Augusta* por *Lucus Augusti*, mencionadas no Itinerário Antonino, bem como pela via XX, *ad Asturica Augusta per loca* marítima e pela ligação de *Bracara Augusta* e *Augusta Emerita* via *Tongobriga* (Carvalho, 2008: 194-200).

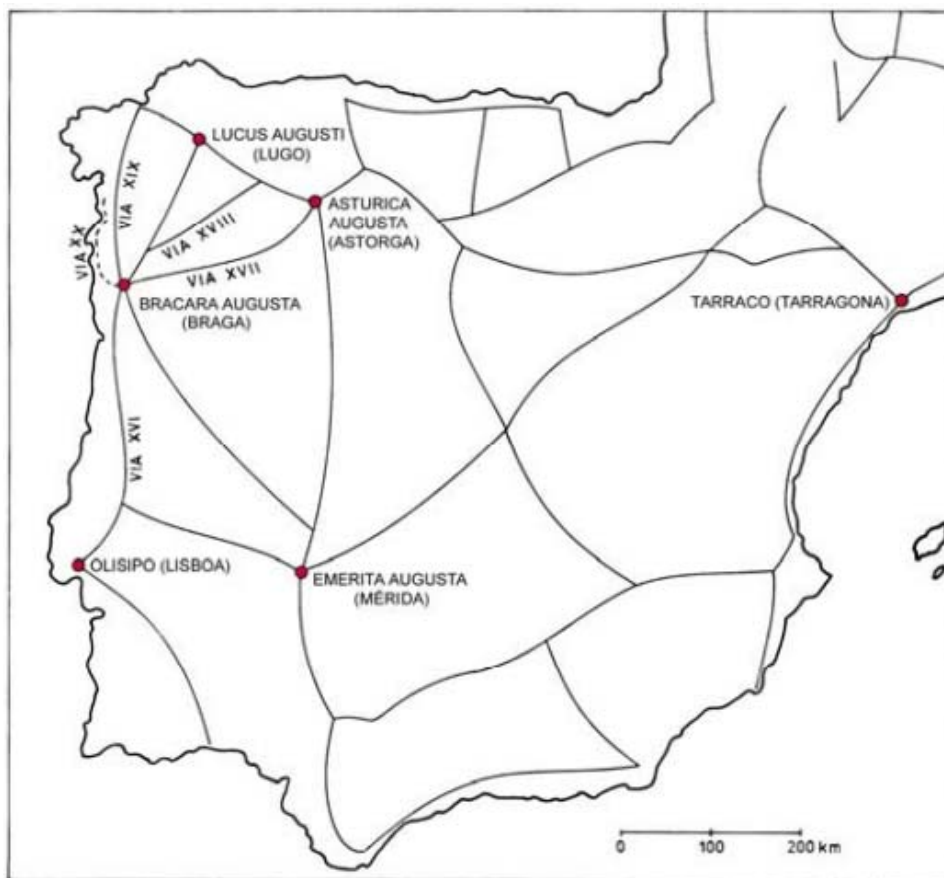


Figura 1. Rede simplificada das vias romanas na Hispânia, com particular atenção às ligações a *Bracara Augusta* (Morais, 2005: 66)

As vias que saíam da cidade garantiam uma privilegiada comunicação entre esta capital de *couentus* e os demais cidades do NO, bem como com cidades do sul peninsular e destas para todo o território ibérico. Esta intrincada rede viária assegurava, também, o comércio por via terrestre de e para *Bracara Augusta* (Morais, 2004: 109-114).

No período alto imperial, nos séculos I-II., a cidade se desenvolveu de acordo com o traçado urbano ortogonal fundacional que formalizou uma cidade retangular com orientação E/NE-O/SO e uma área de cerca de 30ha (Martins *et al.*, 2013: 82), restituído através dos estudos realizados a partir das informações provenientes de dezenas de escavações realizadas em Braga ao longo das últimas décadas (Martins *et al.*, 2012: 39).

Fora da área consagrada da cidade, o *pomoerium*, ao longo das já referidas vias, foi possível identificar vastos espaços de enterramento, pois as leis romanas determinavam que os sepultamentos e cremações fossem realizados fora da cidade. As margens das vias tornaram-se, desta forma, locais propícios às práticas funerárias, o que aconteceu em *Bracara Augusta* (Braga, 2015: 124-126).

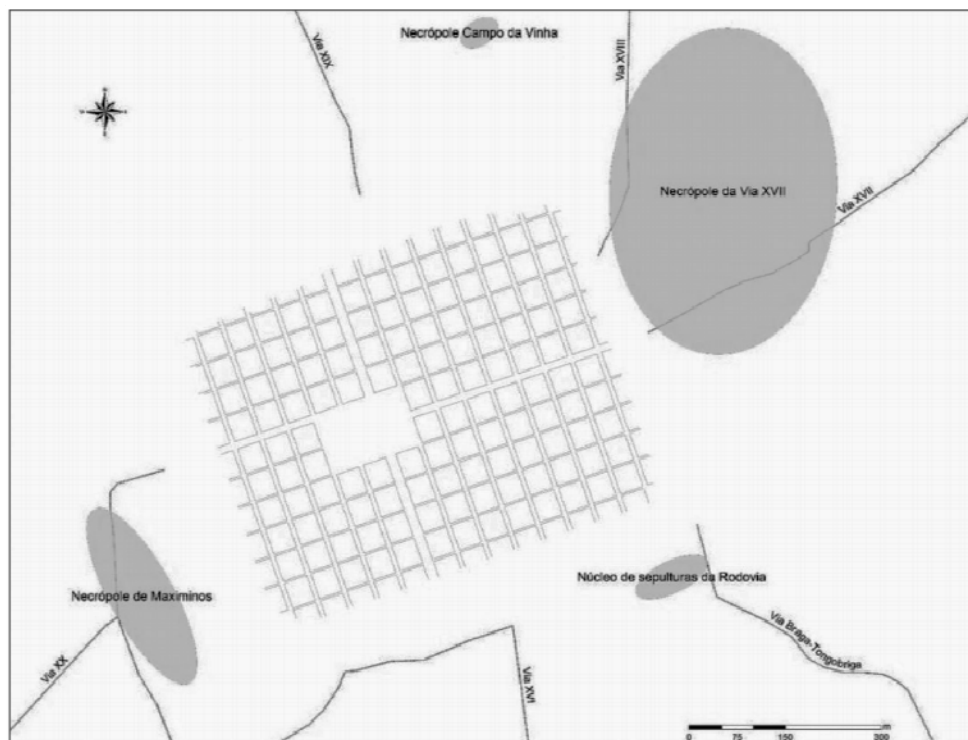


Figura 2. Restituição do traçado ortogonal retangular alto imperial de *Bracara Augusta* com a localização das vias e das necrópoles a elas associadas (Braga, 2015: 128)

Ao longo dos primeiros dois séculos da nossa era a cidade desenvolveu-se e cresceu para a periferia, tendo atingido a sua máxima extensão no século II. Em meados do século I e durante a dinastia flaviana, a cidade foi palco de um intenso processo de construção de grandes casas, mas também de alguns edifícios públicos, certamente associados ao *forum* administrativo

e religioso, sendo de destacar a construção de um possível *horreum* na área a poente daquele espaço público e de um possível *macellum*, a nordeste, na área onde se situa hoje a Sé catedral (Fontes *et al.*, 1997-98: 140-142; Martins, 2005: 10-18; Ribeiro, 2013: 298-300; Martins e Silva, 2015: 428).

Até agora as habitações identificadas em *Bracara Augusta* pertencem a um único tipo. Na verdade, apenas se conhecem as típicas *domus* romanas que constituíam as residências das elites bracaraugustanas. Tratam-se de construções que ocuparam a totalidade de quarteirões da cidade, com dimensões de 1 *actus*, e que exibiam ricas decorações, recorrendo, sobretudo, aos mosaicos, ainda que mal conservados (Magalhães, 2015: 71-75).

Dentre os tipos de *domus* identificadas, destaca-se aquela individualizada na zona arqueológica das Carvalheiras, a única escavada na totalidade e que representa um modelo de casa de átrio e peristilo, enquanto as demais habitações de *Bracara Augusta* possuem apenas peristilos reconhecidos (Magalhães, 2010: 115-118).

Sobre o possível *macellum* acredita-se que ele esteve localizado onde hoje se situa a Sé Catedral de Braga devido a dois motivos: a planta restituída aquando das escavações lá realizadas entre 1996 e 1998 e uma epígrafe, hoje perdida, encontrada no local, dedicada ao *genius Macelli* (Fontes *et al.*, 1997-98: 145).

Os dados sobre o *forum* de *Bracara Augusta* são também muito escassos. De fato, a principal documentação que retrata o lugar onde este se localizava é o chamado Mapa de Braunio, uma produção cartográfica datada de 1594, que o remete às proximidades do atual Largo Paulo Orósio, este ainda não escavado (Ribeiro, 2008: 224). Contudo, algumas intervenções realizadas nas proximidades do referido Largo, com destaque para aquela empreendida na zona arqueológica do Ex-Albergue Distrital, com a identificação de um troço da cloaca que corria sob o *cardo máximo*, datada do período julio-claudiano, bem como a recolha de grandes e robustos elementos arquitetónicos romanos na zona do atual quartel dos Bombeiros Voluntários, reforçam a sugestão de que ali esteve localizado o *forum romanum* de *Bracara Augusta* (Ribeiro, 2010: 23-24).

Do *horreum* identificado na Colina do Alto da Cividade, junto ao *forum*, também temos poucos dados. Todavia, isto não se deve à impossibilidade de escavar o local, mas sim pela construção nos inícios do século II de um teatro e de umas termas sob este edifício, o que levou ao arrasamento de boa parte das suas estruturas. De qualquer das formas, foi possível restituir

uma proposta de planta do edifício, a qual apresentava uma forma quadrada com cerca de 150 pés de lado (43,5m), estruturado em quatro corpos em torno de um espaço central aberto. Foi ainda identificado um conjunto de muros e de arcos em tijoleira, alguns ainda parcialmente representados sob a *cauea* do teatro, que sugerem galerias subterrâneas (Martins *et al.*, 2012: 42). No início do século II este edifício pré-termal foi arrasado para a construção de dois grandes equipamentos públicos: as termas romanas do Alto da Cividade e o teatro romano. As termas já foram largamente estudadas (Martins, 2005) e sua planta foi restituída com grande segurança, correspondendo a um edifício com cerca de 130 pés de comprimentos (37,7m) por 40 pés de largura (11,6m), com um corpo de 20 pés (5,8m) avançado para ponte, que cobria cerca de 1/3 da área do *horreum* que ali existia, enquanto o restante espaço ficou reservado para uma ampla *palaestra* (Martins *et al.*, 2011: 5).

O teatro, situado a norte das termas, embora não totalmente escavado, tem sua planta restituída graças à característica simetria que esses edifícios de espetáculo possuem. Desta forma, trata-se de um exemplo canónico de teatro latino, construído na vertente poente da Colina da Cividade e rematando a plataforma onde se situava o *forum*, separado das termas por uma rua que vence o desnível do terreno. Com planta semicircular, possui um diâmetro máximo 245 pés (72,63m) e assentou na vertente, ora na rocha escavada, ora em substruções anteriores, sobretudo na área da *cauea* (Martins *et al.*, 2013: 43; Martins *et al.*, 2015a: 322-323).

Dentre os edifícios de espetáculo, *Bracara Augusta* possuía, também, um anfiteatro. Todavia, não foram, até o momento, encontrados quaisquer dados arqueológicos acerca desta construção. A informação disponível que permite supor, ou mesmo afirmar, a sua existência reside em testemunhos de eruditos bracarenses que, nos séculos XVII e XVIII, relataram a sobrevivência de estruturas de um poderoso edificado, assinalado como o anfiteatro romano (Martins *et al.*, 2012: 49).

Nos contextos domésticos observamos um programa de remodelação dos compartimentos que, de maneira mais ou menos geral, afetaria todas as casas já identificadas. Na *domus* das Carvalheiras é construído um balneário na zona noroeste do quarteirão (Martins, 1997-98: 27-28; Magalhães, 2010: 38), enquanto na casa da zona arqueológica Rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/Rua Santo António das Travessas n.ºs 20-26 observamos a completa destruição da habitação para a implantação de um grande edifício público termal (Leite *et al.*, 2008: 24-25; Magalhães, 2010: 61; Martins, 2015: 19-22).

O período alto imperial em *Bracara Augusta* é caracterizado pela fundação e estruturação da cidade e pela construção das infraestruturas, edifícios públicos e grandes habitações. Nos primeiros dois séculos, a cidade é dotada de um aparato arquitetónico que entoa hábitos políticos e culturais romanos, dentre os quais destacamos o *forum*, o teatro e as termas. Em particular, as práticas de banhos coletivos generalizam-se no segundo século, quando são construídas termas públicas, como as do Alto da Cidade e as da Rua D. Afonso Henriques, e privadas, esta última apenas representada até ao momento pelo *balneum* das Carvalheiras (Martins, 2015: 28).



Figura 3. Planta da cidade de *Bracara Augusta* no Alto Império com a localização das necrópoles (N) (Martins *et al.*, 2012: 39)

No século III, *Bracara Augusta* foi elevada à capital da província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano, o que impulsionou novas construções e remodelações na cidade (Martins *et al.*, 2012: 57). Nesse momento, a cidade foi cercada por um perímetro amuralhado que abarcou, para além da área planificada fundacional, as zonas artesanais que se dispunham a sul e sudeste, bem como outras construções localizadas a norte, perfazendo uma área de 48ha (Martins, 2014: 163). Os limites da muralha foram detetados arqueologicamente numa série de intervenções, como na Quinta do Fujacal (1982-83; 1993-98), na Zona do Hospital (1995), na

Rua dos Bombeiros Voluntários (1997), nas imediações da Sé Catedral de Braga (1997-98), na Rua D. Paio Mendes (1998) e na Rua Frei Caetano Brandão (Lemos *et al.*, 2002: 615-621), o que permitiu a restituição do seu traçado (Lemos *et al.*, 2002: 615; Martins *et al.*, 2012:56).

Por outro lado, no século IV assistimos ao início do processo de desafetação do teatro, tendo as suas estruturas sido gradativamente, reutilizadas para, pelo menos, duas funções até agora reconhecidas. A área norte do *parascaenium* foi remodelada e nela foi implantada uma unidade habitacional, enquanto o muro perimetral, na plataforma superior, foi reutilizado em duas áreas, numa das quais foi instalada uma zona habitacional e artesanal bem marcada pela identificação de um forno num dos edifícios descobertos (Martins *et al.*, 2015: 17-22; Martins *et al.*, 2016: 47-50).

No que diz respeito aos contextos domésticos, sabe-se que nos finais do século III e inícios do século IV temos novamente um importante momento construtivo nas habitações bracaraugustanas. A *domus* das Cavalariças passa por um profundo processo de remodelação e monumentalização, o qual atuou sobre a construção de um ninfeu e alterações no *triclinium* (Silva e Martins, 2015: 434-436). Outras reformas realizadas noutras *domus* testemunham a generalização dos banhos privados e a implantação de programas decorativos que testemunham a riqueza das elites da cidade. (Martins *et al.*, 2016: 41).

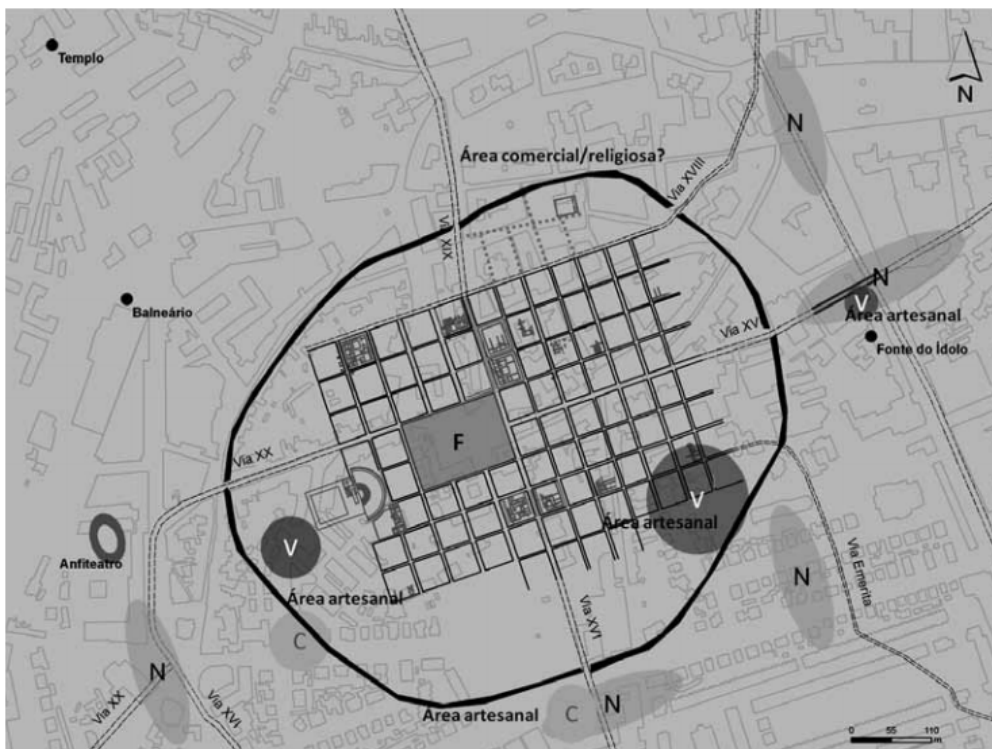


Figura 4. Planta da cidade de *Bracara Augusta* no Baixo-império com a localização do *forum* (F), das necrópoles (N) e das oficinas de produção de cerâmica (C) e vidro (V) (Martins *et al.*, 2012: 56)

A mudança na cidade determinada pelo fim do Império Romano do Ocidente, que deslocou o centro da vida pública do *forum* para a basílica paleocristã, resultou, a partir do século V, na reestruturação do espaço urbano, que se concentrou no quadrante nordeste da antiga cidade romana. Com isto, os edifícios e espaços públicos foram sendo progressivamente abandonados, como o teatro e muito provavelmente o *forum*, enquanto outras estruturas espalhadas pelo território tornaram-se pequenos centros sociais, religiosos e políticos, convertendo-se em mosteiros, conventos, igrejas e basílicas (Martins *et al.*, 2010: 256-257).

A cidade de *Bracara Augusta* conheceu, portanto, um rico período de desenvolvimento ao longo do Baixo-império, em conformidade com o crescimento que já havia sido observado ao longo do período alto imperial. De fato, vemos constantes reformas em habitações, nas quais os proprietários constroem espaços termas e tornam os espaços de representação cada vez mais sumptuosos.

No que toca à arquitetura pública, a cidade recebe uma poderosa estrutura defensiva, a qual abarca as áreas económicas periféricas. Apesar da desafetação de alguns espaços, como o teatro, no século IV e as termas públicas do Alto da Cividade, nos inícios do século V, estes veem

os seus os materiais reutilizados para as novas construções, ou os seus espaços reaproveitados em construções com outras funcionalidades.

Daremos, neste momento, relevância aos aspetos económicos de *Bracara Augusta*, procurando perceber os fluxos monetários em direta relação com os ciclos construtivos da cidade.

1.2 A economia urbana: as importações e a produção local

Os estudos sobre a economia bracaraugustana são ainda escassos. De fato, poucos foram os trabalhos de síntese desenvolvidos sobre essa temática devido a questões relativas à complexidade da análise e da interpretação dos materiais e à carência de documentação textual para essa região durante o período romano (Morais, 2005: 43-47). Neste sentido, procuraremos apresentar, de forma sucinta, os conhecimentos disponíveis sobre os aspetos económicos de *Bracara Augusta*, os quais serão divididos em duas partes. A primeira, mais geral, tratará da inserção da cidade nas rotas comerciais do Império, que impulsionavam a economia bracarense por meio da importação de produtos dos mais variados géneros. Posteriormente, abordaremos a circulação e a massa monetária de *Bracara Augusta* através dos estudos já realizados sobre este importante e central tema para este trabalho.

É de se referir que, devido às dificuldades e à baixa produção científica acerca da economia da Braga romana, a maior parte das investigações foram desenvolvidas com recortes temporais muito precisos, geralmente optando-se pelo Alto ou Baixo-império e raramente abarcando todo o período romano. Desta forma, optámos por abordar esta temática por uma sequência que visa, em primeiro lugar, ao tempo diegético destes estudos.

Pouco sabemos sobre as primeiras décadas de *Bracara Augusta*. De fato, os níveis mais antigos remetem-nos, sobretudo, aos finais da dinastia julio-claudiana e à flaviana. Na verdade, apesar de serem exumados materiais referentes a períodos anteriores, dos quais se destacam as moedas e as cerâmicas importadas, parece-nos que a cidade só veio a tomar proporções significativas, no que tange ao processo construtivo de edifícios públicos e privados, na segunda metade do primeiro século (Morais, 1997-98: 48-49).

Contudo, estes materiais encontrados, ainda que em níveis datados, muitas vezes, décadas após o seu fabrico, são reveladores de uma atividade comercial já nos primeiros anos

após a fundação de *Bracara Augusta*. De fato, foram identificadas produções de cerâmica *sigillata* provenientes de Itália e do sul da Gália e de cerâmica de paredes finas de Itália, da Tarraconense e da Bética com cronologias de fabrico bastante antigas, as quais demonstram um constante crescimento ao longo do período julio-cláudio (Morais, 1997-98: 50-65). O mesmo é verificado em relação aos conteúdos anfóricos encontrados, os quais demonstram um consistente comércio de vinho itálico, bético e hispânico desde fins do século I a.C. até meados da centúria seguinte (Morais, 1997-98a: 177).

Entre os finais do primeiro século da nossa era e meados do seguinte pode constatar-se o crescimento de *Bracara Augusta*. A par da atividade construtiva, esta já abordada, e da qual salientamos importantes edifícios públicos, encontrados e identificados arqueologicamente, como o teatro e algumas termas, e os privados, com a construção de grandes *domus*, a cidade também se desenvolve no que toca a atividade comercial. As importações de cerâmica *sigillata* gálica são gradativamente substituídas pela cerâmica *sigillata* hispânica (Delgado, 1985: 30) e as primeiras produções de recipientes de fabrico local, produzidas nas oficinas bracaraugustanas. A respeito das produções locais, estas foram consumidas pela população bracaraense, abastecendo também o noroeste peninsular, com destaque para a cerâmica bracaraense, a cerâmica cinzenta fina polida e a cerâmica pintada (Ribeiro, 2015: 189-190).

Outro material que teve semelhante trajetória dentro da comunidade bracaraense alto imperial foi o vidro. Se a crescente importação de *terra sigillata* hispânica pôs fim àquela de *terra sigillata* gálica e esta, por sua vez, à *terra sigillata* itálica, a produção de vidro em *Bracara Augusta*, que se inicia em meados do século I, substituiu grande parte daquele que era importado (Cruz, 2009: 267). No que toca à exportação do vidro bracaraense neste período, os dados são ainda pouco conclusivos. Certamente, parte do abastecimento do *conuentus bracaraugustanus* foi realizado a partir da sua capital, pouco se podendo, contudo, afirmar a respeito dos outros *conuentus* (Cruz, 2009: 275).

A circulação dos materiais e dos objetos de e para *Bracara Augusta* esteve assente na rede viária terrestre e fluvial e na proximidade com o mar, o que ligava a cidade ao território envolvente e ao Império. A estruturação dessas importantes vias possibilitaram os movimentos de importação, exportação e distribuição dos produtos para o noroeste peninsular, atividades que tornaram a cidade um importante polo económico na região (Carvalho, 2008: 153-154).

Relativamente ao território, cabe assinalar a exploração dos recursos naturais do *conuentus bracaraugustanus*, a qual se deu, sobretudo, em duas frentes: a mineração e a agropecuária. A exploração mineira em época romana na área do *conuentus* está bem retratada. Com efeito, na região de Trás-os-Montes foram identificados vestígios de extração de ouro, entre outros minerais, nos concelhos de Montalegre, Boticas, Chaves e Vila Pouca de Aguiar (Martins, 2010: 6-7). Embora seja difícil estabelecer cronologias para o funcionamento dessa atividade, aponta-se, para diversos locais, o seu início logo no começo do século I (Martins, 2010: 109-111; Fontes e Andrade, 2010: 21-23; Fontes *et al.*, 2015: 30-32).

A exploração dos recursos agrícolas, por sua vez, foi caracterizada pela propagação de *uillae* no território bracaraugustano. As informações sobre essa atividade ainda são escassas, devido, principalmente, à falta de escavações nesses edifícios. Todavia, apesar dos poucos dados disponíveis, é possível situar o fenómeno de emergência das *uillae* nas imediações de *Bracara Augusta* e ao longo de vias, ainda no primeiro século da nossa era, sendo possível que tenham conhecido uma primeira fase construtiva na época flávia (Carvalho, 2008: 147-148).

No Baixo-império, vemos a continuidade desses quadros já enunciados para o século II, ainda que apresente sempre um constante crescimento. De fato, a produção de cerâmica local fina, bem representada nesse período pela cerâmica de engobe branco, imita as formas das importações, que nesse momento são caracterizadas pelas produções de *sigillata* hispânica tardia, paleocristã gaulesa, africana, focense e cipriota (Ribeiro, 2015: 191). A produção de vidro, por sua vez, também permanece em funcionamento (Cruz, 2009: 218-219) e a exportação desses objetos parece continuar a abastecer, sobretudo, o mercado do *conuentus bracaraugustanus* (Cruz, 2009: 275-276).

Nos séculos subsequentes, enquadrados na Antiguidade Tardia, a importação de cerâmica *sigillata* permanece bastante presente no cotidiano de *Bracara*, sobretudo aquelas representadas pelas produções gálicas, africanas, focenses e hispânicas tardias, as quais serviram de modelo para as produções locais finas, que as imitavam em engobe vermelho tardio e cinzenta tardia (Martínez Peñín e Martins, 2016: 58-63).

1.3 As moedas como fonte de estudo da economia: a circulação monetária

A recolha e o estudo das moedas têm seus primeiros passos ainda no Renascimento, com a formação das primeiras coleções de arte antiga, lugar onde os numerários figuraram como elementos de estudo importantes pelas representações iconográficas de estátuas e construções que possuíam, especialmente daqueles que já haviam desaparecido, bem como de retratos de pessoas e divindades (Williams e Meadows, 2006: 180-181).

As coleções de objetos do mundo antigo, atividade que teve lugar em boa parte no período moderno e no início da contemporaneidade, suscitaram, gradativamente, a criação de *corpora* documentais nos finais do século XIX e inícios do XX¹, os quais estiveram na origem do nascimento da Numismática, entendida como o estudo das moedas antigas (Meadows, 2009: 48). A sistematização dos estudos sobre esses objetos levou também a abordagens mais amplas e variadas acerca das possibilidades de informações extraídas das moedas, estas sob perspectivas económicas, sociais, religiosas, políticas, militares e artística/estilística, bem como um material de grande importância para a datação e interpretação de sítios arqueológicos.

Os primeiros catálogos de moedas romanas foram elaborados ainda nos oitocentos, com as publicações de H. Cohen intituladas *Description générale de monnaies de la République romaine*,² acerca do numerário republicano, e *Description historique des Monnaies frappées sous l'Empire romain, communément appelées Médailles impériales*,³ uma grande obra, em 8 volumes, sobre as moedas imperiais.

Nas primeiras décadas do século passado, então em língua inglesa, destacamos os catálogos realizados sobre a imensa coleção numismática do Museu Britânico, *Coins of the Roman Republic in the British Museum*, de H. Grueber⁴, e *Coins of the Roman Empire in the British Museum*, de H. Mattingly.

Contudo, seria H. Mattingly, ex-curador do Departamento de Moedas e Medalhas do Museu Britânico, um dos mentores de uma das mais importantes obras acerca da numismática romana imperial. De fato, junto com E. Sydenham, C. Sutherland e P. Webb dá-se início ao

¹ *E.g.*: Inscricões latinas, Mommsen, T. *et al.* (1853 – presente). *Corpus inscriptionum latinarum* (atualizado pela Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften); Vasos gregos pintados, Pottier, E. *et al.* (1922 – presente). *Corpus Vasorum Antiquorum* (atualizado pela Union Académique Internationale).

² Cohen, H. (1854). *Description générale de monnaies de la République romaine*, Paris.

³ Cohen, H. (1859-1868). *Description historique des Monnaies frappées sous l'Empire romain, communément appelées Médailles imperiales*, 8 vol., Paris.

⁴ Grueber, H. (1910). *Coins of the Roman Republic in the British Museum*, Londres, Cornell University Library's print.

grande catálogo *Roman Imperial Coinage*,⁵ dividido em 10 volumes, e, até hoje, uma das principais referências para esta temática. Também uniram-se a este projeto, já na segunda metade do século XX, P. Bruun e J. Kent, que finalizaram os três últimos volumes.

Referimos ainda os trabalhos de M. Crawford, basilares para os estudos da numismática romana republicana, nos dois volumes do *Roman Republican coinage*⁶ e no *Roman Republican coin hoards*,⁷ sobre tesouros monetários. E, por fim, aludimos ao catálogo *Roman Provincial Coinage*,⁸ cuja primeira edição foi lançada em 1992, e que conta com uma equipa de editores formada por A. Burnett, M. Amandry, C. Howgego e J. Mairat. Esta produção sagra-se, com efeito, pela compilação das emissões realizadas nas casas de cunhagem localizadas nas províncias romanas, as quais estão divididas cronologicamente ao longo de dez volumes.

Relativamente às investigações sobre as moedas de *Bracara Augusta*, podemos referir os trabalhos desenvolvidos por Rui Centeno que, em 1987, publicou a sua tese de doutoramento com o título “*Circulação monetária no noroeste da Hispânia até 192*”. Neste estudo, o autor faz um levantamento dos tesouros e dos achados isolados até então referenciados, dissertando sobre a sua contribuição para o estudo da circulação monetária.

Segundo Rui Centeno (1987: 187-188),

A utilização da moeda pelos povos do Noroeste é um fenómeno cujo início se pode situar nos finais da época republicana e que se terá generalizado após a pacificação da região no reinado de Augustus.[...] O início da circulação monetária num período tardio, se comparado com outras áreas da Península, não implica um total desconhecimento da moeda, em tempos mais recuados, pelos povos do Noroeste. Na verdade, em data anterior à conquista da região por Roma, alguns destes povos já teriam contactado com a moeda, ainda que esporadicamente, pelo menos através de comerciantes vindos do sul[...] não significando tal situação, naturalmente, que a circulação monetária já fosse efectiva do Noroeste.

⁵ Mattingly, H. *et al.* (1923-1994). *Roman Imperial Coinage*, 10 vol., Londres.

⁶ Crawford, M. (1974). *Roman Republican coinage*, Londres, Cambridge University Press.

⁷ Crawford, M. (1969). *Roman Republican coin hoards*, Londres, Royal Numismatic Press.

⁸ Burnett, A. and Amandry, M. (eds.) (1992-). *Roman Provincial Coinage*. London and Paris: British Museum Press and Bibliothèque Nationale.

Embora a monetarização do NO peninsular seja tardia, o autor observa uma maior massa monetária nas primeiras décadas do Império, na época júlio-claudiana, do que em épocas posteriores, designadamente a flávia e a antonina (Centeno, 1987: 279).

As moedas mais antigas encontradas na cidade referem-se a reminiscências do período tardo-republicano, anteriores à fundação da cidade (Mendes, 2015: 223). Os numismas que efetivamente nos permitem datar a monetarização de *Bracara Augusta* são representados pelas cunhagens de Augusto da série *caetra*. Esta moeda foi utilizada como pagamento aos soldados durante as guerras cantábricas, o que impulsionou a circulação de moedas na região (Carvalho, 2008: 157; Morais, 2004: 54).

No final da década de 1990, já com as escavações das Termas Romanas do Alto Cividade em estado bastante avançado, Maria del Mar Zabaleta Estévez (1999) publicou um estudo preliminar das moedas exumadas nas campanhas da intervenção que lá se desenvolveram, o que possibilitou a sistematização de um modelo de circulação monetária que abarcou todo o período imperial. A investigadora verificou padrões de circulação diferentes dos observados por Rui Centeno, tendo conseguido observar um crescimento do fluxo com os Flávios, relativamente aos Júlio-Claudianos, o qual aumenta, posteriormente, com Trajano e Adriano (Zabaleta Estévez, 1999: 82).

Para os séculos III e IV, Zabaleta Estévez produziu os primeiros padrões para a circulação monetária em *Bracara Augusta*, já que a tese de Rui Centeno tem como limite temporal o ano de 192. A autora verificou para o Baixo-império um claro crescimento do fluxo monetário, sobretudo no século IV, para o qual propõe três fases: de 300 a 330, quando há menos moedas, porém de maior qualidade, peso e módulo, de 330 a 360, momento com maior número de moedas em circulação e de 360 ao final do século, quando o número de moedas torna a decrescer (Zabaleta Estévez, 1999: 82-83).

Em meados da década de 2000, Luís Amaral (2007) realizou um estudo no âmbito de sua dissertação de Mestrado em Arqueologia, intitulada “*As moedas das Carvalheiras*”, no qual analisou a totalidade das moedas exumadas num contexto construtivo preciso, o quarteirão das Carvalheiras e procedeu ao cruzamento com os dados estratigráficos observados nessa área.

As análises de Amaral permitiram estabelecer um fluxo monetário que se aproxima ao verificado por Zabaleta Estévez (1999), a partir do qual foi possível observar cinco fases: a primeira, do século I até 260, na qual se deteta um baixo número de moedas, seguida por um

momento de repentino aumento das peças num curto período, individualizada na segunda fase, de 260 a 270. Todavia, a terceira fase é caracterizada por mais uma diminuição do numerário e abarca o período de 270 a 335. A quarta fase, curta, situada entre 336 e 361, testemunha a volta do aumento dos numerários e a quinta fase, que está marcada pela baixa quantidade de numismas, vai de 361 até o fim do século IV (Amaral, 2007: 74).

Recentemente, em 2015, David Mendes produziu o mais recente estudo sobre a numismática de *Bracara Augusta*, publicado nas atas das I *Jornadas Internacionales “Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica”*. O autor procurou, a partir do espólio proveniente de nove intervenções arqueológicas em Braga, que compunha um total de 724 numismas, propor um modelo de análise para a circulação monetária de *Bracara Augusta* em constante comparação com os demais modelos já desenvolvidos. A diversidade tipológica dos contextos onde as moedas foram encontradas, designadamente, *domus*, via XVII e necrópole, exigiu, segundo o autor, um maior cuidado nas análises, tendo possibilitado, todavia, uma maior aproximação com a circulação monetária na época romana (Mendes, 2015: 220).

As análises de David Mendes levaram-no a dividir o fluxo monetário da cidade em três fases. Da primeira, Alto Império (27 a.C. a 192 d.C.), foram estudadas 65 moedas (16 a mais que nas termas e 44 a mais que nas Carvalheiras), com padrões de circulação próximos aos detetados por Zabaleta Estevéz (1999) e Luís Amaral (2007) (Mendes, 2015; 224-227). Da segunda, datada do século III (193-307), analisou 20 moedas (69 a menos que nas termas e 40 a menos que nas Carvalheiras), que, apesar de apresentarem características próximas das referidas por Zabaleta Estevéz e Luís Amaral, assinalando uma maior presença das produções de *Galienus*, *Claudius II* e *Diuo Claudio*, estão representadas em quantidades muito inferiores às dos demais estudos, apesar do número maior e mais diversificado de intervenções onde foram identificadas. Por fim, da terceira fase, séculos IV-V, foram analisadas 639 moedas (487 a mais que nas termas e 149 a mais que nas Carvalheiras), cuja expressiva quantidade concorda com os padrões observados por Zabaleta Estevéz e Luís Amaral (Mendes, 2015: 224-236).

De maneira geral, embora escassos, os estudos sobre a circulação monetária de *Bracara Augusta* permitem-nos perceber que o fluxo de moedas aumentou gradativamente ao longo do período romano, à semelhança do que foi possível perceber com a atividade construtiva e comercial.

2 Objetivos

O principal objetivo deste trabalho recai sobre a caracterização e o estudo dos tesouros monetários com cronologia baixo-imperial identificados nas escavações de *Bracara Augusta* em contextos domésticos.

As escavações e os estudos sobre *Bracara Augusta* tiveram início na década de 1960, com ênfase no período posterior a 1976 com a criação do ‘*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*’, levado a cabo pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Magalhães, 2010: 21). Desde a criação do projeto foi possível, ao longo dos últimos quarenta anos da sua existência desenvolver largas dezenas de escavações na cidade de Braga que permitiram ampliar os conhecimentos acerca da cidade romana de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2013: 81-82; Martins, 2014: 169).

Até o momento apenas dois tipos de habitações de tipologia romana foram reconhecidas: as *domus*, no interior da cidade e as *uillae*, no território (Martins, 1992: 398; Magalhães, 2013: 19). Porém, dado o crescimento que *Bracara Augusta* testemunhou ao longo dos primeiros séculos, com ênfase a partir do terceiro, é impensável que não existam outros tipos de casas na cidade, ainda não identificadas arqueologicamente.

A partir das informações produzidas e disponíveis sobre os dados obtidos nas escavações e investigações realizadas ao longo dos últimos 40 anos, foi possível caracterizar e analisar alguns exemplares de arquitetura privada, com cronologias que vão da dinastia flaviana até o Baixo-império e à Antiguidade Tardia, com evidências das sucessivas remodelações a que foram sujeitas (Magalhães, 2013: 18-19).

Apesar do estado fragmentário da maioria dos vestígios, com exceção de uma única casa, a *domus* das Carvalheiras, que foi integralmente escavada e que constitui, por isso, o exemplar mais representativo da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, foi possível, ao longo de décadas de análises e estudos, confirmar o uso e a reprodução de elementos que caracterizam a arquitetura privada romana (Martins e Fontes, 2010: 116; Magalhães, 2013: 19).

De entre os contextos domésticos romanos identificados na cidade, em cinco deles foram encontrados seis ocultamentos monetários, com quantidades de moedas que variam de algumas centenas a dezenas de milhares de moedas.

Na zona arqueológica das Carvalheiras foi identificada uma típica *domus* de átrio e peristilo, construída no último quartel do século I, que ocupa a totalidade de um quarteirão, limitado por quatro ruas, que teve várias remodelações, tendo o espaço sido abandonado posteriormente ao século VII (Magalhães, 2010: 37; Magalhães, 2013: 20). Nesta zona arqueológica foi exumado um tesouro com 44970 moedas de bronze e 12 denários de prata (Martins, 1997/98: 35; Zabaleta Estévez, 1999: 83; Mendes, 2015: 236).

Na Rua D. Afonso Henriques nº 86 foi desenvolvida uma intervenção arqueológica na qual foi descoberto um conjunto de estruturas (Ribeiro, 2008: 10) e um tesouro com 22468 moedas de bronze e um denário de prata (Mendes, 2015: 236).

Na zona arqueológica conhecida como antiga fábrica do Cardoso da Saudade, aquando das escavações desenvolvidas em 1982-83, foi possível identificar partes de uma *domus* (Ribeiro, 2008: 15-17), bem como exumar dois tesouros, um com 595 e outro com 851 numismas (Mendes, 2015: 236).

Na zona arqueológica do Teatro Romano de *Bracara Augusta*, mais concretamente na estrutura conhecida como 'Casa da Bica', uma habitação construída após o abandono deste edifício de espetáculos, no século IV, foi identificado um tesouro durante a intervenção de 2015 (Martins *et al.*, 2016: 20).

Por fim, nas escavações que decorreram em 2016 na zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e do Museu Pio XII, foi exumado um tesouro com 482 moedas de bronze (Martins *et al.*, 2016a: 21).

A significativa quantidade de locais que facultaram tesouros monetários tardios em Braga constitui, naturalmente, uma dificuldade para a sua abordagem sistemática, tendo em vista o curto tempo disponível para o desenvolvimento desta dissertação. No entanto, eles permitem-nos uma maior clareza acerca das práticas de ocultamento monetário na cidade, razão que justifica o seu mapeamento como forma de perceber, especialmente, a dispersão dos ocultamentos na cidade.

A fim de aprofundar os conhecimentos sobre os entesouramentos, de maneira a tentar estabelecer padrões comportamentais dessas atividades, foi necessário restituir a estratigrafia associada a cada tesouro. Desta forma, pudemos obter dados que permitam o cruzamento de informações relativas a esses ocultamentos, quer no âmbito dos seus contextos cronológicos, quer no que respeita ao numerário entesourado.

Também se figurou como parte dos objetivos deste trabalho a produção de novos dados para ampliar a compreensão da circulação monetária de *Bracara Augusta* no Baixo-império. Para o efeito seleccionámos dois tesouros que, pela sua dimensão e características, podiam ajudar a compreender, no curto tempo da realização desta dissertação, o pulsar da circulação monetária da cidade. Referimo-nos aos tesouros encontrados nas escavações de 2015, na ‘Casa da Bica’ e ao detetado, em 2017, no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Museu Pio XII, que foram classificados e analisados numismaticamente. Pretendia-se com este estudo detalhado perceber as diferentes fases do fluxo monetário bracaraugustano baixo-imperial, bem como identificar as principais casas de cunhagem que abasteciam a cidade nesta época.

3 Metodologia de análise

A finalidade deste trabalho foi estudar os tesouros monetários baixo-imperiais de Braga, provenientes de contextos domésticos, escavados nos últimos quarenta anos. Esses ocultamentos foram encontrados em cinco zonas arqueológicas relacionadas com contextos domésticos. Desta forma, a caracterização estratigráfica dos tesouros só foi possível a partir da análise dos registos produzidos em cada uma das intervenções selecionadas.

Recorremos à informação armazenada na base de dados da Unidade de Arqueologia (2ArchIS) e aos desenhos de campo, planos e perfis das áreas referentes aos ocultamentos, os quais passaram por um tratamento gráfico com recurso ao programa *AutoCad* e pela análise dos contextos associados a esses achados, para as quais foram feitas os respetivos diagramas de Harris através do programa *ArchEd*.

Os dois tesouros selecionados para a análise numismática passaram por algumas etapas que consistiram em individualização, limpeza, tratamento e classificação das moedas. Os primeiros procedimentos no tratamento dos objetos foram desenvolvidos na Clínica de Conservação e Restauro/CCR da Universidade Portucalense/UPT, durante os meses de abril a junho de 2016 e março a junho de 2017, sob a orientação do Dr. Nuno Farinhote.

A fim de individualizar as moedas, cada numisma foi acondicionado separadamente, em saco próprio, com referência à zona arqueológica, a partir do acrónimo atribuído a cada uma das intervenções. A escavação de 2015 na Casa da Bica, integrada na intervenção do Teatro Romano, recebeu a referência BRA15TR, enquanto as sondagens realizadas, em 2016, no

Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo foram registadas sob o código BRA16SST. Ademais, acompanhado do número de achado atribuído no campo, cada moeda recebeu um número próprio (Figura 5).

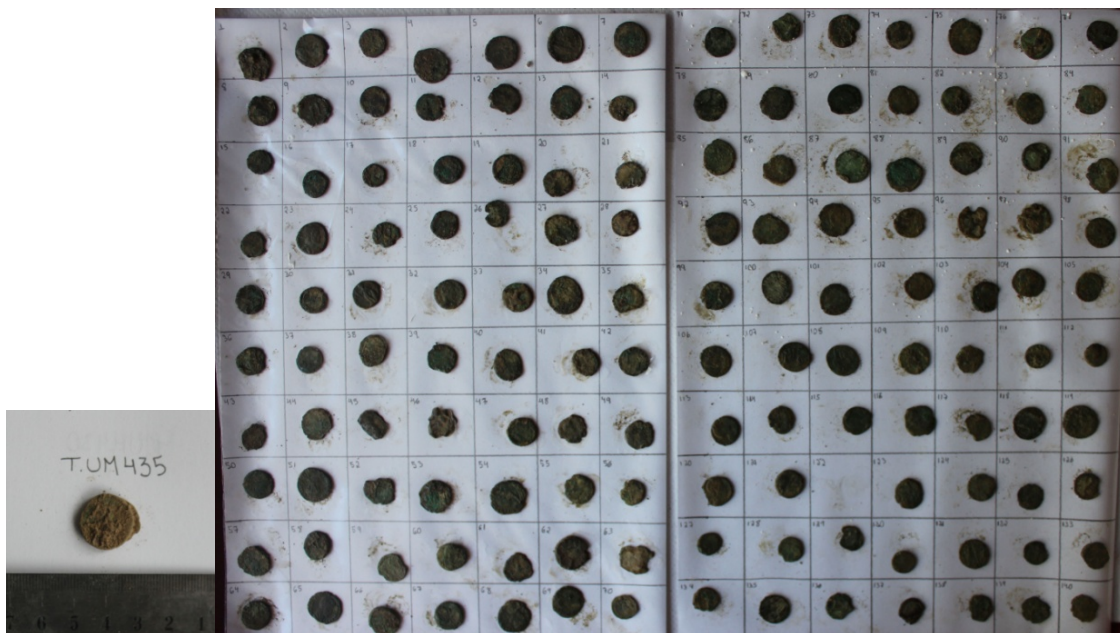


Figura 5. Exemplo de moeda individualizada (à esquerda) e grelhas para a individualização do material numismático (à direita).

A limpeza dos numismas consistiu na remoção das terras e óxidos soltos ou fracamente agregados à superfície dos objetos através de pincéis finos e com recurso à lupa binocular sempre que necessário. Para o tratamento das peças, utilizamos uma solução de benzotriazol em álcool puro (Figura 6). O Benzotriazol ($C_6H_5N_3$) é um conhecido e amplamente utilizado inibidor do processo de corrosão do cobre e das ligas de cobre, atuando nesses metais de maneira a preservá-los e estabilizá-los (Walker, 1980: 789).

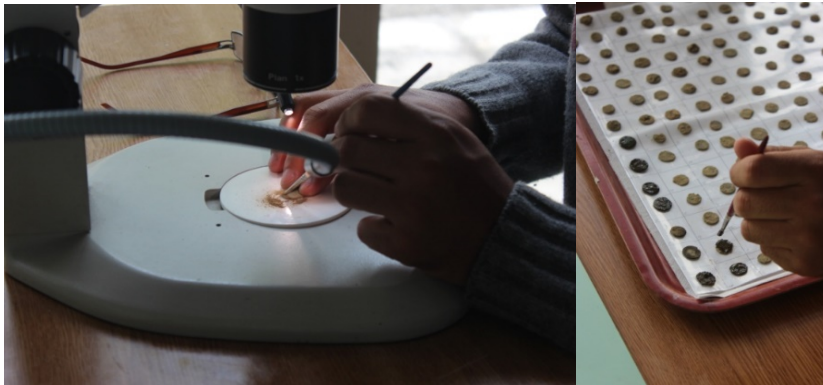


Figura 6. Limpeza de uma moeda à lupa binocular (à esquerda) e aplicação de benzotriazol (à direita).

Em seguida, foi aplicada uma solução de Paraloid B72 (ou *Acryloid B72*, na nomenclatura inglesa) em acetona e xileno, a fim de melhor conservar os numismas. O Paraloid B72 (copolímero de etilmetacrilato e metilacrilato) é uma resina termoplástica que forma uma fina camada protetora, a qual não amarela com o tempo e permite fácil remoção (Watkinson, 2010: 3328-3330).

2ArchIS - Unidade de Arqueologia

Monumento Intervenção Sondagem UE Complexo Matriz UE Materiais Sepulturas Esqueletos Epígrafes

Sondagem: Nº inventário: * Coordenada X:
 UE: Nº achado: Coordenada Y:
 Complexo: N. catálogo: Cota:
 Descrição: Depósito:
 Tipo verso: Nº de moedas: * Posição cunhos:
 Tipo reverso: Cronologia: Grossura:
 Legenda verso: Século: Peso:
 Legenda reverso: Entidade emissora: Diâmetro:
 Material: * Série: Conservação:
 Valor nominal: CECA:
 Classificação:

* Campos obrigatórios;
 NOTA: nas coordenadas usar . para casas decimais

Gravar e Voltar Gravar Cancelar

Figura 7. Formulário de moedas da base de dados da Unidade de Arqueologia (2ArchIS)

A classificação das moedas deu-se com base na observação e no reconhecimento das formas cunhadas representadas nos numismas para posterior comparação com o catálogo

Roman Imperial Coinage, nos volumes correspondentes ao período analisado, a fim de determinar as cronologias dos objetos.

As análises provenientes dos numismas foram inseridas no formulário de moedas da base de dados da Unidade de Arqueologia (2ArchIS) (Figura 7). Os campos disponíveis permitem a entrada de informações diversificadas acerca da localização do achado, como sondagem, unidade estratigráfica e coordenadas x, y, z, por um lado, e dos dados das moedas, por outro. Esta metodologia de registo e gestão da informação arqueológica permite integrar a análise dos materiais aos dados geográficos e contextuais onde estes foram encontrados (Bernardes, *et al.*, 2015: 162-163).

No que toca aos dados dos achados, enquanto conjunto, estes são iguais para todos os numismas. Afinal, foram encontrados na mesma unidade estratigráfica, a qual estava inserida numa sondagem específica. A localização, determinada pelas coordenadas espaciais cartesianas, também são as mesmas, tendo-se em vista que as moedas foram registadas enquanto um conjunto singular.

Cada moeda foi analisada com diferentes perspetivas. Os atributos descritivos utilizados referem-se à identificação dos ícones, símbolos e legendas presentes nos aversos e reversos das peças, ao valor nominal, identificado a nível de *ae* (bronze), *argentum* (prata) e *solidus* (ouro) para as moedas romanas baixo imperiais, ao nº de catálogo, com referência ao *Roman Imperial Coinage*, à datação, expressa a nível de ano(s), no campo “Cronologia” e de século(s), no descritor “Século”.

Em relação aos dados sobre os atributos físicos dos objetos, estes foram inseridos nas categorias de “Grossura”, em que se mede a espessura da moeda em milímetros, “Peso”, expresso em gramas e “Diâmetro”, sempre referente ao valor máximo observado no numisma, referenciado em milímetros.

Os atributos optativos, ou seja, aqueles em que é selecionada uma opção pré-estabelecida, dizem respeito ao material em que a moeda foi feita (bronze, prata, bolhão, ouro, *e.g.*) e à entidade emissora, que para o Baixo-império é o imperador, que figura no averso do numisma. Todavia, quando este não é passível de ser definido e abre algumas possibilidades, estas são indicadas. No caso das séries urbanas de Roma ou Constantinopla, estas são identificadas a partir da entrada “Série Urbana”. A casa monetária onde a moeda foi cunhada está indicada em “CECA”, a qual contempla cidades e oficinas. Contudo, no caso das

possibilidades ultrapassarem cinco hipótese e não for possível restringi-las enquanto cecas ocidentais ou orientais, foi atribuída a menção indeterminada.

Parte II

Os contextos de ocultamento monetário de *Bracara Augusta*

1. Introdução

A análise dos tesouros é indissociável dos contextos onde eles foram identificados. De fato, as possibilidades de estudo dos ocultamentos monetários reduzem-se consideravelmente quando são ignorados, ou indeterminados, os processos que envolveram a deposição e a sobrevivência destes conjuntos de numismas.

Por isso, nesta parte do trabalho dedicar-nos-emos à análise das zonas arqueológicas de *Bracara Augusta* onde foram identificados tesouros monetários provenientes de ambientes domésticos, dando ênfase aos contextos a eles associados. Utilizámos para esse efeito os dados disponíveis acerca das zonas arqueológicas onde foram encontrados tesouros, informação disponibilizada na base de dados da Unidade de Arqueologia (2ArchIS), bem como nos cadernos de campo e nas publicações acerca das campanhas de escavação.

Acerca dos contextos habitacionais, cabe salientar que as escavações e os estudos sobre a arquitetura doméstica em *Bracara Augusta* tiveram início na década de 1960, com ênfase no período pós 1976, no âmbito do ‘Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*’, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Magalhães, 2010: 21). Desde então, foi possível identificar, caracterizar e analisar alguns exemplares de arquitetura privada, com cronologias que vão da dinastia flaviana até ao Baixo-império, período em que as construções sofreram remodelações, o que indica e concorda com o crescimento e enriquecimento da cidade (Magalhães, 2013: 18-19).

Apesar do estado fragmentário da maioria dos vestígios, com exceção de uma casa, a *domus* das Carvalheiras, que foi escavada na íntegra, os dados disponíveis reportam-se exclusivamente a casa de elite (Martins e Fontes, 2010: 116; Magalhães, 2013: 19). No entanto, dado o crescimento que a cidade testemunhou ao longo dos séculos, é impensável que não tenham existido outros tipos de arquitetura doméstica, pois a cidade não poderia ser ocupada

apenas por uma elite abastada que morava nas *domus*. Mais plausível é pensarmos que ainda não foram encontrados outros tipos de casas mais humildes, que poderiam situar-se na periferia da cidade romana, infelizmente correspondente a uma área da cidade atual que foi construída nos anos 60/70 do século XX, sem o necessário acompanhamento arqueológico.

As áreas que passaremos a analisar são cinco e correspondem às zonas arqueológicas: das Carvalheiras, 'Casa da Bica' (área envolvente do Teatro), do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo, da Rua D. Afonso Henriques nº 86 e da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade.

2. Os contextos arqueológicos dos tesouros monetário

2.1. A zona arqueológica das Carvalheiras

2.1.1. Enquadramento arqueológico

Os trabalhos desenvolvidos na zona arqueológica das Carvalheiras entre 1983 e 1985, sob coordenação de Manuela Delgado e Francisco Lemos, tiveram como objetivo dar resposta às condicionantes arqueológicas do terreno, o qual era alvo de um projeto para a construção de um complexo pedagógico e desportivo com impacto no solo e no subsolo (Delgado *et al.*, 1984: 103; Martins, 1997-98: 23-24).

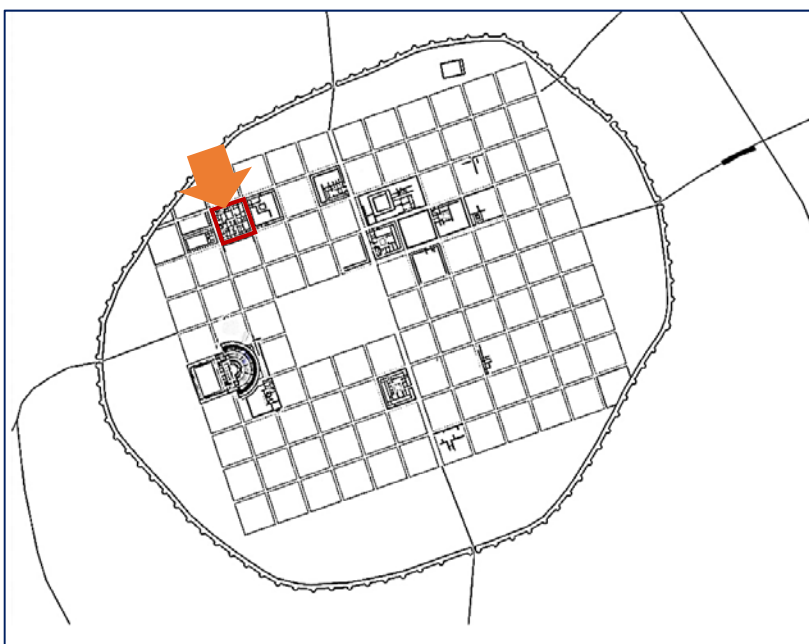


Figura 8. Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA das Carvalheiras (Martins *et al.*, 2016b: 37).

Dada a impossibilidade do edifício ser construído naquele local, devido à identificação de vestígios de uma habitação romana e à classificação das ruínas identificadas nas primeiras sondagens como Imóvel de Interesse Público, em 1990, o terreno tornou a ser intervencionado com objetivos de investigação, fruto dos importantes indicadores acerca da arquitetura doméstica e do urbanismo de *Bracara Augusta*, e patrimoniais, a fim de se valorizarem as ruínas ali identificadas. De fato, a zona arqueológica das Carvalheiras teve sua segunda fase de escavação entre 1991 e 1996, sob a coordenação de Manuela Martins (Martins, 1997-98: 24-25). A zona arqueológica foi ainda palco de mais duas campanhas de escavação pontuais, uma em 2000 e outra em 2002, ambas sob a coordenação de Manuela Martins, com o intuito de resolver alguns problemas de ordem cronológica e estratigráfica (Martins, 1997-98: 27-28; Magalhães, 2010: 36).

O balanço dos estudos disponíveis sobre esta habitação sublinha a presença de uma típica *domus* de átrio e peristilo (Figura 9) construída no último quartel do século I d.C., na época flaviana, ocupando a totalidade de um quarteirão da cidade romana, sendo portanto limitada por ruas nos quatro lados.

Por conta do terreno em desnível, a *domus* flaviana foi erguida em duas plataformas, divididas por um muro de contenção de 0,60m de largura por 3m de altura, situando-se na parte alta, a sul, o átrio, que compunha a área pública da casa, enquanto na parte baixa, a norte, foram implantados o peristilo e os compartimentos que constituíam o âmbito privado da casa, havendo ainda uma escada que possibilitava a ligação interna entre esses dois espaços (Amaral, 2007: 14; Ribeiro, 2013: 161; Magalhães, 2010: 37; Magalhães, 2013: 20).

A construção flaviana (Figura 9) incluía a existência de nove *tabernae* que compreendiam todo o espaço ao redor das áreas internas, sendo importante ressaltar que uma delas, situada na fachada sul, possuía duas entradas, uma das quais para o interior da casa, o que sugere que a sua exploração seria efetuada pelo seu *dominus*. A casa possuía duas entradas, uma a sul, por um *fauces*, que dava acesso ao átrio e outra a norte, que dava acesso ao peristilo. Do átrio podia-se aceder ao *tablinum* e a uma ampla sala de receção, provavelmente uma *exedra*, que funcionaria como espaço de apoio às atividades decorridas no átrio. Desta ampla sala tinha-se acesso a um pequeno compartimento com a escada que permitia descer à parte baixa da casa, a norte, onde se encontrava o peristilo. Este compreendia um grande espaço ajardinado, provavelmente decorado com tanque, porticado na área envolvente e com

um poço que abastecia a casa. Os espaços ordenados ao redor do peristilo podem ser identificados como um *triclinium*, com duas sala de apoio laterais, disposta a norte e sul, a *culina* e a *latrina* da casa, bem como cinco *cubicula*, dispostos a poente do peristilo, além de outra sala de receção, que pode se tratar de outra *exedra* (Magalhães, 2010: 41-42).

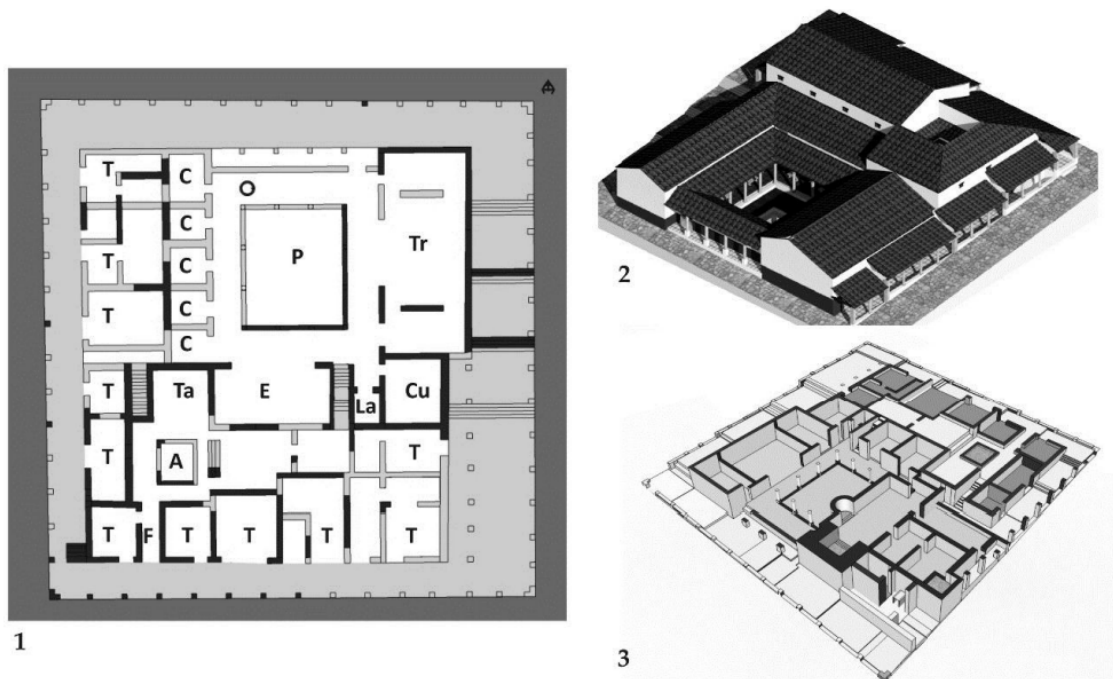


Figura 9. 1) Proposta de interpretação da *domus* na fase I. **A:** *atrium*, **C:** *cubiculum*, **Cu:** *culina*, **E:** *exedra*, **F:** *fauces*, **La:** *latrina*, **P:** *peristylum*, **T:** *taberna*, **Ta:** *tablinum*, **Tr:** *triclinium*. **2)** Restituição 3D da *domus* das Carvalheiras na fase I. **3)** Planta interpretada da *domus* das Carvalheiras na fase II (Magalhães, 2016: 134).

Na primeira metade do século II (Figura 9), esta casa passou por uma intensa remodelação no quadrante noroeste, enquanto a parte sul, que corresponde ao átrio, não sofreu alterações. A plataforma que possuía o peristilo foi reformulada de maneira a ser instalado um *balneum*, o que levou ao sacrifício de três *tabernae* do quadrante noroeste, dos *cubicula* e de parte do peristilo. O anterior espaço de receção situado na parte nascente do peristilo foi dividido em três compartimentos, provavelmente, utilizados como lojas (Martins, 2015). O balneário, por sua vez, possuía uma entrada pela rua poente, onde outrora ficavam as *tabernae*, a qual dava acesso a um *apodyterium* (entrada e troca de roupa), a partir do qual se acedia ao *frigidarium* (sala de banhos frios), com duas pequenas piscinas. A poente situavam-se o *tepidarium* e o *caldarium*, também com uma piscina, além dois compartimentos reservados ao aquecimento da

água e aos serviços associados a este espaço de banhos, dispostos a norte (Amaral, 2007: 14-15; Magalhães, 2010: 42-43).

Os estudos mais recentes realizados sobre esta zona arqueológica permitem considerar que o tempo de vida da *domus* não terá sido muito longo, pois em meados do século II a parte norte do edifício, relacionada com o peristilo, foi transformada num *balneum*, que esteve em funcionamento até ao século IV (Martins, 2015: 22-24). A afetação de cerca de metade da *domus* a uma construção de uso público, aberta ao cardo poente, permite considerar que a área do peristilo terá sido transformada em *palaestra* e que os anteriores espaços de representação que envolviam aquela área aberta da casa se transformaram em *tabernae*. O acesso a esta parte do balneário, que seria explorado por um privado, seria feito a partir da entrada que existia na fachada norte. Por sua vez, a manutenção da área do átrio da anterior casa, associada a uma entrada existente na fachada sul, permite considerar que o quarteirão manteve neste setor uma função residencial, muito embora não seja possível inseri-la já na tipologia de *domus*. Na verdade, a reduzida área residencial do piso térreo sugere mesmo que tenha sido erguido um primeiro piso na parte sul do quarteirão, circunstância que aponta para um contexto socioeconómico dos seus moradores, bem diferenciado daquele que terá caracterizado o proprietário que mandou construir a *domus* na época flávia.

Sabemos que a área construída do quarteirão se manteve em uso até pelo menos ao século VII, muito embora o modelo residencial que caracteriza o espaço, a partir do século IV seja difícil de precisar. Na verdade, após a desafetação do balneário, parecem manter-se em uso os diferentes compartimentos que conformavam aquele espaço, sendo perceptível que ao longo dos séculos V/VI foram sendo erguidos novos muros que compartimentaram anteriores espaços de lojas, ou residência, quer na área poente, quer nas áreas sul e norte. Também a nascente se reconhece o avanço da construção sobre a rua, uma característica do urbanismo tardo antigo referenciada noutros quarteirões da cidade no período tardo antigo (Martins *et al.*, 2016b: 40). Assim, podemos considerar que o quarteirão das Carvalheiras manteve sempre uma função residencial, partilhada entre os séculos II e IV, com uma função balnear, à semelhança do que ocorreu em Óstia (Mar, 1990: 60-63).

2.1.2. O tesouro monetário

Na campanha de escavações realizada no ano de 1992 foi identificado um tesouro composto por 44970 moedas de bronze e 12 moedas de prata, o qual se encontrava depositado na zona da soleira de um dos compartimentos (Figura 10) envolventes da área aberta situada na plataforma norte, que conformou o peristilo da *domus* flaviana e, a partir do século II, a palestra do *balneum* (Martins, 1997-98: 35; Zabaleta Estévez, 1999:84-85; Martins, 2015: 22-24). De acordo com as mais recentes interpretações desta zona arqueológica, é possível que o referido compartimento, depois de ter sido usado como loja entre os séculos II e IV, possa ter assumido novamente uma função residencial entre os séculos V-VII, tendo-se em vista que o balneário encontrava-se desativado nessa fase.



Figura 10. Identificação e exumação do tesouro da *domus* das Carvalheiras, à esquerda (©UAUM); pormenor da área norte da *domus* das Carvalheiras, à direita (©UAUM).

Os numismas provenientes deste ocultamento encontram-se depositados no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, integrando a exposição permanente, razão que dificulta a sua análise. Na verdade, as moedas que compõem o tesouro ainda não foram classificadas e catalogadas, tendo apenas sido objeto de uma avaliação preliminar, que documenta que foram cunhadas no século IV, com grande presença das emissões de Constantino (Martins, 1997-98: 35).

Apesar da pouca informação acerca das cunhagens presentes nos numismas deste conjunto, é possível perceber a inserção destas nos padrões de circulação identificados por Luís Amaral (2007) no estudo dos achados isolados desta zona arqueológica, o qual identifica três

momentos para o século IV, que apontam para um alto número de moedas emitidas, sensivelmente, durante a dinastia constantiniana, entre 336 e 361, enquanto as demais décadas desta centúria apresentam uma baixa quantidade de objetos (Amaral, 2007: 74).

2.2A zona arqueológica da ‘Casa da Bica’

2.2.1 Enquadramento arqueológico

Em 1977 foram realizadas escavações no topo norte da Colina da Cidade, onde foram identificadas uma conduta de água e uma estrutura de carácter residencial que ficou conhecida por ‘Casa da Bica’ (Delgado *et al.*, 1989: 8).

Em 1999 deu-se a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*, quando terminavam as escavações na área da *palaestra* das termas romanas do Alto Cidade (Figura 12). Na ocasião, foi detetada uma maciça estrutura, com 4m de largura, identificada numa extensão de cerca de 15m com poderosos contrafortes, logo identificado como o muro perimetral de um teatro construído junto com o edifício termal, nos inícios do século II (Martins *et al.*, 2006: 12, 17; Martins *et al.*, 2015a: 321).

Na sequência desta importante descoberta foram efetuadas pequenas intervenções, entre 1999 e 2003, a fim de confirmar a continuidade do muro perimetral na plataforma superior da Colina da Cidade, o qual, quase sempre, estava associado a pavimentos que foram interpretados como espaços de circulação em redor do edifício. Essa confirmação desencadeou duas importantes ações: permitiu afinar a interpretação deste muro e forneceu dados que justificaram a formulação de um Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos/PNTA, o qual foi aprovado pela tutela e garantiu o necessário investimento para a investigação deste edifício de espetáculos pelo quadriênio 2004-2007 (Martins *et al.*, 2006: 17-18; Martins *et al.*, 2015: 321-322). Durante esse período foram descobertas partes significativas do edifício que possibilitaram a compreensão das suas dimensões e partes estruturantes, que resultaram na elaboração de uma primeira proposta de restituição planimétrica (Martins *et al.*, 2013: 42-43).

Nos quatro anos seguintes, de 2008 até 2012, as campanhas levadas a cabo no teatro tiveram como objetivo a resolução de questões de natureza cronológica e o aprofundamento dos conhecimentos sobre a *scaena*. Foi ainda identificado um *porticus post scaenum* que permitia o

acesso a um *quadriporticus*, parcialmente destruído com as construções que foram edificadas nos terrenos a oeste do teatro na década de 1970. No entanto, foi possível identificar um potente pavimento em *opus signinum*, correspondente a um tanque de água que seria desfrutado por quem estivesse no *ambulacrum*, que ali foi identificado também (Martins *et al.*, 2015a: 322, 325-326).

A partir de 2013, as intervenções na zona arqueológicas do teatro romano de *Bracara Augusta* tiveram como finalidade o estudo e a compreensão da área envolvente do teatro, em particular na plataforma superior, que tem vindo a merecer particular atenção devido à identificação de estruturas que ali foram instaladas após a desativação do edifício de espetáculos, no século IV, bem como de outras que precederam a sua construção (Martins *et al.*, 2015: 20-23; Martins *et al.*, 2016b: 49-50).

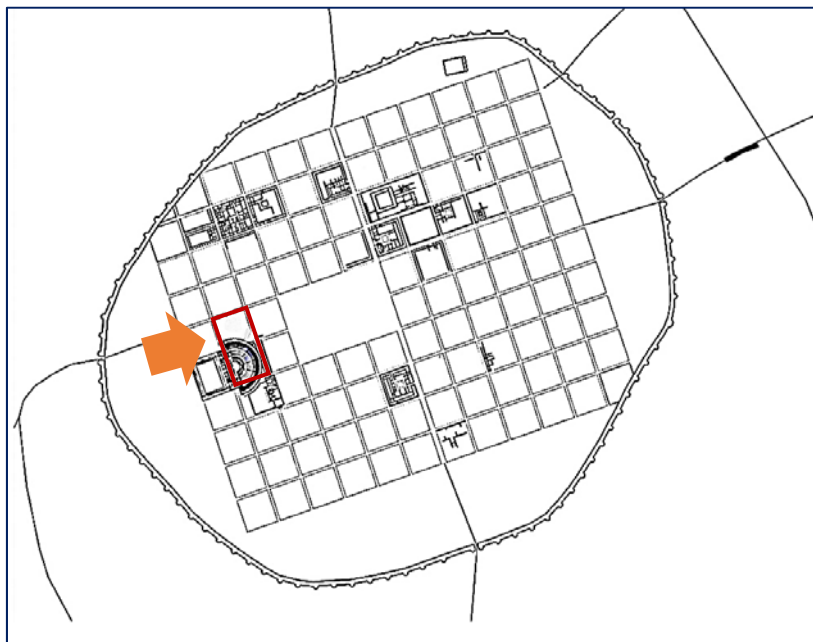


Figura 11. Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA do Teatro Romano de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2016b: 37).

O balanço dos dados disponíveis, provenientes das campanhas realizadas ao longo de dezanove anos de escavação, permitiram identificar um teatro, construído nos inícios do século II, situado a sul das termas, que, embora não totalmente escavado, tem sua planta restituída graças à característica simetria que esses edifícios de espetáculo possuem (Martins *et al.*, 2015a: 322-323; Martins *et al.*, 2013a: 43).

Com a desafetação deste espaço de espetáculos, as suas estruturas foram, gradativamente, reutilizadas na Antiguidade Tardia para a criação de novos contextos construtivos residenciais e artesanais, os quais tem vindo a ser reconhecidos desde 2012 (Figura 13). Assim, a área a norte do *parascaenium* foi remodelada e nela implantada uma unidade habitacional (unidade construída 1), enquanto o muro perimetral, na plataforma superior, foi reutilizado como parede de uma construção de carácter artesanal, bem marcada pela identificação de um forno (unidade construída 2). Nas imediações do muro perimetral foi ainda construída uma outra estrutura, ainda não completamente interpretada (unidade construída 3), que reutilizou a parte da parede do aqueduto que cruza aquela área, com um ramal que assegurava o abastecimento das termas (Martins *et al.*, 2015: 17-22; Martins *et al.*, 2016b: 47-50).



Figura 12. Ortofoto com a localização das Termas, do Teatro e da 'Casa da Bica' (©GoogleMaps).

De entre as construções erguidas na área envolvente do Teatro destaca-se a designada 'Casa da Bica', identificada em 1977, que foi objeto de novos trabalhos arqueológicos entre 2014 e 2015, destinados a esclarecer a sua cronologia e a configuração planimétrica da estrutura.

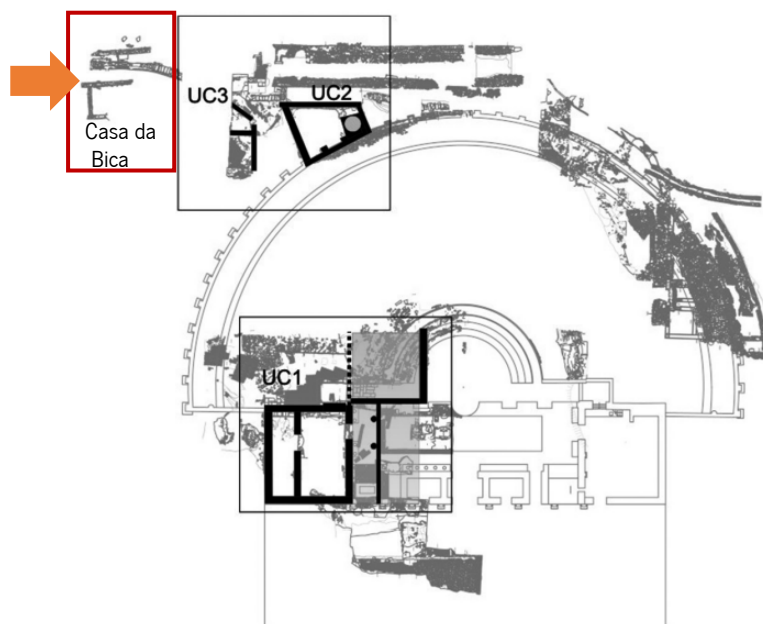


Figura 13. Planta do teatro com a localização das unidades construídas (**UC**) do Baixo-império (Martins *et al.*, 2016b: 47).

2.2.2 O tesouro monetário

Durante a intervenção arqueológica realizada na ‘Casa da Bica’, em 2015, foi identificado um tesouro com 371 moedas de bronze (Figura 14), aparentemente cunhadas no século IV (Martins *et al.*, 2016: 20), as quais foram estudadas na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, depois de terem sido limpas na Universidade Portucalense, onde se assegurou também a estabilização do processo de corrosão.

Os dados disponíveis apontam para o fato da ‘Casa da Bica’ representar uma unidade habitacional que terá sido construída posteriormente à desafetação do teatro, uma vez que a sua ocupação colidia com o funcionamento do edifício. A parte conservada da estrutura, é composta por um conjunto de quatro muros que se preservaram, sabendo-se contudo que a estrutura foi cortada para a fundação dos prédios que limitam o topo norte da área vedada da Colina da Cidade, quando se procedeu à urbanização moderna da Rua de S. Sebastião na década de 70 do século XX (Delgado *et al.*, 1989: 8; Ribeiro, 2008: 17).



Figura 14. Identificação do tesouro da ‘Casa da Bica’ (Martins *et al.*, 2016: Apêndices, Foto 49).

O tesouro foi encontrado num nível (UE1028) que integrava elementos do derrube da parede poente da construção, individualizada com a UE1021, presumindo-se que nela teria sido escondido, que terá tombado para o exterior. Na verdade, o tesouro foi encontrado na parte de fora da estrutura, composta por três compartimentos, separados pelos muros representados pelas UEs1019 e 1022 (Figura 15).

Uma das entradas fazia-se seguramente através do muro identificado com a UE1021, onde terá sido guardado o tesouro, que regista uma soleira que dava acesso ao compartimento definido pelas paredes formadas pelos muros correspondentes às UEs 1023 a norte, 1020 a nascente e 1022 a sul (Figura 15). Sabemos que existiria um outro compartimento a norte do muro definido com a UE1019 que foi cortado para implantar dos prédios da Rua de S. Sebastião. Sabemos também que o compartimento delimitado a sul pelo muro identificado com a UE1023 e a norte por aquele que corresponde à UE 1019 possuía um pavimento de *opus signinum* (UE1212), que se situaria à cota de 193m, sobre o qual foi encontrado um nível negro com carvões (UE1211). Sobre ele foi encontrado um nível argiloso (UE1210) associado a um outro nível de incêndio (UE1208), sobreposto pela UE1192 que deverá corresponder ao nível de abandono, pois sobre ele foi identificado o nível de derrube de material laterício do telhado (UE1078), sobreposto por outros níveis de demolição.

2.3 A zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo

2.3.1 Enquadramento arqueológico

Esta zona arqueológica conheceu, até ao momento, três intervenções diferentes. A primeira foi coordenada pelo Cónego Luciano dos Santos, em 1966, na qual foi possível por a descoberta um conjunto de ruínas associadas ao peristilo de uma *domus* romana (Delgado *et al.*, 1989: 29). A segunda, realizada nos anos 80 do século XX, dirigida por Manuela Delgado e Alexandra Gaspar, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, teve como objetivo realizar a limpeza e o levantamento topográfico das ruínas (Magalhães, 2010: 85-86). Finalmente, a mais recente, foi desenvolvida ao longo do meses de fevereiro e março de 2016, no âmbito do ‘Projeto de reabilitação do claustro e da *domus* romana do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo, tendo sido realizada por uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Nesta última intervenção foram abertas oito sondagens nos jardins internos e no claustro do antecitado seminário e do Museu Pio XII, com o intuito de avaliar as potencialidades arqueológicas do sítio e a possibilidade de valorização das ruínas da *domus* romana, cujo peristilo foi identificado nas escavações de 1966 (Martins *et al.*, 2016a: 7). Nesta intervenção os vestígios identificados revelaram a longa ocupação daqueles terrenos, os quais testemunham uma ação humana ininterrupta desde o Alto Império romano até aos dias de hoje (Martins *et al.*, 2016a: 26-35).

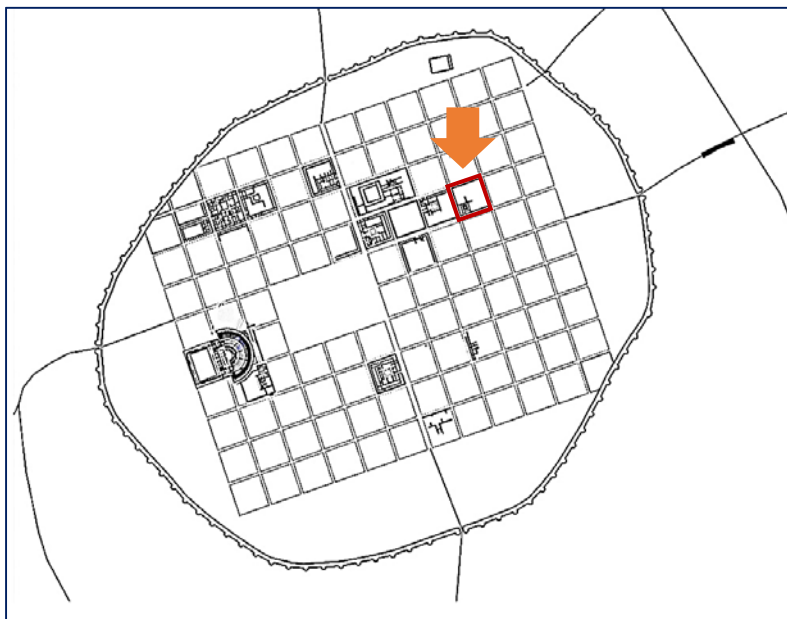


Figura 16. Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (Martins *et al.*, 2016b: 37).

Os níveis mais antigos desta zona arqueológica, identificados na campanha de 1966, retratam a construção de uma *domus*, na segunda metade do século I, com um conjunto de muros e pilares que delimitavam um amplo pátio (Magalhães, 2010: 87).

A segunda fase construtiva está definida pela reforma da habitação, realizada entre finais do século III/inícios do IV, bem representada pelas alterações levadas a cabo na área do peristilo, a qual incorporou a instalação de um tanque com um mosaico com figurações de fauna marinha (Figura 17) e a construção de um hipocausto que deverá corresponder a um *balneum* de uso privado, identificado na intervenção dos anos 80 do século passado (Magalhães, 2010: 87).

Durante a campanha de 2016, uma das sondagens foi implantada nas imediações dos limites do peristilo a fim de verificar se os muros que o delimitam possuem prolongamento para norte. Os resultados desta sondagem permitiram ampliar os conhecimentos acerca da reforma sofrida pela habitação nos finais do século III/inícios do IV, a qual reestruturou as salas localizadas a norte do peristilo (Martins *et al.*, 2016a: 9). Uma outra sondagem foi implantada no jardim do Museu Pio XII, na área onde presumivelmente estaria o pórtico nascente da *domus* romana (Figura 18) e permitiu o reconhecimento de estruturas que revelam a compartimentação do pórtico desta *domus*, atividade que está associada à reforma referida (Martins *et al.*, 2016a: 19-21).

Na verdade, o avanço da área construída das *domus* de *Bracara Augusta* sobre os pórticos que circundavam os quarteirões constitui um fenómeno muito bem documentado em outras áreas da cidade (Magalhães, 2010: 44-45, 55).



Figura 17. Pormenor do peristilo e do mosaico do tanque da *domus* do Seminário de Santiago (Magalhães, 2016: 135)

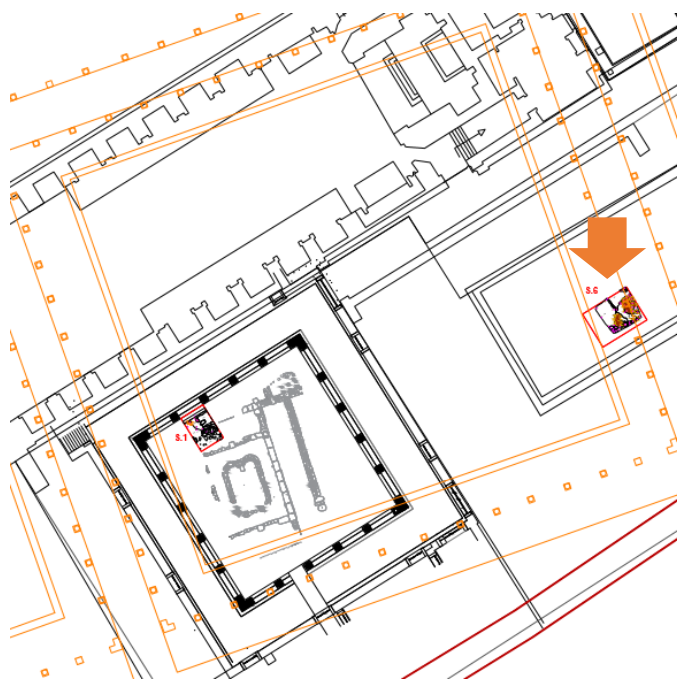


Figura 18. Pormenor da planta final interpretada da intervenção de 2016 do Seminario Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (Martins *et al.*, 2016a: Apêndices, Figura 28).

2.3.2. O tesouro monetário

Durante a campanha de 2016 foi identificado um tesouro composto por 481 moedas de bronze, aparentemente datáveis dos séculos III e IV, levando-se em conta a dimensão dos objetos.

Este pequeno tesouro foi encontrado sob tégulas, num nível de destruição (UE151) (Figura 19), associado ao abandono do compartimento que foi construído na área do pórtico, construído aquando da reforma que a *domus* sofreu nos finais do século III/inícios do século IV (Martins *et al.*, 2016a: 19-21).

Na verdade, podemos associar o tesouro a um muro, detetado na sondagem 6, individualizado com a UE150, que se encontra articulado com um piso (UE167). As duas estruturas correspondem a uma remodelação do anterior pórtico que foi compartimentado.

Muito embora se desconheça a natureza das atividades que aí se desenrolaram é inquestionável que este novo espaço terá sido usado ao longo do século IV, podendo ter persistido ocupado na Antiguidade Tardia, tendo em conta os materiais associados aos níveis arqueológicos detetados.

Tendo em conta os dados cronológicos disponíveis julgamos poder situar o ocultamento nos inícios do século V.

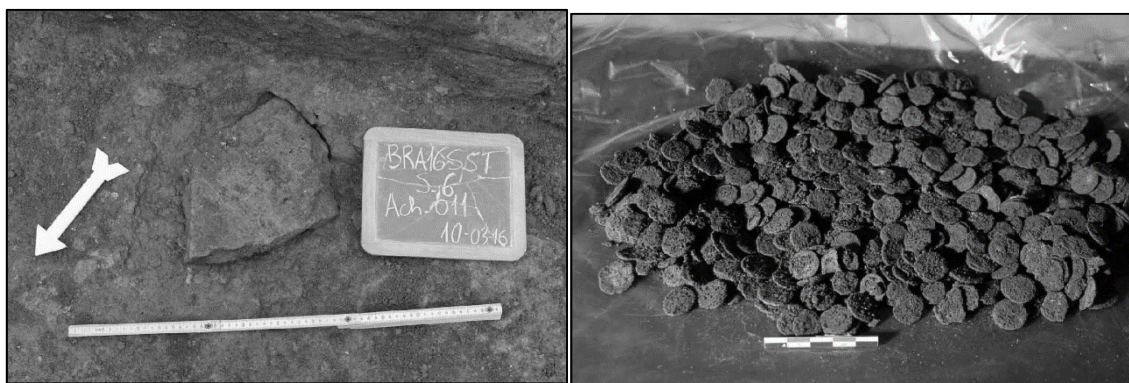


Figura 19. Pormenor do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (Martins *et al.*, 2016: Apêndices, Foto 72, 77).

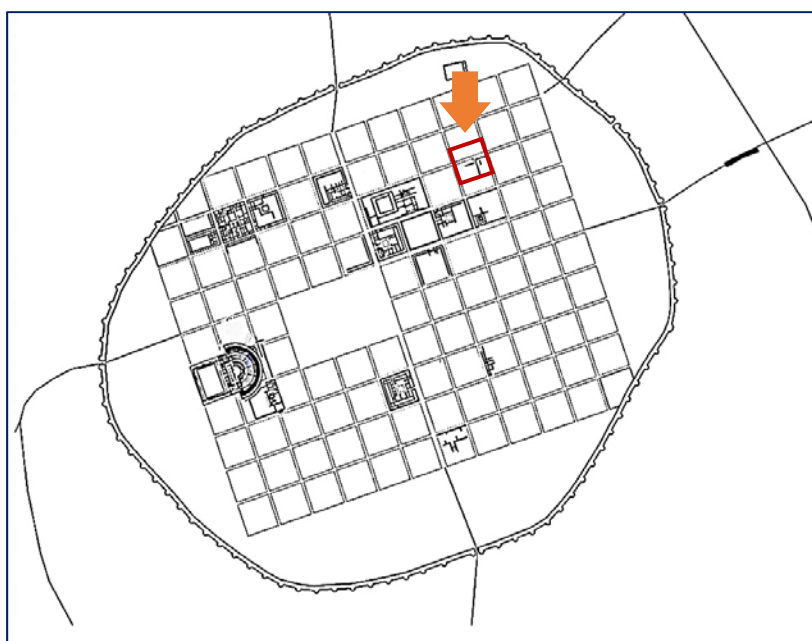
2.4 A zona arqueológica da Rua D. Afonso Henriques nº 86

2.4.1 Enquadramento arqueológico

Este logradouro da cidade nunca sofreu uma intervenção arqueológica. De fato, o que sabemos acerca do mesmo é que se encontra na área interna da cidade romana, de acordo com a proposta de restituição da malha urbana fundacional (Martins *et al.*, 2012: 36-39).

A unidade habitacional em que este tesouro foi identificado localizava-se no quadrante noroeste da cidade romana, situando-se a norte da *domus* do Seminário de Santiago.

Esta rua sofreu, desde a Idade Média, algumas mudanças de nome. Salientamos, com efeito, que durante o medievo esta artéria da cidade tinha o designativo de Rua Paio Manta, alterado para Rua do Coelho no século XVI, Rua d'El-Rei em 1892 e, finalmente, Rua D. Afonso Henriques em 1944 (Ribeiro, 2008: 458).



20. Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA da Rua D. Afonso Henriques nº 86 (Martins *et al.*, 2016b: 37).

2.4.2 O tesouro monetário

Aquando da sua deslocação a Braga, em março de 1896, para recolha de notícias acerca do passado romano da cidade, José Leite de Vasconcelos terá tomado conhecimento de um tesouro composto por milhares de moedas romanas de cobre, chamadas por ele de ‘bronzes

mínimos' do qual dá conta na revista 'O Arqueólogo Português' (Vasconcelos, 1918: 357). Este tesouro encontra-se atualmente depositado parte no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa e parte no Museu da Sociedade Martins Sarmiento.

Para além de nos indicar a existência do tesouro, José Leite de Vasconcelos facultou-nos duas importantes informações acerca do mesmo, referentes às condições do seu ocultamento, bem como às cunhagens presentes no mesmo. De fato, Vasconcelos afirma ter visto um fragmento de 0,70m à 0,80m de uma talha de barro, dentro da qual havia sido depositado o conjunto monetário. É de salientar ainda que o autor destas notícias procedeu à restituição deste recipiente e produziu um cróqui da mesma (Figura 21) (Vasconcelos, 1918: 357).

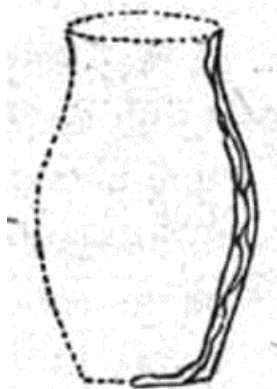


Figura 21. Representação da talha de barro em que foi ocultado o tesouro da Rua D. Afonso Henriques n° 86 (Vasconcelos, 1918: 258).

Por outro lado, Vasconcelos também aponta alguns dados acerca dos anversos das moedas deste tesouro, dentro os quais salienta a presença de uma maioria representada por Constantino e das seguintes legendas visíveis, "*CRISPVS NOB CAES, LICINIVS. N, FL CL IVLIANVS, FL IVL CONSTANTIVS NOB, DN VALENS, CONSTANTIVS PF AVG, DN THEODOSIVS, VALENTINIANVS, DN GRATIANVS*" (Vasconcelos, 1918: 357).

Assumimos por "Constantino" as cunhagens que contêm no anverso o termo 'Constantinus', sendo, portanto, associáveis a Constantino I ou Constantino II. Se levarmos em conta todas as possibilidades de cunhagem em que estes figuram, o arco cronológico destas moedas vai de 306 à 337, com Constantino I e de 317 à 340, com Constantino II. Contudo, há que se incluir também as séries póstumas de Constantino I, as quais tiveram emissões de 337 à 348.

Em “*Crispus nob caes*” incluímos as moedas cunhadas aquando da carreira de César de *Crispus*, o que nos fornece uma cronologia de 317 à 326. Já as possibilidades de leitura de ‘*Licinius.. n*’ se tornam mais difíceis. Para este, temos novamente a mesma situação sugerida para ‘Constantino’, pois podem corresponder tanto a *Licinius I* como a *Licinius II*. Desta forma, alargamos as possibilidades para os dois. Contudo, a expressão ‘..n’ presente no relato de José Leite de Vasconcelos indica-nos a presença da letra “n” em algum momento posterior ao termo ‘*Licinius*’, o que nos aproxima a datações que vão de 320 à 321, com *Licinius I* e de 317 à 324, com *Licinius II*.

A partir da informação ‘*fl cl Iulianus*’, sem o complemento relativamente ao título de *caesar* ou *augustus*, podemos considerar as duas possibilidades. Desta forma, o arco cronológico que estas cunhagens de *Iulianus* nos apresentam vai de 355 à 363. Por outro lado, à partir da menção ‘*fl iul Constantius nob*’ temos a informação de que se trata do período em que *Constantius Gallus* e/ou *Constantius II* foram *Caesar*, ou seja, de 351 à 354 para o primeiro caso e de 324 à 337 para o outro.

A expressão ‘*dn Valens*’ remete-nos a todas as cunhagens de *Valens*, o que nos permite afirmar que a totalidade desta legenda seja “*DN VALENS P F AVG*” e que as datações para estas emissões correspondam a 364 à 378. Da mesma forma, a partir da menção ‘*Constantius pf aug*’ sabemos, de partida, que se trata das cunhagens de *Constantius II* durante o período em que foi *Augustus*. Contudo, não achamos prudente afirmar que a legenda verificada por Vasconcelos se resume ao que foi descrito, pelo que incluímos as fórmulas que se iniciam por ‘*DN*’ e ‘*FL IVL*’, resultando num período que vai de 336 até 363.

Com a expressão ‘*dn Theodosius*’, temos uma situação diferente dos demais casos. Embora seja fácil restituir a legenda, tendo-se em conta que as únicas emissões de *Theodosius* foram feitas com a fórmula ‘*DN THEODOSIVS P F AVG*’, julgamos poder tratar-se de dois imperadores, *Theodosius I* e *Theodosius II*, com cronologias de 379 a 395 para o primeiro e 402 à 450 para o segundo. Tendencialmente preferimos pensar nas possibilidades de datações mais antigas, tendo-se em vista a baixíssima frequência de numismas do século V em *Bracara Augusta*.

O mesmo se passa com a fórmula ‘*Valentinianus*’, que pode reportar-se tanto a *Valentinianus I*, *Valentinianus II* como a *Valentinianus III* e suas emissões de, respetivamente, 364 à 375, 375 à 392 e 425 à 455. Assim como em ‘*dn Theodosius*’, tendemos a supor

cronologias mais antigas, ainda que não descartemos as mais recentes. Por fim, a fórmula '*dn Gratianus*' é estabelecido pelas cunhagens de 367 à 383.

Um outro erudito dos finais do século XIX e inícios do século XX, Albano Belino, produziu um 'Catalogo das Moedas romanas, celtiberas e visigodas pertencentes à Sociedade Martins Sarmento' (Belino, 1900), ao longo do qual salienta o aparecimento de duas moedas de ouro de *Honorius*, com a sua devida descrição, 'que apareceram na antiga rua do Coelho quando há anos foram demolidas algumas casas para a abertura da nova rua d'El-Rei'¹ (Belino, 1900: 141), as quais acreditamos corresponderem a objetos pertencentes ao tesouro da Rua D. Afonso Henriques n.º 86, apesar de não ter sido referido por nenhuma outra pessoa que procedeu à descrição deste ocultamento a presença de uma moeda de ouro.

Trata-se de dois *solidi* de 395-402 (RIC X 1206) em que no anverso figura o busto de *Honorius* diademado voltado à direita com a legenda *D N HONORIVS P F AVG*. No reverso temos o imperador de pé, voltado à direita, com um estandarte na mão direita e a *Victoria* sob um globo na mão esquerda e a legenda *VICTORIA AVGGG* (apesar de Belino transcrever "*VICTORIA AVGG*"). No campo, o numisma apresenta a inscrição '*MD*', que nos permite identificar a cidade em que a moeda foi cunhada, *Mediolanum* (Belino, 1900: 141; Kent, 1994: 318).

Foram ainda produzidas outras duas referências a este tesouro. De fato, Eduardo Pires de Oliveira (1978), ao realizar um balanço dos apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, reitera as informações produzidas por José Leite de Vasconcelos e anexa uma fotografia com alguns exemplares dos numismas deste tesouro (Figura 22) (Oliveira, 1978: 27, 43). A partir deste registo é possível perceber alguns dos reversos das moedas provenientes deste ocultamento, dos quais salientamos os representantes da série *uota* com grinalda, acampamento militar, globo sobre altar (*beata tranquillitas, uotis uicennalibus*), entre outros. Salientamos também a presença de anversos pertencentes à série póstuma de *Constantinus I* e à série urbana de *Roma* ou de *Constantinopla*.

Por outro lado, David Mendes fornece a quantidade dos objetos deste tesouro, composto por 22468 moedas de bronze e um denário (Mendes, 2015: 236). Salientamos que pela primeira vez é referida uma emissão em prata para este ocultamento.

¹ 'O sr. Candido Maria Martins, de Braga, possui dois exemplares que apareceram na antiga rua do Coelho quando ha annos foram demolidas algumas casas para a abertura da rua Nova de Elrei' (Belino, 1900: 141).

A análise das moedas, segundo as referências apontadas por José Leite de Vasconcelos (1918), Albano Belino (1900), Eduardo Pires de Oliveira (1978) e David Mendes (2015), sinaliza um tesouro com grande concentração de moedas do século IV e com algumas ocorrências de objetos do início do século V. Em relação aos imperadores que o figuram, vemos uma alta concentração de peças da dinastia constantiniana, representadas por *Constantinus I e II, Constantius Gallus, Constantius II, Crispus, Licinius e Iulianus*, bem como de membros da dinastia valentiniana, com *Valens, Valentinianus I e II e Gratianus*, e theodosiana, dentre os quais *Honorius, Theodosius I e II e Valentinianus III*.



Figura 22. Pormenor das moedas do tesouro da Rua D. Afonso Henriques n° 86 (Oliveira, 1978: 43).

Embora sejam reduzidas as referências acerca dos metais utilizados nas moedas que compõe este tesouro, podemos considerar, a partir dos dados disponíveis, uma maioria composta por bronzes, para além de possíveis dois *solidi* e um *denarius* (ou seria este um *argentum*?). Contudo, dadas as condições da identificação deste ocultamento, e sobretudo por ter sido descoberto ainda no século XIX, não estranhemos a dificuldade em precisar as informações sobre o mesmo. De fato, a presença das duas moedas de ouro, as quais salientamos pela raridade em se encontrar este metal nos contextos arqueológicos, não nos parece impossível, ou improvável, atendendo à sua posse, nos finais do século XIX, nas mãos de um particular, cujo nome conhecemos a partir do relato de Albano Belino: o sr. Candido Maria Martins (Belino, 1900: 141).

2.5 A zona arqueológica da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade

2.5.1 Enquadramento arqueológico

A zona arqueológica da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade contou com intervenções ao longo do século XX, bem como com algumas descrições realizadas por eruditos sobre este sítio nos finais do século XIX e nos inícios da centúria passada.

De fato, a primeira referência deve-se a Albano Belino (1895), aquando de sua visita ao quintal da casa de Fernando Castiço, bracarense que ali habitava. Desta feita, Belino publicou três das quatro epígrafes que encontrou, tratando-se de estelas funerárias recolhidas e ali expostas (Belino, 1895: 99-100).

Pouco tempo depois, José Leite de Vasconcelos, em referência à visita que fez a Braga em 1896 descreve um tanque retangular com dimensões de 5,33m por 3,97m e, sensivelmente, 1,86m de profundidade, com vestígios de um revestimento constituído por mosaicos no lastro e nas paredes com temas de fauna marinha, da qual se reconheceram peixes policromados (Vasconcelos, 1918: 358). Contudo, o autor salienta que entre a sua ida ao local e a publicação do artigo sobre o referido tanque, o mesmo havia sido destruído (Vasconcelos, 1918: 359).

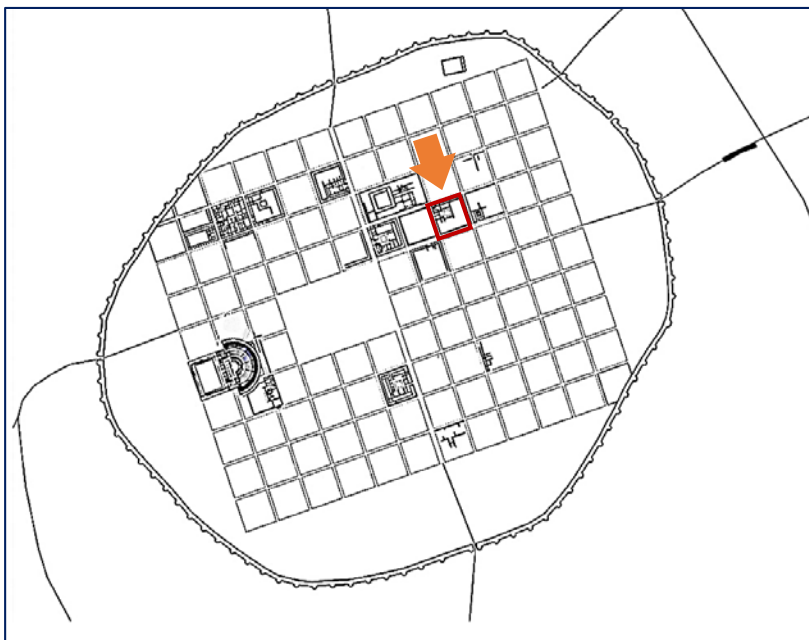


Figura 23. Malha urbana baixo-imperial com a localização da ZA da Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade (Martins *et al.*, 2016b: 37).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente em 1967, foram realizadas sondagens no Largo de S. Paulo, coordenadas por José Rigaud de Sousa e Maria Saete da Ponte, a fim de verificar possíveis prolongamentos das estruturas identificadas no ano anterior no claustro do Seminário de Santiago, designadamente, onde aparecera o peristilo de uma *domus* romana (Sousa e Ponte, 1970: 392). Contudo, os resultados desta campanha mostraram-se insuficientes, a nível da estratigrafia e das edificações, para que pudessem ser relacionados com as estruturas encontradas na referida instituição religiosa (Sousa e Ponte, 1967: 2).

Todavia, no ano seguinte resolveu-se ampliar a área de escavação para o quintal da fábrica de confeções do Cardoso da Saudade, que delimitava o Largo de S. Paulo a poente, de maneira a verificar o estado de conservação do tanque observado por José Leite de Vasconcelos, em 1896 (Vasconcelos, 1918: 358-359), bem como outras demais estruturas que a ele pudessem estar associadas. Nesta intervenção, foi possível identificar um conjunto de muros de diversas fases de ocupação daquela zona arqueológica, que incluíam paredes do período romano, sobre as quais foram implantadas outras que provavelmente pertenceram ao antigo Colégio de S. Paulo, fundado por D. Diogo de Sousa no século XVI (Sousa e Ponte, 1970: 393-394).

O tanque que Vasconcelos havia descrito foi incorporado noutra de maiores dimensões, o que afetou gravemente a conservação do mesmo. Contudo, o estudo dos motivos presentes nos vestígios do mosaico com fauna marinha, do qual foram identificados peixes, conchas e água de maneira estilizada, possibilitou a datação deste entre os finais do século III e o século IV (Sousa e Ponte, 1970: 394-395).

Quase duas décadas depois, entre outubro de 1982 e junho de 1983 (Figuras 24 e 25), sob a direção de Lino Tavares Dias, foi realizada uma ampla campanha de escavação nos terrenos da antiga fábrica do Cardoso da Saudade, nos quais estava previsto ser construído um edifício. Nesta intervenção foi possível identificar um amplo conjunto de estruturas, sobretudo canalizações e pavimentos em *opus signinum*, bem como muros cujas valas de fundação apresentam materiais de época romana com cronologias que vão do século I aos séculos IV/V (Delgado *et al.*, 1984: 95-97).



Figura 24. Perspetiva geral das ruínas da antiga fábrica do Cardoso da Saudade (1983) (©UAUM).



Figura 25. Pormenor das ruínas da antiga fábrica do Cardoso da Saudade (1983) (©UAUM).

A partir dos dados disponíveis é possível caracterizar duas fases de ocupação desta zona arqueológica. Da primeira, com cronologia de finais do século I e inícios do século II, foram identificados materiais cerâmicos de produção *terra sigillata* itálica, gálica e hispânica, bem como fragmentos de contentores anfóricos provenientes da *Baetica*, dos quais se destacam os das formas Haltern 70 e Dressel 7/11. Este material estava associado a um enchimento de nivelamento e à vala de fundação de uma canalização, tendo sido interpretados como níveis que

documentam a fundação de uma unidade habitacional que teria ocupado este quarteirão da cidade romana (Magalhães, 2010: 80).

Associados à segunda fase de ocupação, salientamos o conjunto de muros identificados na campanha de 1983, que aludem a uma reforma datável dos finais do século III e inícios do século IV. Relacionado a esta fase incluímos o mosaico descrito por Leite de Vasconcelos (1917: 358), tendo-se em vista o reconhecido processo de remodelação das habitações da cidade no Baixo-império, que se associa à construção de banhos privados e à renovação dos programas decorativos, com amplo uso de pinturas nas paredes e mosaicos nos pavimentos, documentados nas *domus* da Escola Velha da Sé e do Seminário de Santiago (Magalhães, 2010: 51, 87; Magalhães, 2015: 79).

2.5.2 O tesouro monetário

Durante as campanhas de 1983 e 1984 foram identificados dois tesouros monetários, compostos, respetivamente, por 595 e 851 numismas, cronologicamente situados no Baixo-império, com ênfase no século IV (Delgado *et al.*, 1989: 10-11; Mendes, 2015: 236).

Embora não tenhamos mais dados disponíveis acerca destes ocultamentos, é possível associá-los, a partir das informações acima referidas, ao conjunto de tesouros amplamente reconhecidos para o Baixo-império, os quais apresentam um alto e concentrado número de moedas do século IV e alguns exemplares que tendencialmente remontam aos finais do século III e outros aos inícios do século V. Confirma-se, portanto, o quadro geral do fluxo monetário de *Bracara Augusta*, documentado, também, nos achados numismáticos isolados, que documentam uma grande quantidade de exemplares dos filhos de Constantino I, sobretudo Constâncio II e Constante (Amaral, 2005: 74; Mendes, 2015: 237).

Parte III

Os tesouros e o seu contributo para a circulação monetária

1. Introdução

Neste momento do presente trabalho apresentaremos o estudo de dois tesouros monetários identificados em contextos domésticos de *Bracara Augusta*, designadamente, os ocultamentos do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e da ‘Casa da Bica’.

É de se salientar, previamente, que todas as moedas destes tesouros foram classificadas e fotografadas e esses dados foram inseridos em formulário próprio da base de dados do Sistema de Informação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho/2ArchIS, o que permitiu a produção de dois catálogos, um para cada tesouro, material que configura os Apêndices desta dissertação.

Os numismas que compõem os ocultamentos foram analisados a partir de quatro perspetivas: distribuição cronológica, distribuição geográfica, análises geocronológicas e análises metrológicas.

A distribuição cronológica diz respeito a três momentos. Em primeiro lugar realizou-se uma categorização por dinastias (constantiniana, valentiniana e teodosiana) e, dentro destas, por entidade emissora (*i.e.*, imperadores e imperatrizes). Por fim, aplicamos as balizas cronológicas que perfazem as fases de circulação monetária verificadas por Zabaleta Estévez (1999), Luís Amaral (2007) e David Mendes (2015) para *Bracara Augusta* no Baixo-império.

No que tange à distribuição geográfica, foram verificadas as casas de cunhagem que estão representadas no abastecimento monetário da cidade. A fim de melhor perceber esta distribuição foi localizada a origem dos numismas em relação ao seu local de produção na divisão administrativa do *orbis romanorum* proposta por Diocleciano e pela tetrarquia entre Império do Ocidente ou do Oriente.

As análises geocronológicas procuraram perceber as possíveis modificações da proveniência das moedas no período estudado, ou seja, os processos de concentração ou diversificação da origem do abastecimento monetário ao longo do século IV e início do V. Para tal, procedemos a duas abordagens, uma que relaciona as dinastias com as cecas e outra que analisa as casas de cunhagem representadas nas fases da circulação monetária bracaraugustana.

Por fim, as análises metrológicas podem ser divididas em dois momentos. O primeiro diz respeito à caracterização das moedas dos tesouros a nível de seus atributos físicos, concretamente do diâmetro. Os bronzes baixo-imperiais foram classificados tendo por base uma escala que estipula cinco valores, definidos pelo diâmetro dos objetos: *Ae1*, 25mm ou mais; *Ae2*, entre 21 e 24mm; *Ae3*, entre 15 e 20mm; *Ae4*, entre 11 e 14mm; e *Ae5*, 10mm ou menos. No segundo momento, abordaremos aspetos cronológicos relacionados com o valor das moedas, representadas a nível de maior ou menor diâmetro, através da afiguração dos *Ae* nas dinastias e nas fases de circulação monetária, de maneira a perceber a qualidade do material que compunha a massa monetária no decorrer do Baixo-império em *Bracara Augusta*.

2. O tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago

O ocultamento monetário identificado na zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago é composto por 481 bronzes baixo-imperiais. Destes, a mais antiga moeda está representada por uma emissão de Diocleciano, de 284-294, em que no reverso figura a imagem de *Jupiter* de pé, voltado à esquerda, com uma águia aos pés, a segurar um cetro e um globo, este encimado pela *Victoria*, cuja legenda, embora ilegível, seria *IOVI CONSERVATORI ORBIS*. Por outro lado, a cunhagem mais recente é atribuída a Valentiniano III, de 425-435, em cujo reverso vemos a imagem do Imperador ou de *Dea Roma* voltada à esquerda a segurar uma lança e um globo.

Temos, portanto, um tesouro eminentemente composto por numismas do século IV. De facto, com exceção das duas moedas referidas e de uma outra, emitida por Honório em 402-423, da série *SALVS REIPUBLICAE*, na qual a *Victoria*, voltada à esquerda, segura um troféu/estandarte e um cativo, todas as demais foram cunhadas no quarto século. Contudo,

ainda é preciso salientar que em seis moedas o arco cronológico possibilita que a produção tenha ocorrido na primeira metade do século V.

Como é recorrente entre o material numismático deste período, um grande número dos objetos encontra-se ilegível, sendo possível atribuir-lhes apenas uma referência de cunhagem associada ao Baixo-império romano. Este quantitativo corresponde a 131 moedas, ou seja, 27.2%, número que se aproxima ao identificado em Conimbriga, em que 30% dos numismas eram ilegíveis (Pereira *et al.*, 1974: 245).

2.1. Distribuição cronológica

As três dinastias que configuraram o Baixo-império romano estão presentes neste tesouro. Contudo, a quantidade de moedas pertencentes a cada uma delas apresenta diferenças significativas. A dinastia melhor representada neste ocultamento é, com efeito, a constantiniana, que representa 58.21% do conjunto, ou seja, 280 objetos, enquanto das dinastias que se seguiram, valentiniana e teodosiana, foram identificadas, respetivamente, 24 e 12 moedas.

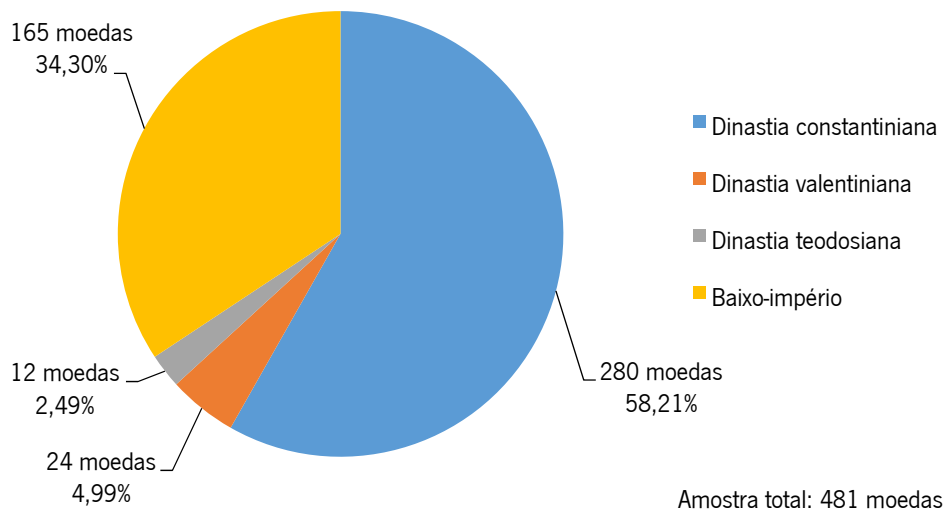


Figura 26. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por dinastias (©UAUM).

Dentre os imperadores e imperatrizes que figuram no anverso das moedas atribuídas à dinastia constantiniana, destacamos o alto número de moedas com o rosto de *Constans* ou de

Constantius II, que perfazem, juntas, 143 objetos, o que representa 51,07% das moedas emitidas pela dinastia constantiniana e 29,72% do total de numismas do tesouro.

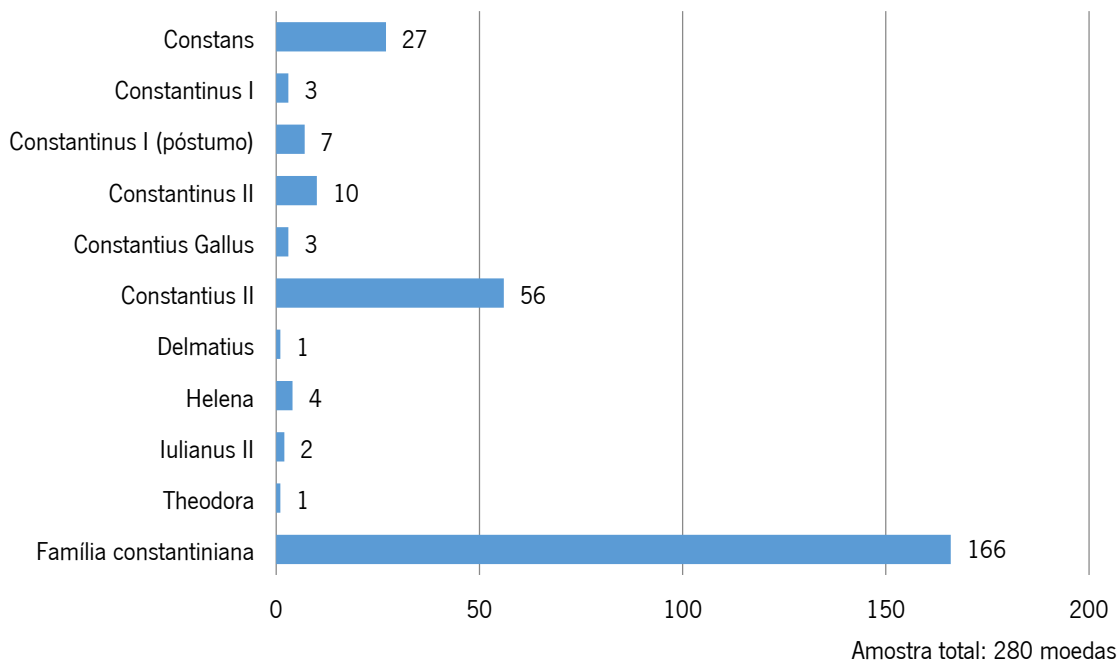


Figura 27. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por entidade emissora da dinastia constantiniana (©UAUM).

Das emissões atribuídas à dinastia valentiniana, salientamos a presença de todos os imperadores que a compuseram. Apesar do baixo número de objetos identificados, é possível perceber uma maior presença das emissões de *Valens*, seguidas pelas de *Gratianus* e *Valentinianus II*, com sensivelmente o mesmo número de moedas, e, por fim, *Valentinianus I*, com apenas um exemplar.

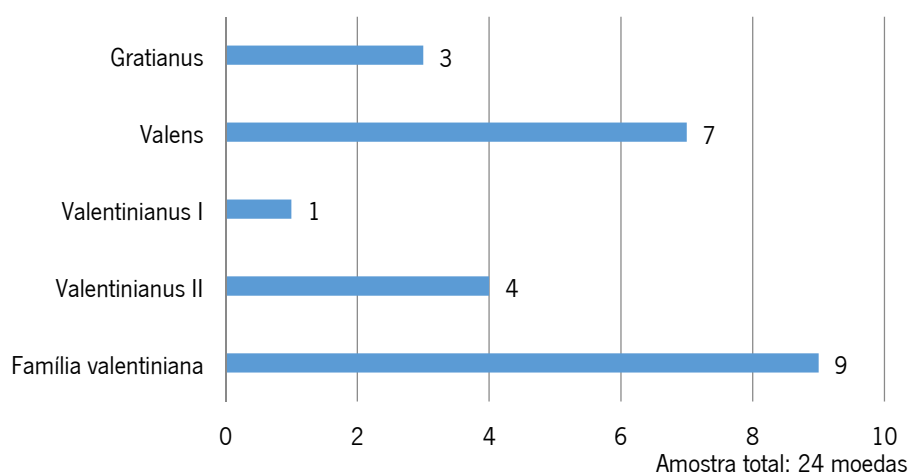


Figura 28. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por entidade emissora da dinastia valentiniana (©UAUM).

Por fim, no que concerne às cunhagens da dinastia teodosiana, estas documentam a diminuição do numerário com o fecho do século IV e início do V. Dentre os imperadores representados figuram-se os aversos de *Theodosius I*, *Arcadius*, *Honorius* e *Valentinianus III*, sendo este último representante da emissão mais recente identificada no tesouro.

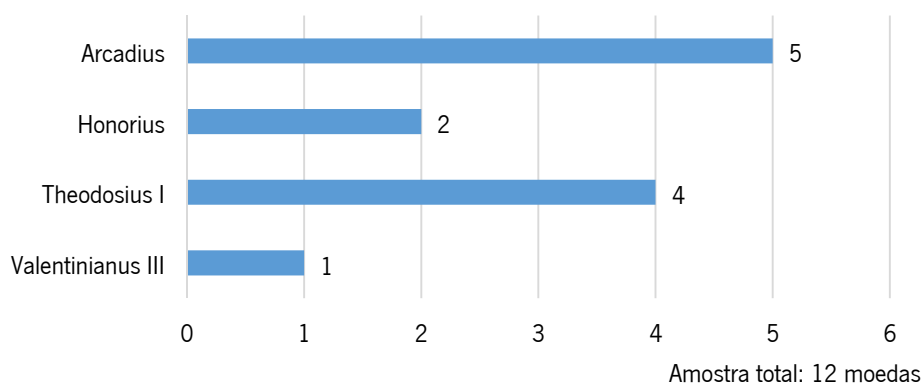


Figura 29. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por entidade emissora da dinastia teodosiana (©UAUM).

Se levarmos em conta os padrões do fluxo monetário baixo-imperial de *Bracara Augusta*, poderemos obter informações acerca da distribuição cronológica que nos remetam aos anos, ou a conjuntos de anos, em que as moedas foram cunhadas. A proposta de Zabaleta Estévez (1999) incide em três fases para o século IV, marcadas por períodos de trinta anos, a saber, de 300 à 330, de 330 à 360 e de 360 adiante. Por outro lado, Luís Amaral (2007) estabeleceu

uma hipótese de leitura da circulação monetária baixo-imperial um pouco distinta, apesar de grande proximidade. Para este investigador, a divisão do período de 270 à 335, de 336 à 361 e de 361 adiante produziu melhores resultados no estudo que desenvolveu sobre as moedas da zona arqueológica das Carvalheiras (excetuando-se o tesouro). Por fim, David Mendes (2015) estabelece outro quadro, mais resumido e generalista que os demais, o qual aponta apenas duas fases para os séculos III e IV, uma de 193 à 307 e outra de 307 adiante.

Levando-se em conta o material presente no tesouro, parece-nos que a proposta de Luís Amaral (2007) fornece melhores ferramentas de análise da circulação monetária. Contudo, procederemos a uma pequena alteração da sua proposta, colocando como limite final para a segunda fase o ano de 363, o que implica estender o início da terceira para o ano de 364. Esta alteração deve-se, sobretudo, ao alto número de cunhagens do tipo *SPES REI-PVBLICE*, com o imperador voltado à esquerda segurando um globo e uma lança, em que, mau grado o estado de conservação, não foi possível estabelecer maiores informações e afinar a cronologia, situando-se assim essas emissões entre 357 e 363, sendo possível atribuí-las a *Constantius II* e *Iulianus II*.

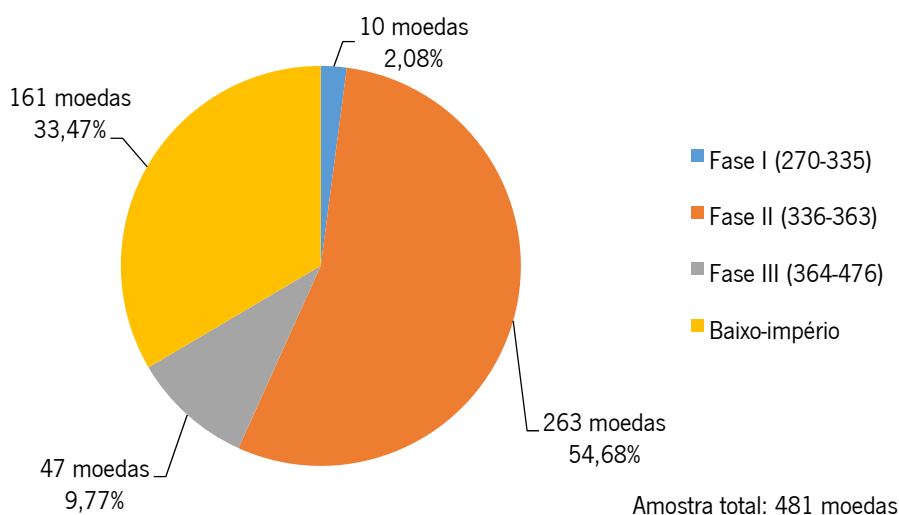


Figura 30. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por fases da circulação monetária (©UAUM).

A primeira fase corresponde ao momento em que Zabaleta Estévez (1999), Luís Amaral (2007) e David Mendes (2015) identificaram um reduzido número de numismas em circulação, que documenta a crise do século III, cujo reflexo deu-se, também, na baixa circulação monetária.

No que toca à segunda fase, destacamos a expressiva presença de emissões de *Constantius Gallus*, *Constantius II*, *Constans*, *Dalmatius*, *Iouianus* e *Iulianus II*, que correspondem a 78.9% das moedas constantinianas e a 45.9% do tesouro. Este segundo momento da dinastia constantiniana, representada pelos filhos de *Constantinus I*, assiste a uma rápida aceleração da circulação monetária, o que identificamos como um reflexo da recuperação económica de *Bracara Augusta*. O período posterior ao ano de 363 documenta o gradativo desaparecimento das moedas, o que aponta o fecho deste tesouro para meados do século V.

2.2. Distribuição geográfica

Através da análise das marcas de casas de cunhagem presentes nos objetos podemos observar a dispersão geográfica da origem das emissões e perceber melhor os centros emissores de numismas que abasteciam a cidade. Contudo, tendo-se em vista a deterioração das peças e as dificuldades de se estabelecer estas informações em caso de ilegibilidade do exergo, é preciso salientar que apenas foi possível identificar a cidade onde a moeda foi produzida em 125 peças, que representam 25,98% do total da amostra.

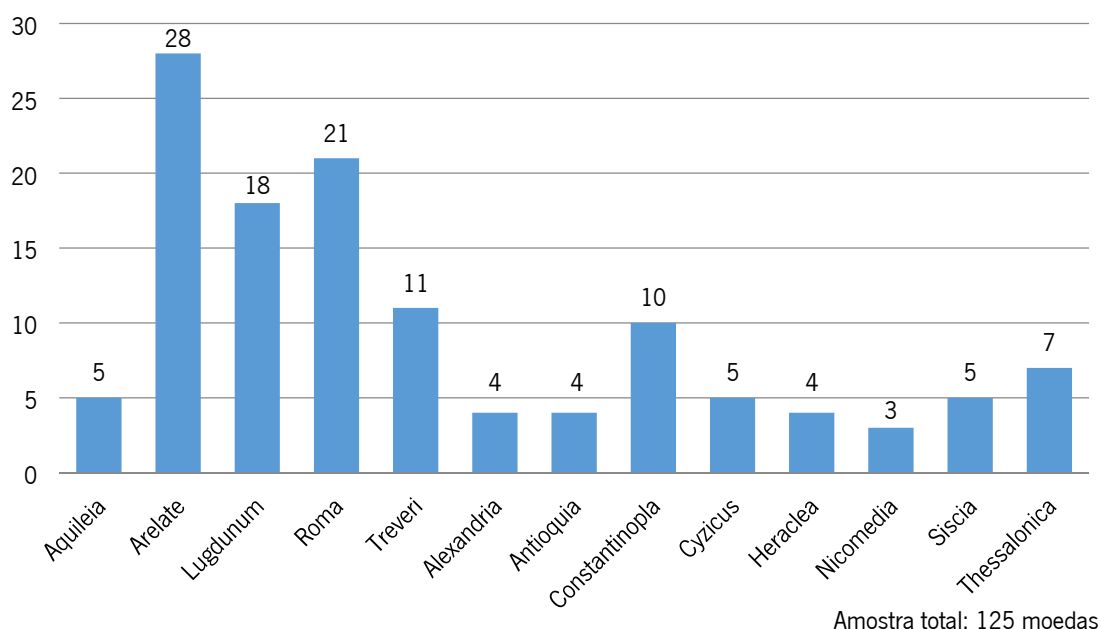


Figura 31. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S.

Paulo/Seminário de Santiago por casa de cunhagem (©UAUM).

Podemos perceber que a distribuição das moedas por casas de cunhagem revela uma boa diversidade a respeito da origem destes objetos. Todavia, é também perceptível uma maior presença de numismas provenientes de determinadas cidades, designadamente, *Roma*, *Arelate* e *Lugdunum*. Desta forma, procedemos com a divisão das casas de cunhagem de forma a localizá-las na parte Ocidental ou Oriental do Império.

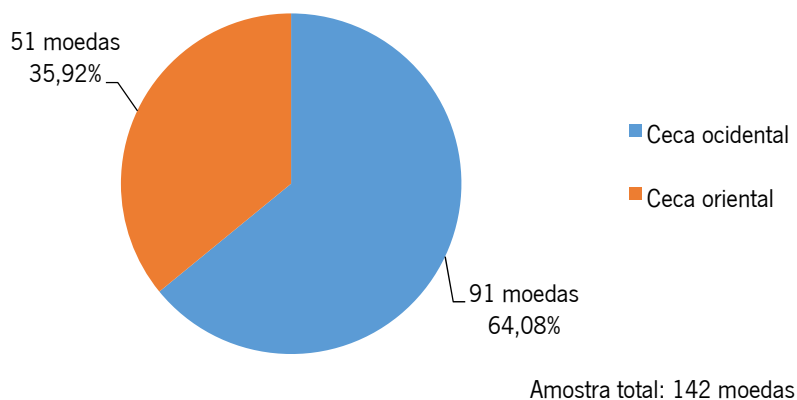


Figura 32. Gráfico com a distribuição pelas casas de cunhagem do Império Romano do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (©UAUM).

Apesar do grande número de moedas em que não foi possível identificar a secção do *orbis romanorum* em que foram cunhadas, é possível perceber a massiva maioria das cecas ocidentais em relação às orientais, cuja proporção aproxima-se do dobro. Esta divisão também foi verificada na análise que Luís Amaral (2007: 78-84) fez dos achados numismáticos isolados provenientes da zona arqueológica das Carvalheiras, em que, sensivelmente, as proporções e as casas com maior presença dentre os exemplares analisados são bastante aproximadas.

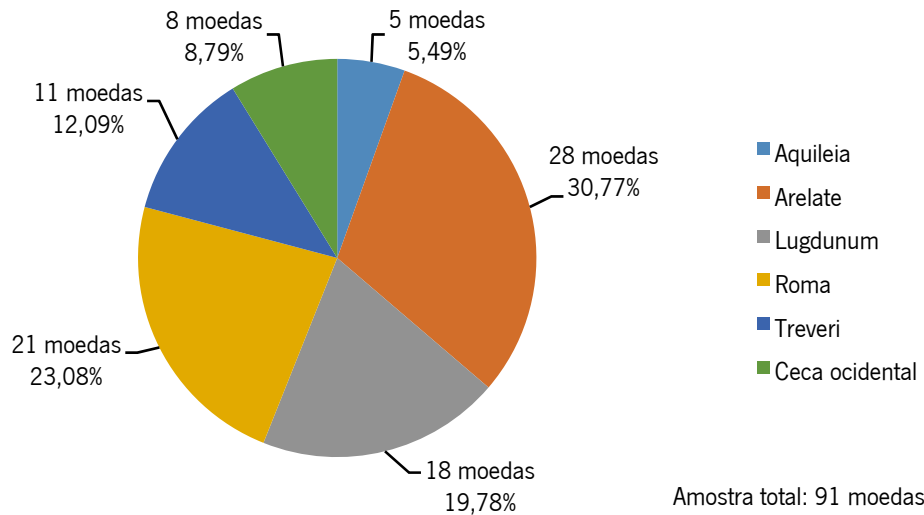


Figura 33. Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem ocidentais do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (©UAUM).

A análise da distribuição da proveniência das moedas de tesouro a partir das casas de cunhagens ocidentais denota a significativa presença das províncias da Gália e da Itália, representadas pelas *officinae* de *Arelate*, *Lugdunum* e *Roma*. Por um lado, torna-se evidente que as cecas mais próximas de *Bracara Augusta* assumiram grande importância no volume de numismas que abasteceram a cidade, e por outro, que os problemas vividos na *Britannia* no século IV parecem ter causado impactos negativos na relação desta província com a *Gallaecia*.

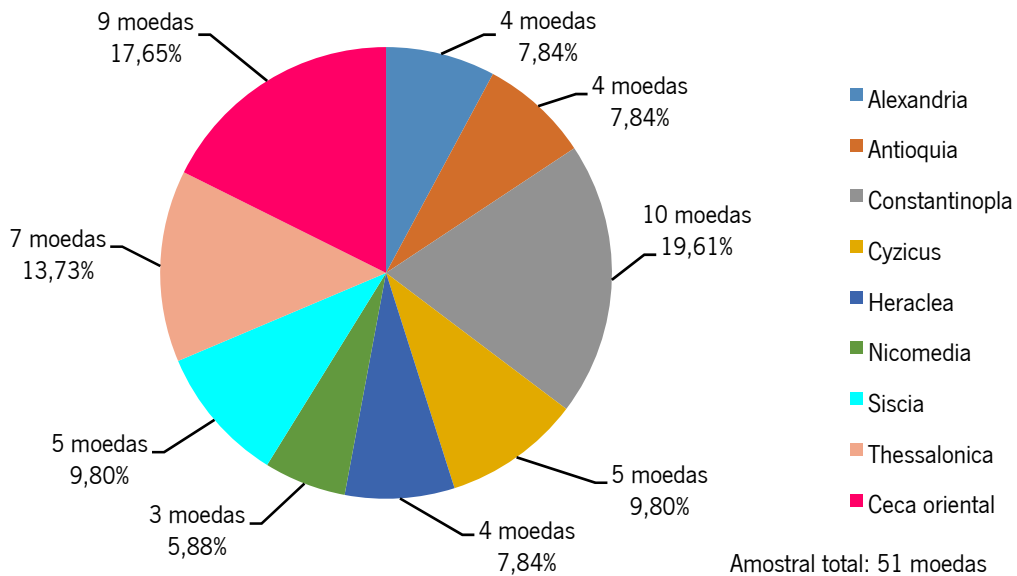


Figura 34. Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem orientais do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (©UAUM).

Por sua vez, a presença de moedas oriundas de cecas orientais não apresenta grandes concentrações como as verificadas nas ocidentais. As variações percentuais e absolutas entre essas *officinae* são sensivelmente homogêneas, permeando os 5-10% para cada uma das oito casas de cunhagem identificadas.

2.3. Análises geocronológicas

Com o intuito de aprofundar os aspetos temporais e geográficos analisados anteriormente, realizámos uma abordagem das moedas a partir do cruzamento destes dois níveis de observação, tendo em vista perceber melhor a evolução da proveniência das moedas ao longo do período baixo-imperial, primeiramente em relação às dinastias e depois às fases da circulação monetária de *Bracara Augusta*.

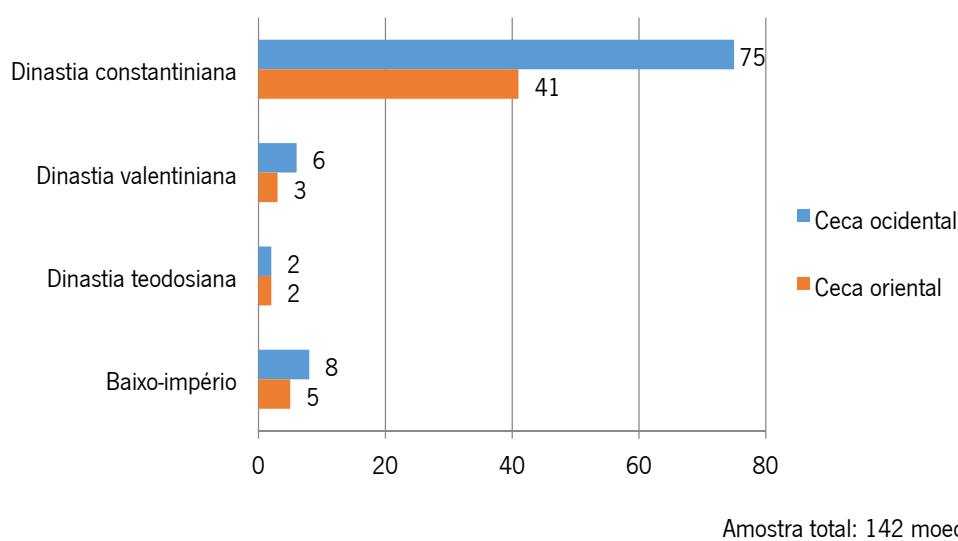


Figura 35. Gráfico com a localização das casas de cunhagem por dinastias do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (©UAUM).

Mau grado o baixo número de moedas em que foi possível determinar a casa de cunhagem em que foram produzidas, o que prejudica a análise de maneira determinante, é possível salientar uma distribuição relativamente homogênea das cecas em relação às dinastias que as emitiram. Apesar de ter sido identificado o mesmo número de numismas provenientes de cidades ocidentais e orientais durante a dinastia teodosiana, o dobro das moedas desta família

não permitiu a afinação geográfica da sua origem, o que nos indicaria com maior precisão o abastecimento monetário de *Bracara Augusta* nos inícios do século V.

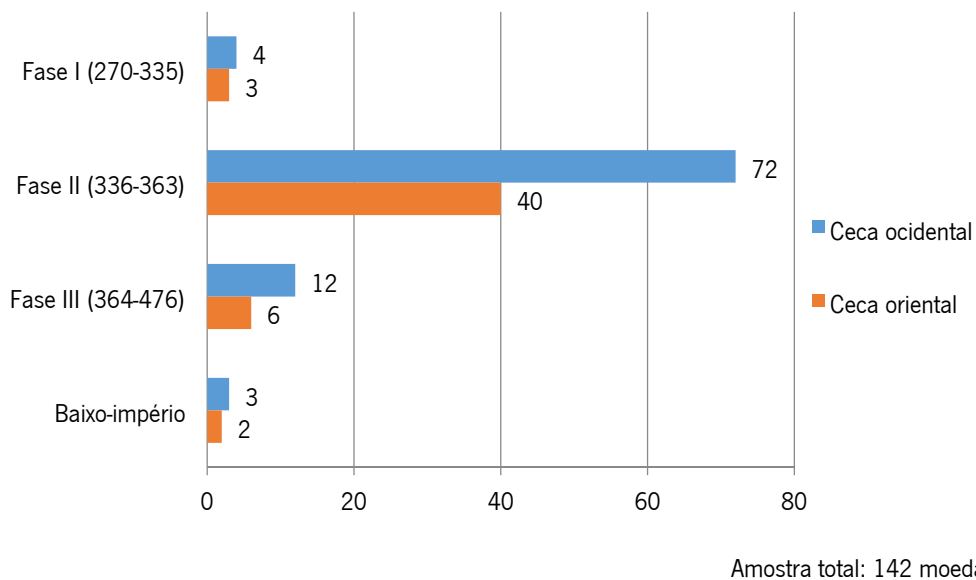


Figura 36. Gráfico com a localização das casas de cunhagem por fases de circulação monetária do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago (©UAUM).

Por outro lado, a localização das casas de cunhagem por fases de circulação, embora reitere a predominância das cecas ocidentais sobre as orientais na massa monetária da cidade, permite-nos algumas observações. A fase I, que corresponde sensivelmente à primeira tetrarquia e perdura até à morte de *Constantinus I*, não apresenta grande variação entre a proveniência das cunhagens, a qual é acentuada na fase II, que engloba o governo dos filhos do referido imperador, com uma presença mais marcante das casas ocidentais.

É na terceira fase, grosso modo nas dinastias valentiniana e teodosiana, que a divisão do Império aparenta condicionar a circulação monetária no Mediterrâneo e o abastecimento de *Bracara Augusta*. Neste recorte temporal, documentamos o dobro de moedas oriundas do Império ocidental em relação ao oriental, o que indica, em primeiro lugar, que os contatos com o Levante não foram interrompidos, embora tenham diminuído. Com efeito, a difusão de numismas e de bens entre as províncias do Ocidente mantiveram-se com um vínculo privilegiado.

2.4. Análises metrológicas

O tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo é composto apenas por moedas de bronze que são enquadráveis nas categoriais de *Ae2*, *Ae3* e *Ae4*, não tendo sido identificado nenhuma atribuível às *Ae1* ou *Ae5*.

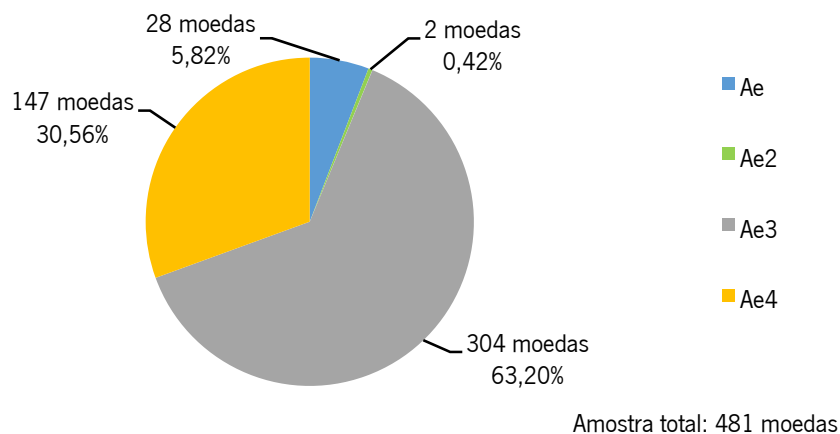


Figura 37. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por valor nominal (©UAUM).

As moedas com maior diâmetro, agrupadas na tipologia *Ae2*, perfazem o material menos presente deste ocultamento, enquanto aquelas com valores medianos, correspondentes à categoria *Ae3* se encontram melhor identificadas, correspondendo a 63,2% do tesouro.

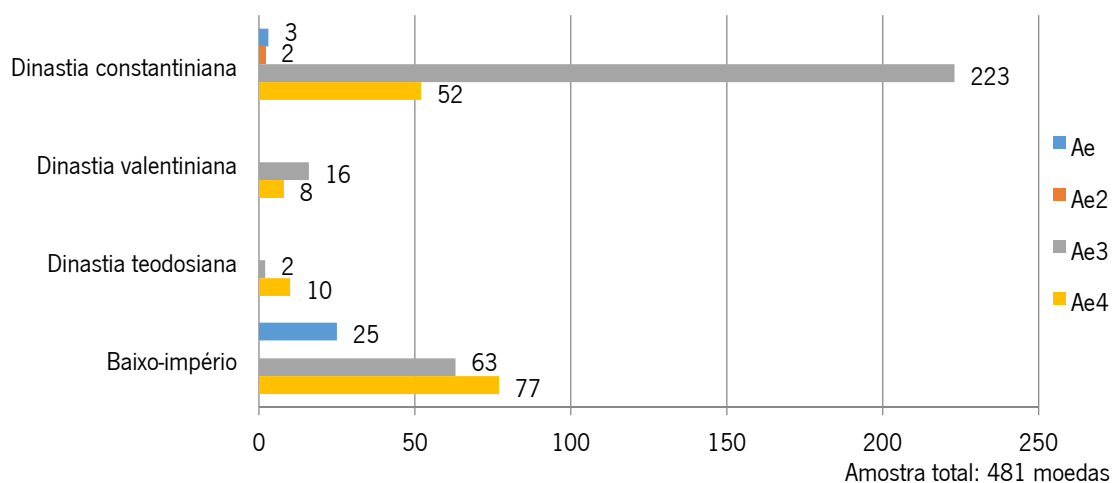


Figura 38. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por valor nominal entre as dinastias (©UAUM).

Ao analisarmos o tesouro tendo por base a distribuição do valor nominal das moedas pelas dinastias que as emitiram é possível perceber uma cunhagem de peças integráveis na categoria *Ae3*, basicamente correspondentes à família constantiniana, a qual, salientamos, é também responsável pela emissão das duas moedas que correspondem à categoria *Ae2* identificadas no ocultamento monetário.

É possível salientar, por outro lado, um aumento do numerário em bronzes menores, de tipo *Ae4*, durante a dinastia teodosiana, o que documenta a queda da qualidade das moedas que chegaram a *Bracara Augusta* em períodos tardios, análise que melhor pode ser verificada no gráfico a seguir se apresenta.

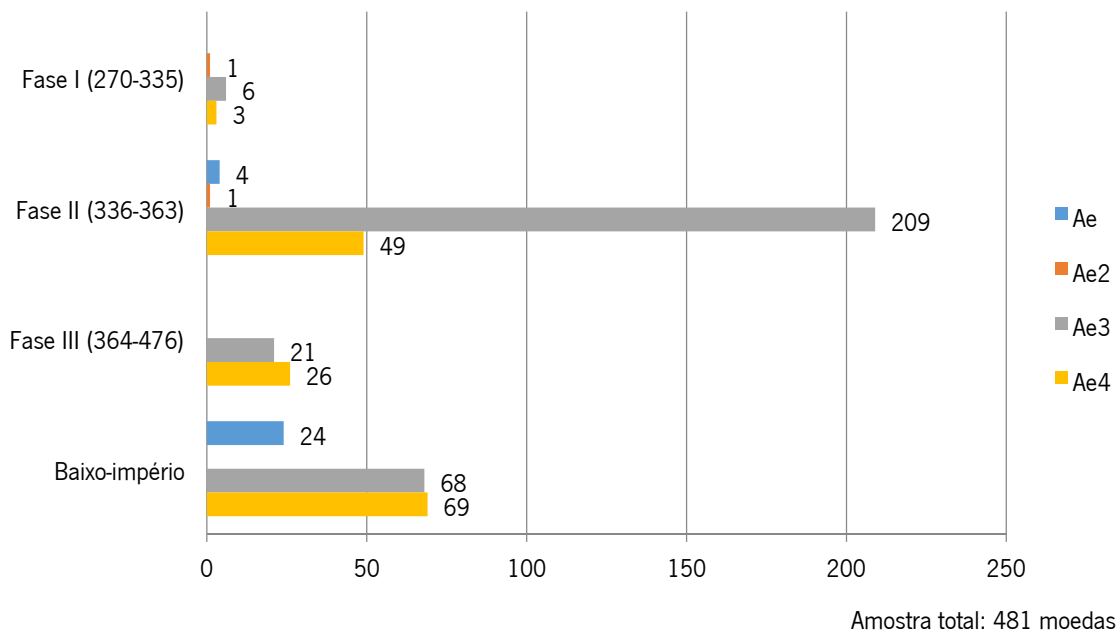


Figura 39. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago por valor nominal entre as fases de circulação monetária (©UAUM).

Ao verificarmos como se comporta a distribuição dos tipos de moedas identificados no tesouro entre as fases de circulação monetária propostas, podemos constatar a concentração dos exemplares do tipo *Ae3* na Fase II, ou seja, emitidas pelos filhos de *Constantinus I*. Este período congrega, portanto, para além de um grande número do numerário que compunha o tesouro, objetos de boa qualidade, em comparação com o total da amostra deste ocultamento.

Por outro lado, também salientamos a identificação de moedas da Fase III apenas com os tipos *Ae3* e *Ae4*, em valores de 21 e 26 objetos, respetivamente, o que sugere de maneira mais acertiva o declínio, tanto quantitativo, como qualitativo, do numerário baixo-imperial na cidade romana.

3. O tesouro da ‘Casa da Bica’

O ocultamento identificado na zona arqueológica da ‘Casa da Bica’, uma habitação construída na área envolvente do teatro romano de *Bracara Augusta* após a desafetação deste edifício de espetáculos, é composto por 371 bronzes baixo-imperiais. Dentre estes, a cunhagem mais antiga foi emitida por *Tetricus I*, um usurpador da *Gallia*, com cronologia de 270-273, enquanto a mais recente está representada por um numisma de *Valentinianus III*, datado de 430-437.

Em conformidade com o que foi identificado no tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago, o ocultamento associada à ‘Casa da Bica’ é formado, basicamente, por moedas do século IV.

3.1. Distribuição cronológica

Assim como no tesouro anteriormente analisado, neste ocultamento também foi possível identificar as três dinastias que configuram, grosso modo, o Baixo-império. Em consonância com os dados disponíveis acerca da configuração da massa monetária bracaraugustana neste período, documenta-se uma maior presença de moedas emitidas pela família constantiniana e uma progressiva diminuição dos exemplares correspondentes às dinastias valentinianas e teodosianas.

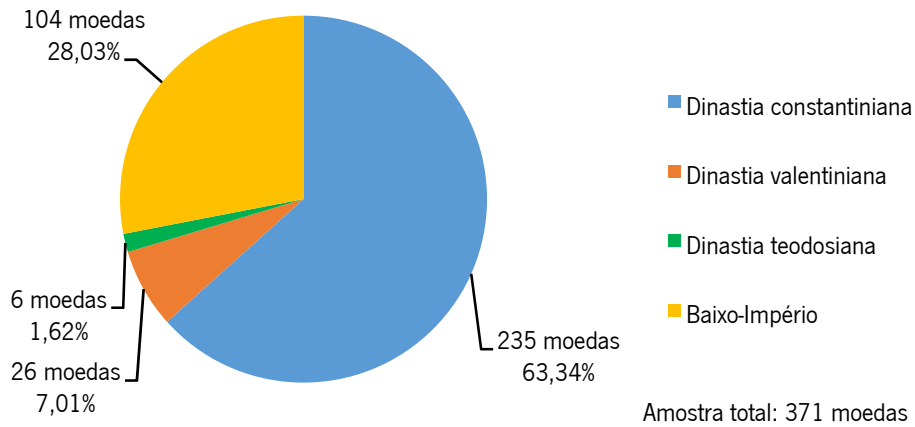


Figura 40. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por dinastias (©UAUM).

A concentração de numismas emitidos pela família constantiniana corresponde a 63,34% do ocultamento, contemplando aproximadamente 2/3 dos objetos, enquanto as emissões das duas dinastias seguintes juntas equivalem a 8,63%. Somado a isto, há ainda 104 exemplares, que perfazem 28,03% do tesouro, para os quais não foi possível realizar uma atribuição a uma das três dinastias baixo imperiais.

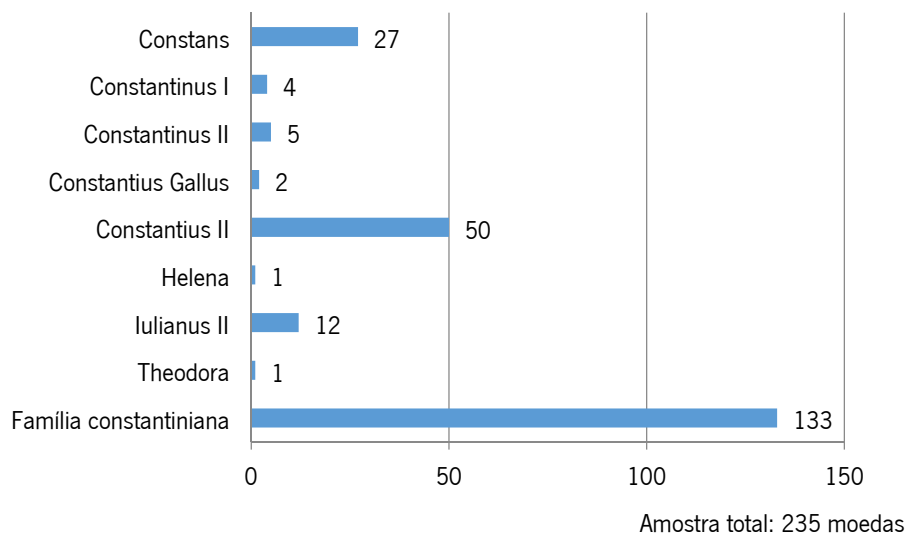


Figura 41. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por entidade emissora da dinastia constantiniana (©UAUM).

A distribuição das moedas do ocultamento por imperadores e imperatrizes da dinastia constantiniana revela uma significativa emissão de *Constantius II* ou *Constans*, que juntos

perfazem 45,95%, o que documenta o repentino florescimento económico reconhecido no período em que os filhos de *Constantinus I* estiveram no governo.

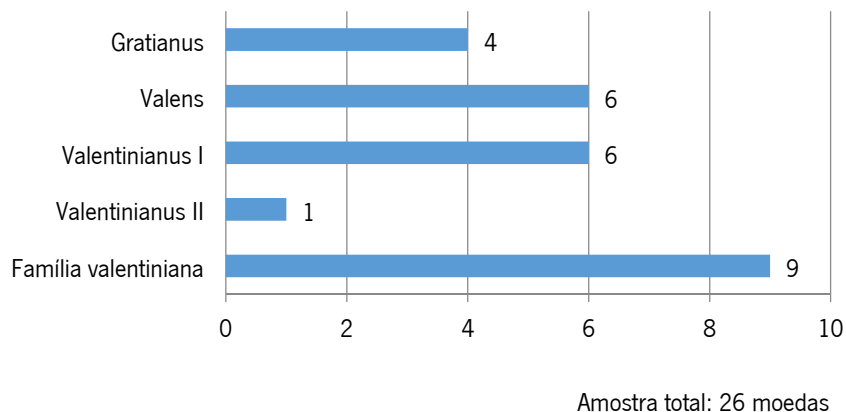


Figura 42. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por entidade emissora da dinastia valentiniana (©UAUM).

Em relação à dinastia valentiniana, percebemos a presença dos quatro imperadores que dela fizeram parte, com uma certa equidade entre os *Augustus* do Império ocidental e oriental, identificada em 50% de cunhagens de governantes do oeste, 23% do este e 27% em que não conseguimos precisar a origem a este nível.

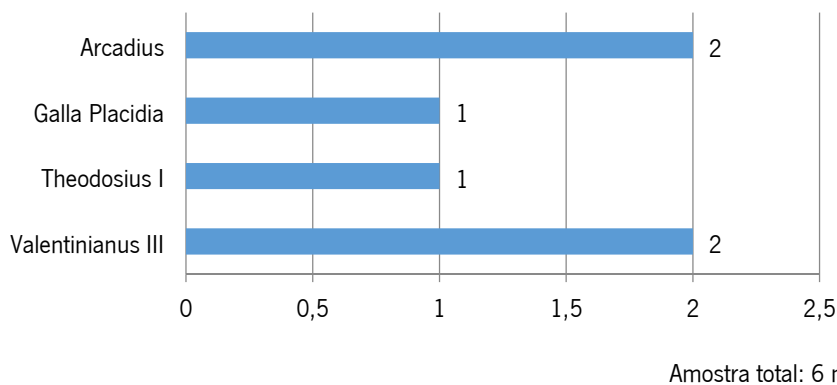


Figura 43. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por entidade emissora da dinastia teodosiana (©UAUM).

Por sua vez, a dinastia teodosiana também apresenta uma dada equidade entre as emissões levadas a cabo por governantes ocidentais e orientais. De facto, temos apenas duas cunhagens de *Arcadius* e duas de *Valentinianus III* para distribuir os numismas entre os

imperadores da divisão do *orbis romanorum*. Podemos, contudo, considerar o exemplar de *Galla Placidia*, imperatriz e rainha consorte de Roma, e assim verificar uma maior presença de casas de cunhagem ocidentais na constituição da massa monetária durante a dinastia teodosiana neste tesouro.

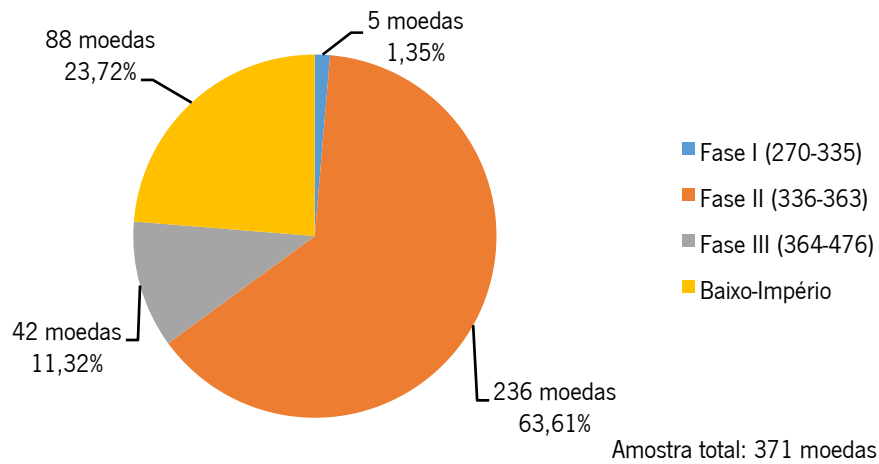


Figura 44. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da ‘Casa da Bica’ por fases da circulação monetária (©UAUM).

Utilizámos para a análise deste tesouro as mesmas fases da circulação monetária aplicadas para o ocultamento do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago. Assim sendo, observa-se nas moedas estudadas as mesmas tendências documentadas em outras análises sobre a circulação monetária baixo-imperial de *Bracara Augusta*, nas quais se identifica um baixo numerário na Fase I, seguido de um repentino e exponencial aumento na Fase II e o seu gradativo desaparecimento no momento seguinte.

3.2. Distribuição geográfica

Procederemos agora à análise das casas de cunhagem a fim de localizar a origem dos numismas e melhor perceber os aspetos relacionados com a respetiva dispersão geográfica, tendo em vista contribuir para a abordagem das trocas e da complexidade do transporte de bens, produtos, moedas e pessoas no período baixo-imperial.

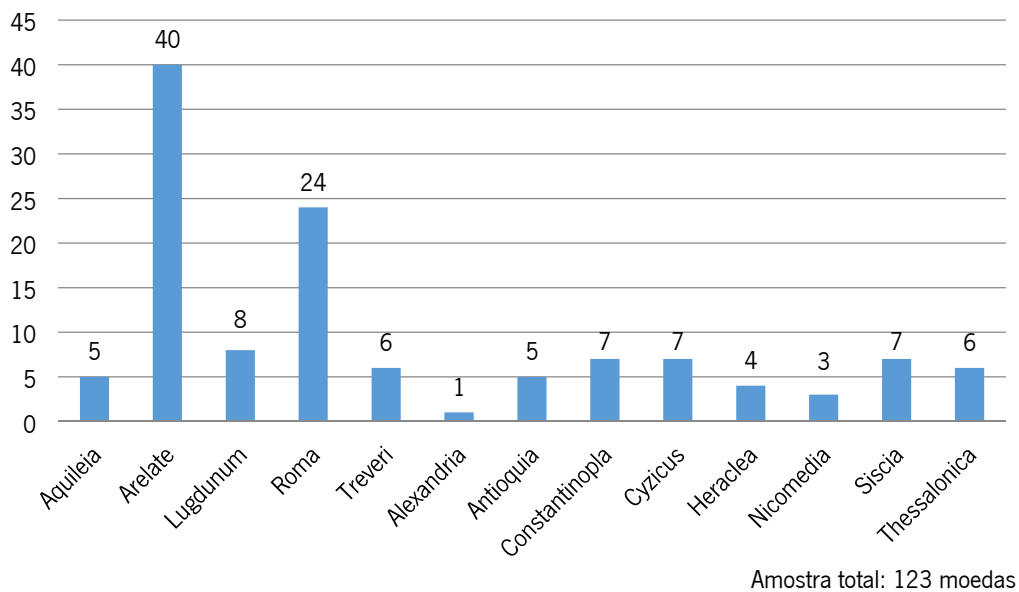


Figura 45. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da 'Casa da Bica' por casa de cunhagem (©UAUM).

As moedas cuja casa de cunhagem foi possível identificar estão representadas de forma bastante diminuta em relação ao conjunto total de numismas presentes no tesouro, apesar de, ainda assim, representarem um maior número do que aquele que foi analisado no tesouro anteriormente estudado. De facto, apenas 123 exemplares permitiram afinar a procedência a nível da cidade que os produziu, o que caracteriza 33,15% do ocultamento. Todavia, percebe-se uma significativa presença das cunhagens de *Arelate* e *Roma*, as quais correspondem a 52,03% do tesouro.

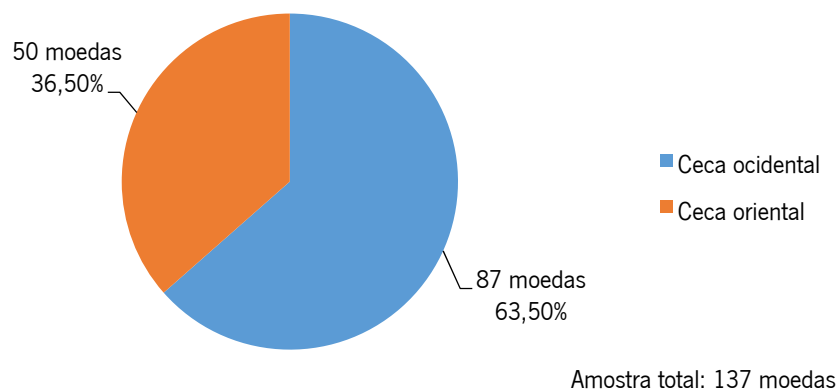


Figura 46. Gráfico com a distribuição pelas casas de cunhagem do Império Romano do tesouro monetário da 'Casa da Bica' (©UAUM).

A distribuição das moedas entre a parte do Império em que foram cunhadas reitera o que foi sugerido no gráfico anterior (Figura 45) acerca de um alto quantitativo de objetos produzidos em cecas ocidentais em comparação com os provenientes das casas orientais.

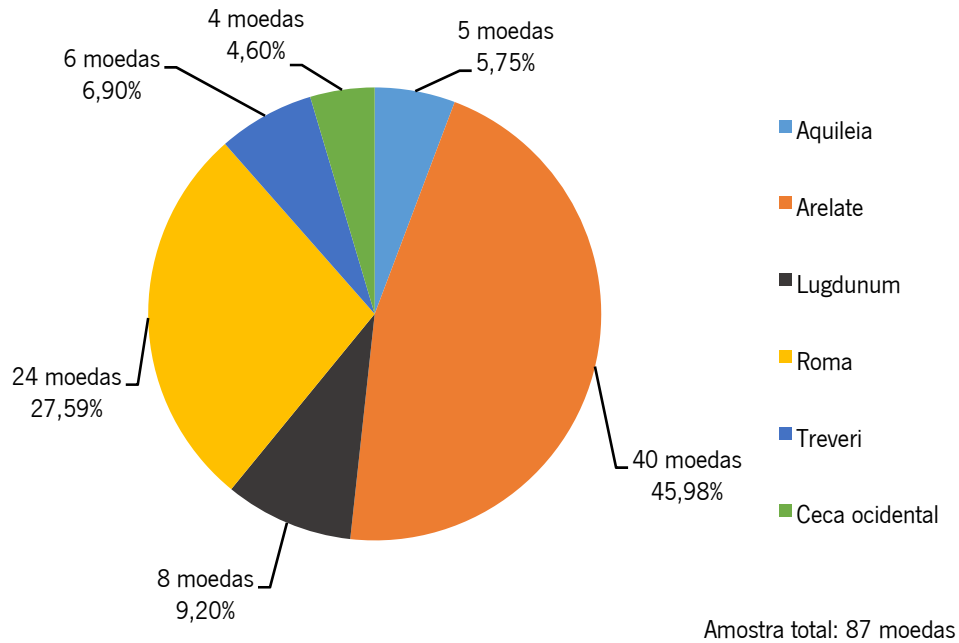


Figura 47. Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem ocidentais do tesouro monetário da ‘Casa da Bica’ (©UAUM).

A análise do quantitativo de casas de cunhagem ocidentais identificadas nas moedas deste ocultamento reitera o expressivo número de exemplares provenientes das *officinae* de *Arelate* e de *Roma*. As demais cidades identificadas, como *Aquileia*, *Lugdunum* e *Augusta Treuorum* apresentam uma baixa expressão percentual.

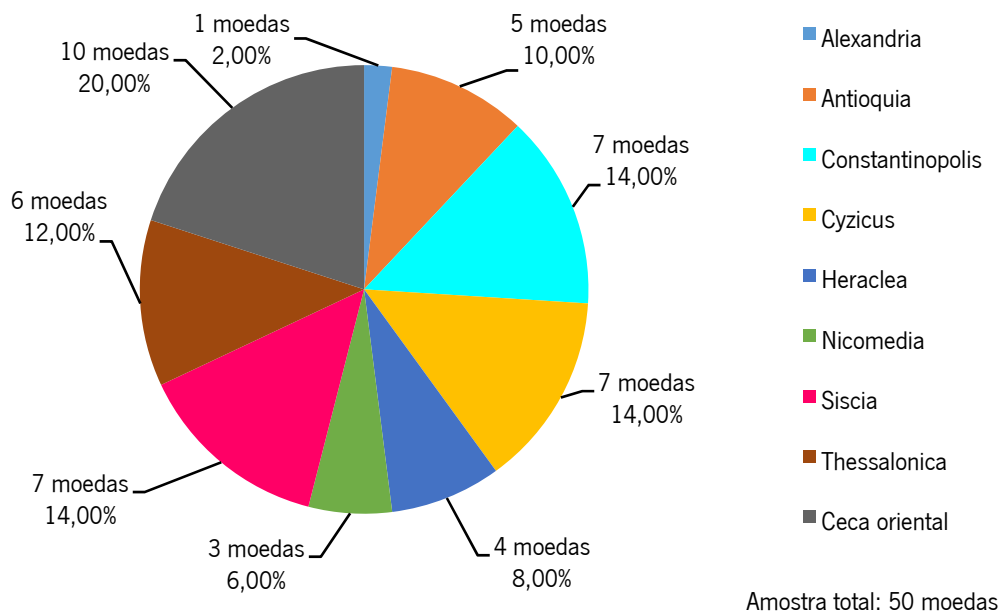


Figura 48. Gráfico com a distribuição das casas de cunhagem orientais do tesouro monetário da 'Casa da Bica' (©UAUM).

A presença de cecas orientais encontra-se bastante dispersa e com pouca representatividade. De facto, podemos observar no gráfico acima a inexistência de uma casa de cunhagem do Oriente cujas moedas possuam destaque sobre o conjunto.

3.3. Análises geocronológicas

Avançaremos agora no cruzamento dos dados evidenciados acerca da distribuição cronológica e geográfica do tesouro a fim de melhor perceber alguns processos levados a cabo ao longo do período baixo-imperial. Para tal, procederemos, num primeiro momento, à análise da proveniência dos numismas em relação à dinastia que os emitiu e, depois, em relação às fases que adoptámos de circulação monetária para a cidade, com base nos dados fornecidos pelo tesouro anteriormente analisado.

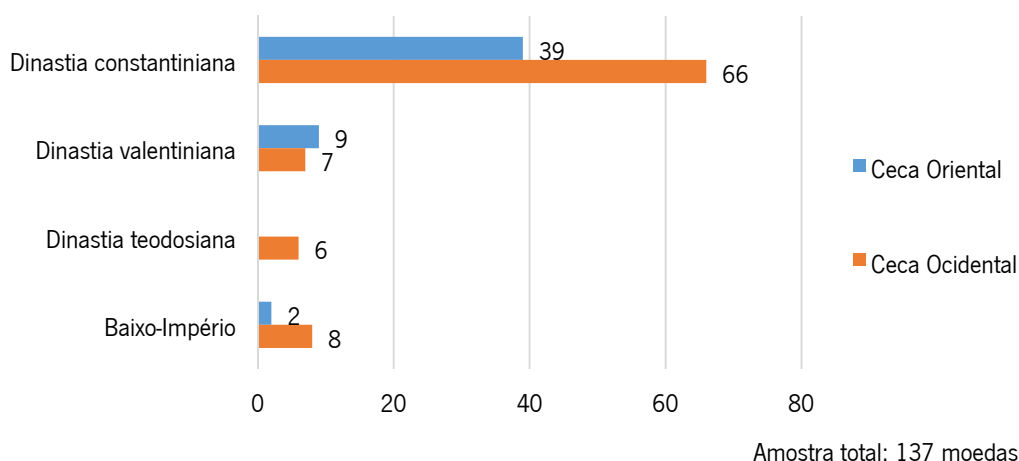


Figura 49. Gráfico com a localização das casas de cunhagem por dinastias do tesouro monetário da 'Casa da Bica' (©UAUM).

No que toca à proveniência das moedas identificadas emitidas pela dinastia constantiniana, esta comporta-se do modo que era esperado, tendo como referência a análise do tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e os demais estudos sobre a circulação monetária de *Bracara Augusta* no Baixo-império, em que é previsível um alto número de exemplares pertencentes a esta família, maioritariamente com origem ocidental.

Todavia, as dinastias valentiana e teodosiana apresentam resultados distintos daquilo que é verificado em outras análises sobre o numerário bracaraugustano para o mesmo período. De facto, na primeira, a quantidade de moedas cunhadas em cecas orientais é maior que em ocidentais, enquanto na outra, estranhámos a ausência de *officinae* do Império do Oriente. Contudo, isto pode ser fruto do acaso por apenas termos leitura de um reduzido número de casas de cunhagem deste tesouro.

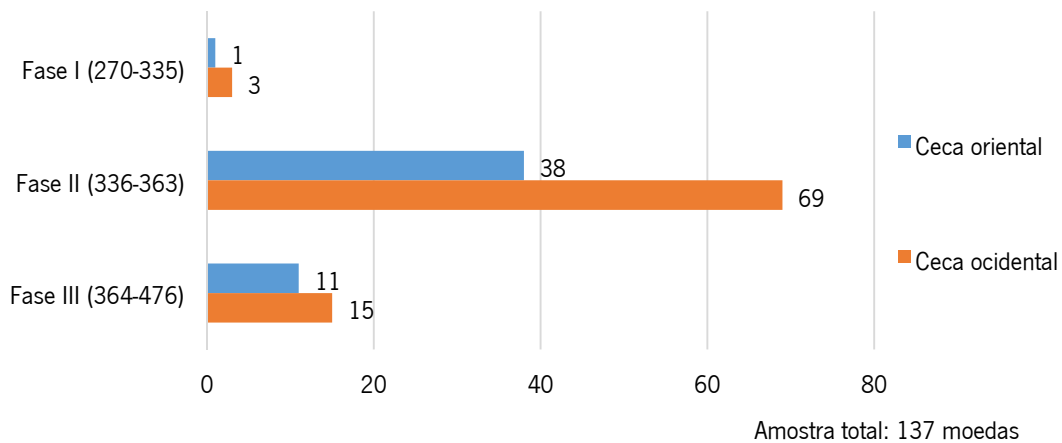


Figura 50. Gráfico com a localização das casas de cunhagem por fases de circulação monetária do tesouro monetário da 'Casa da Bica' (©UAUM).

Por sua vez, o mapeamento das casas de cunhagem pelas fases de circulação monetária fornece-nos dados mais aproximados dos padrões verificados no tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e demais estudos sobre o numerário da cidade no período baixo-imperial, nos quais se documenta a constante superioridade numérica das casas de cunhagem ocidentais sobre as orientais.

3.4. Análises metrológicas

Finalmente, analisaremos os aspetos físicos das moedas do tesouro da 'Casa da Bica' a partir de três perspetivas. Em primeiro lugar, contabilizaremos a quantidade de moedas em cada tipo (*Ae*) identificada no conjunto. De seguida, distribuiremos esses tipos individualizados entre as dinastias que os cunharam, de maneira a verificar a qualidade das emissões que chegaram à cidade em relação às entidades que as emitiram. Por fim, ordenaremos os tipos de moedas identificados nas fases de circulação monetária adotadas.

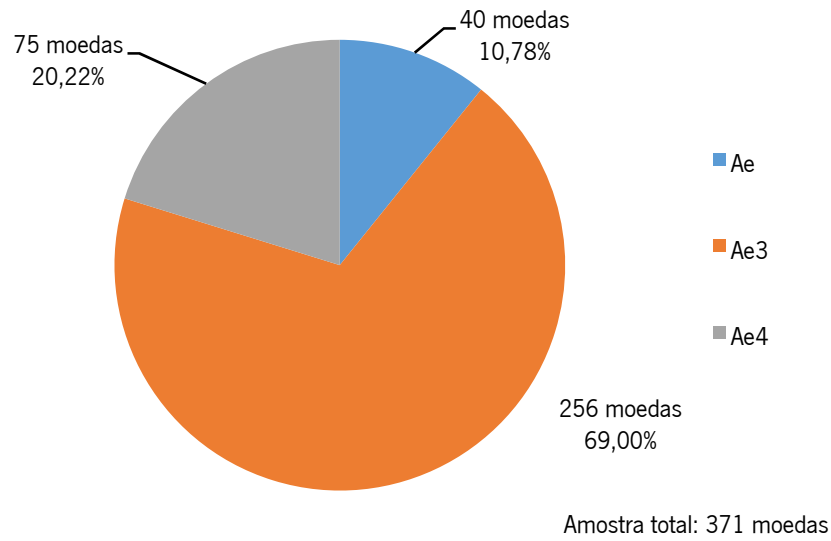


Figura 51. Gráfico com a distribuição do tesouro monetário da ‘Casa da Bica’ por valor nominal (©UAUM).

Assim como no tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago, documenta-se a presença de uma maioria de numismas integráveis no tipo *Ae3*, seguida por um pequeno conjunto atribuível ao tipo *Ae4*. Contudo, diferentemente do observado naquele ocultamento, neste não foi identificado nenhum exemplar de tipo *Ae2*.

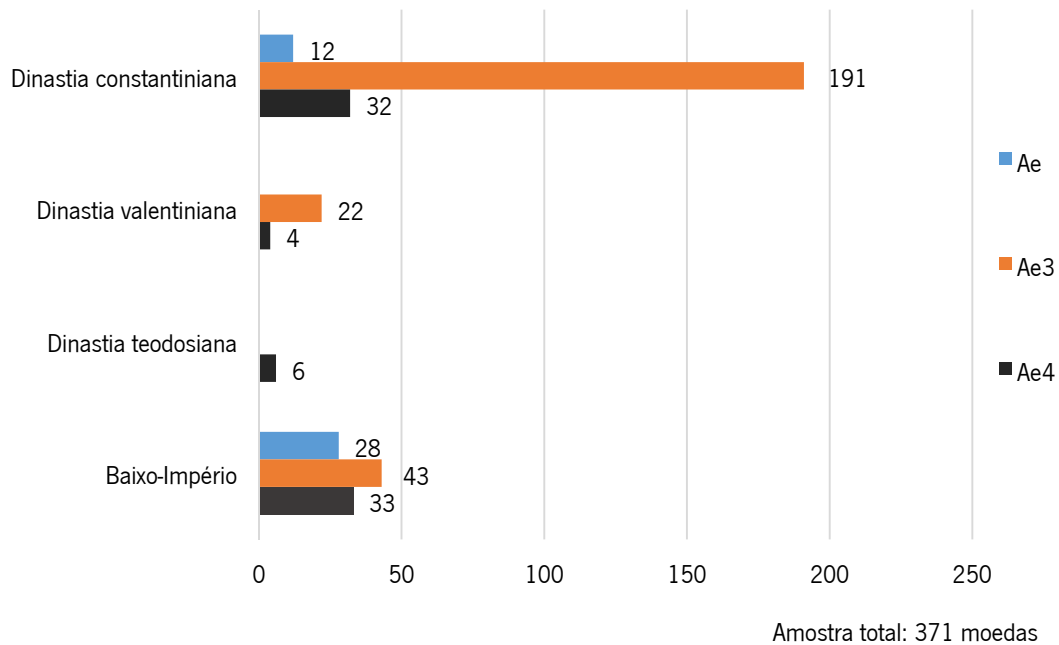


Figura 52. Gráfico com a localização das casas de cunhagem por dinastias do tesouro monetário da ‘Casa da Bica’ (©UAUM).

No que toca aos tipos de moedas emitidas em cada dinastia, percebemos um numerário de maior qualidade produzido pela família constantiniana, em que maioritariamente os objetos são do tipo *Ae3*. Este quadro foi alterado substancialmente nas dinastias seguintes, para as quais se documenta, na valentiniana, um aumento relativo das cunhagens em tipo *Ae4* e, na teodosiana, o desaparecimento do tipo *Ae3*, tendo sido identificado apenas os exemplares menores.

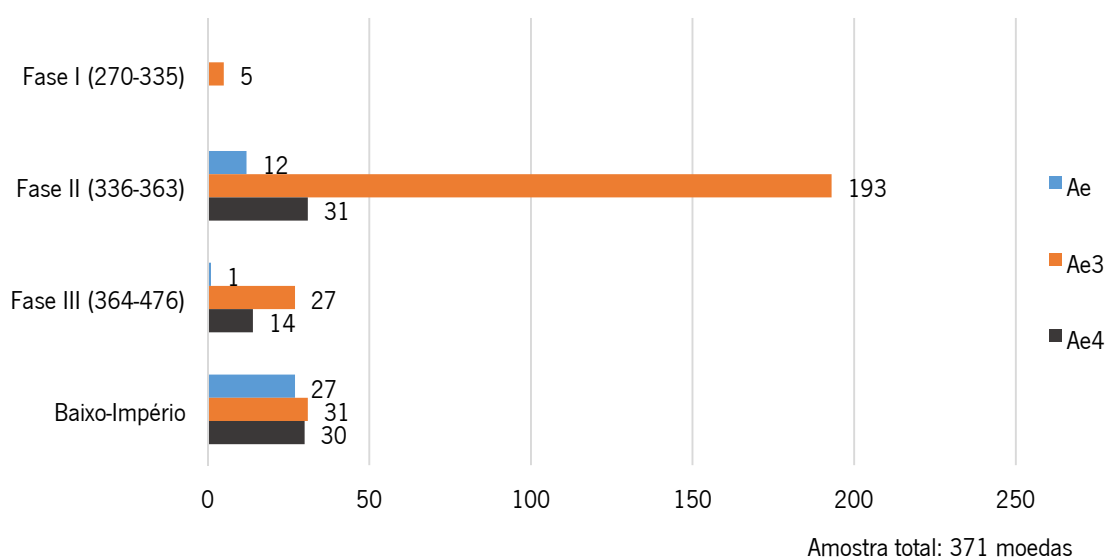


Figura 53. Gráfico com a localização das casas de cunhagem por fases de circulação monetária do tesouro monetário da 'Casa da Bica' (©UAUM).

Por sua vez, a análise das casas de cunhagem identificadas nas moedas do conjunto a partir das fases de circulação monetária adotadas permite-nos perceber com mais clareza o processo de diminuição da qualidade do numerário que chegou a *Bracara Augusta* nos finais do século IV e no decorrer do século V, em comparação com os períodos anteriores. Destes, destacamos o correspondente à Fase II, representada, sobretudo, pelo governo dos filhos de *Constantinus I*, em que a circulação de moedas de tipo *Ae3* é exponencialmente maior que as de tipo *Ae4*.

4. Análise comparada dos dois tesouros

Observa-se, a partir das diversas análises desenvolvidas sobre os dois tesouros estudados, alguns padrões a nível da quantidade e da qualidade da massa monetária que

chegou a *Bracara Augusta* no Baixo-império, mais concretamente entre 270 e meados do século V.

De facto, documenta-se um período de baixíssimo numerário, individualizado na Fase I da circulação monetária e que corresponde ao período de 270 à 335, do qual o tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago apresenta apenas 3,12% do total de 320 moedas, em que foi possível realizar uma atribuição cronológica clara, enquanto o tesouro da ‘Casa da Bica’ integra apenas 1,76% de numismas cunhados neste período. A assinalada diferença entre estas quantidades de numerário da Fase I, nos dois ocultamentos, pode ser explicada a partir dos contextos em que estes conjuntos de moedas foram encontrados. Assim, a *domus* detetada na zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago poderá ter sido uma das mais ricas habitações da cidade do século IV, onde foram identificados elementos arquitetónicos de mármore, entre os quais se encontravam capitéis coríntios de folhas lisas em mármore cipolino e bases de colunas áticas também em mármore, que ornamentavam a colunata do peristilo, com um tanque central com um mosaico em *opus tessellatum* com motivos de fauna marinha (Magalhães, 2010: 90-91). Assim, apesar do baixíssimo numerário em circulação na cidade no século III e inícios do IV, acreditamos que o rico proprietário deste imóvel poderia possuir cargos e negócios vinculados à sua participação na administração da capital da *Gallaecia* que garantiriam um maior aprovisionamento de moeda neste período. Já a unidade doméstica individualizada como ‘Casa da Bica’ foi construída numa zona artesanal/habitacional da cidade e reaproveita parte das estruturas e dos materiais do teatro, que é desativado nos inícios do século IV (Martins *et al.*, 2015: 11). O seu proprietário, portanto, poderia ser um artesão ou comerciante que efetuou um ocultamento monetário dos poucos excedentes de seus negócios.

O período que sucede entre 336-363 (Fase II) documenta um repentino e exponencial aumento de moeda, que corresponde a uma taxa de cerca de 80% nos conjuntos ocultados. Por fim, a terceira fase apresenta um gradativo decréscimo da quantidade de moedas, cessando por completo, aparentemente, com *Valentinianus III*, ainda na primeira metade do século V. Nestes dois períodos não verificamos diferenças relevantes entre os tesouros. De facto, 82,18% das moedas do tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e 83,39% dos exemplares do tesouro da ‘Casa da Bica’ foram enquadrados na Fase II e 14,68% e 14,84%, respetivamente, na Fase III.

Da mesma forma, a distribuição das moedas dos tesouros por dinastias, revela também algumas semelhanças e algumas divergências entre os dois ocultamentos. A percentagem dos objetos atribuídos à dinastia constantiniana é, com efeito, bastante aproximada, tendo sido documentado 88,60% dos numismas do tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e 88,01% dos exemplares identificados no tesouro da 'Casa da Bica'. Esta dinastia congrega as duas primeiras fases de circulação monetária adotadas, o que, como visto acima, dilui significativas diferenças entre o período anterior ao ano de 335.

Contudo, ao analisarmos as percentagens referentes às outras duas dinastias baixo-imperiais, observamos diferenças que sugerem distintas realidades de seus possesores. No primeiro tesouro, as percentagens dos exemplares atribuídos às dinastias valentiniana e teodosiana são, respetivamente, 7,59% e 3,79%, enquanto no segundo os valores para estas mesmas famílias são 9,73% e 2,24%. O decréscimo da quantidade de moedas dos inícios do século V em relação aos finais do século IV são observáveis nos dois ocultamentos. Contudo, no tesouro do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago documenta-se uma menor quantidade das moedas cunhadas pela família valentiniana e maior com a teodosiana em comparação com o tesouro da 'Casa da Bica'. Atribuímos estas diferenças às dissemelhanças já salientadas entre os proprietários das habitações em que os ocultamentos foram identificados.

Nos inícios do século V, as incursões dos povos germânicos na Península ibérica já se faziam de modo mais impactante sobre as cidades hispânicas e afetam, em larga medida, o aprovisionamento de moedas às províncias, fato que deve ter tido consequências nos pagamentos dos magistrados que cuidavam da administração pública. As elites detetoras de cargos administrativos, como poderia ser o caso do *dominus* que residia na casa detetada na zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago, teriam por isso visto diminuir as suas reservas pecuniárias. Já na zona da cidade onde se situa a 'Casa da Bica' constatamos a existência de atividades artesanais em edifícios próximos, que ainda que não possam ser diretamente associados com a residência, permitem considerar alguma capacidade de sobrevivência independente da massa monetária em circulação.

A qualidade do material numismático parece acompanhar, sensivelmente, os padrões quantitativos acima descritos. O numerário com maior diâmetro foi identificado nas Fases I e II, enquanto a substituição dos *Ae3* pelos *Ae4* parece ter ocorrido na Fase III, concomitante,

portanto, com a rarefação das moedas romanas na cidade. A análise comparada dos tesouros a partir deste atributo apresenta diferenças, pois, embora se verifique uma maioria de *Ae3* em relação aos *Ae4* em ambos os ocultamentos, aquele efetuado na zona arqueológica do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago é constituído por 67,40% de moedas do tipo *Ae3* e 32,60% do tipo *Ae4*, bem como dois *Ae2*, enquanto o tesouro da ‘Casa da Bica’ apresenta 77,34% do primeiro tipo e 22,66% do segundo. Acreditamos que estas percentagens estão relacionadas com a análise feita anteriormente, acerca da presença da distribuição do numerário por dinastias, que permitiu documentar uma maior quantidade de objetos do início do século V no primeiro tesouro em relação ao outro.

Por sua vez, acerca da origem das moedas com referência à parte ocidental ou oriental do Império, a diferença entre os valores identificados na análise dos dois tesouros não apresenta qualquer relevância. De facto, as percentagens entre as moedas provenientes do Ocidente e do Oriente são 64,09% e 35,91% no primeiro tesouro estudado e 63,50% e 36,50% no segundo.

A grande quantidade de tesouros identificados na cidade, provenientes de contextos domésticos, dos quais abordámos seis na Parte II desta dissertação, documenta a recorrência do excedente de numerário que foi alvo de ocultamentos em *Bracara Augusta* no período baixo-imperial. De facto, apesar da análise das moedas destes ocultamentos só ter sido realizada para os dois aqui apresentados, todos eles apresentam configurações bastante aproximadas, em que se verifica uma grande presença de moedas do século IV, sobretudo cunhadas durante a dinastia constantiniana e uma considerável diminuição do numerário nos momentos posteriores.

Acerca do fecho destes tesouros, podemos situá-los, globalmente, entre os finais do século IV e a primeira metade do século V. O tesouro das Carvalheiras, mau grado os pouquíssimos dados disponíveis sobre a sua composição, apenas pode ser globalmente enquadrado nesta grande cronologia.

Por outro lado, no que tange ao tesouro da Rua D. Afonso Henriques n° 86, graças às descrições de algumas moedas feitas por José Leite de Vasconcelos (1918) e Albano Belino (1900), conseguimos afinar o seu fecho para os inícios do século V, tendo-se por base os dois *solidi* de *Honorius*, ou para meados desta centúria, aludindo-se às possibilidades de cunhagem aventadas por possíveis numismas atribuídos a *Theodosius II* e *Valentinianus III*.

À semelhança do primeiro caso, o tesouro identificado na Antiga Fábrica do Cardoso da Saudade apenas possui uma cronologia genérica, que caracteriza a sua composição no Baixo-

império, o que nos leva a atribuir o seu fecho no quadro global entre os finais do século IV e a primeira metade do século V.

Já os tesouros das zonas arqueológicas do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e da 'Casa da Bica', por terem sido alvo de uma análise mais aprofundada, presente tanto na Parte III como nos Apêndices desta dissertação, possibilitam maiores informações acerca do seu fecho. De facto, as moedas mais recentes do primeiro ocultamento estão balizadas a partir de uma moeda de 402 a 423 e uma de 425 a 435, enquanto duas do segundo apresentam cronologias de 425 a 430 e 430 e 437. Considerando o baixo número das moedas emitidas no século V, acreditamos que o fecho dos dois tesouros tenha ocorrido pouco tempo após a cunhagem dos numismas mais recentes, os quais são provenientes de *officinae* ocidentais, designadamente *Roma* e *Aquileia*. Desta forma, situamos o fecho dos dois tesouros nos finais da primeira metade do século V, provavelmente na década de 440.

Os tesouros com data de fecho que se enquadram no quadro global identificado para os ocultamentos monetários de contextos domésticos de *Bracara Augusta* são numerosos e aconteceram por toda a península. De facto, salientamos, no território espanhol, o tesouro de Galiana, em La Rioja, com fecho entre 400 e 405 (Rodríguez Martínez, 1992: 105), o tesouro de *Algarbes*, em Tarifa, cujas últimas emissões identificadas são atribuídas a *Honorius* com cronologia de 395 a 402 (Nony, 1967: 100-101), assim como em território português, como o de Paredes do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, com fecho nos finais do século IV (Centeno, 1979: 87), ou os dois tesouros de Aboim das Choças, em Viana do Castelo, em que a moeda mais recente de um deles é atribuída a *Arcadius* e foi cunhada entre 377 e 408, sendo o outro da mesma época, o que nos leva a enquadrar o seu fecho nas primeiras décadas do século V (Hipólito, 1960-1961: 13-14). De cronologia semelhante são os onze identificados por José Pinto na região sul do *conuentus bracaraugustanus*, no território delimitado pelos rios Douro, Ave e Tâmega, com datas de fecho que variam entre 364 e 455 (Pinto, 2005-2007: 229).

Entendendo a circulação monetária como um reflexo da variação económica, na qual é possível observar períodos de aceleração e estagnação, a partir do aumento ou da diminuição do numerário identificado, temos no estudo realizado acerca destes tesouros um frutífero campo para aprofundar os conhecimentos acerca das diversas realidades que permearam a sociedade da capital da *Gallaecia* no século IV, onde atuaram diferentes agentes e grupos sociais que

compunham a vida política, comercial, produtiva, construtiva, administrativa e religiosa da cidade.

Considerações finais

A economia romana, área de investigação que tem conhecido uma boa dinâmica nas últimas décadas, sobretudo na academia anglo-saxônica, tem vindo a contribuir de sobremaneira para ampliar os conhecimentos acerca das cidades provinciais.

Os dados disponíveis sobre *Bracara Augusta* documentam um crescimento urbanístico e comercial sensivelmente constante ao longo de toda a ocupação romana. Ao longo do Alto-Império, temos uma típica cidade augustana, fundada nos finais do século I a.C., com o seu traçado urbano rigorosamente planificado e pouco hierarquizado, que contemplava quarteirões quadrados destinados a albergar áreas privadas construídas de 1 *actus* e as áreas públicas características das cidades do mundo romano, como o *forum*, o teatro, o anfiteatro e as termas, construídos entre a época flávia e antonina. A respeito da integração com o restante do *orbis romanorum*, são vastos os estudos acerca do comércio local, regional e inter-regional, da qual salientamos a importação e a distribuição de bens de luxo e de consumo bem documentadas.

Para o período baixo-imperial, os dados acerca dos aspetos económicos da cidade encontram-se menos estudados, sendo contudo possível restituir com certa segurança os seus reflexos. De facto, conseguimos analisar alguns dos sintomas que indicam processos de florescimento ou estagnação económica, como o aumento da urbanização, da produção local, do consumo de bens e dos padrões de vida (Bowman e Wilson, 2009: 43).

Os investimentos urbanísticos de *Bracara Augusta* no Baixo-Império podem ser averiguados no âmbito da edilícia pública, dos quais salientamos a construção de uma muralha que abarcou uma área de aproximadamente 48ha, bem como privada, em que são documentadas reformas em todas as *domus* da cidade com a implantação de espaços balneares, nas quais também foram identificados vestígios que indiciam um aumento dos sinais de riqueza, como o revestimento de paredes com pinturas e de pavimentos com mosaicos. A produção local de cerâmica, tanto fina como comum, e de vidro, a qual integrava redes de

distribuição local e regional, sobretudo dentro da *Gallaecia*, esteve em pleno vigor junto com a importação de *terra sigillata* hispânica tardia e africana.

Acerca da melhoria dos padrões de vida e de consumo, salientamos as remodelações documentadas nas habitações bracaraugustanas, as quais, certamente, envolveram enormes montantes gastos e documentam de forma bastante direta o quotidiano de competição em que as elites estavam sujeitas de forma a ascender ou manter seus estatutos privilegiados dentro da orgânica dos cargos de destaque da sociedade a nível local, regional, provincial e imperial.

Na transição da era, as elites indígenas foram incorporadas por *Augustus* para administrarem suas comunidades, de modo a facilitar o controlo das províncias e dos *conuentus* (Hingley, 2013: 266-267). Por isso, a reprodução dos modelos e das práticas romanas por estes grupos sociais representou uma importante e largamente utilizada estratégia para atrair a atenção de Roma com o objetivo de aceder ao quadro da administração pública e, a partir de *Vespasianus*, até mesmo a um *cursus honorum* na capital do Império (Madsen, 2013: 306-311), possibilidades estas que condicionaram tanto a construção de *domus* que seguissem os modelos clássicos romanos, com átrio e/ou peristilo, marcadamente documentadas na época flávia, como a edificação de um teatro e de termas públicas nos inícios do século II, bem como de um anfiteatro certamente da mesma época.

A crise do século III afetou a Península Itálica, com particular destaque para Roma, e para as cidades cuja economia estava centrada na produção monocultural e no abastecimento da capital do Império, o que resultou num quadro de diminuição do índice de importação em comparação com aquele que havia nos séculos anteriores. No noroeste da Hispânia esta crise não parece ter sido tão significativa, uma vez que os vestígios arqueológicos documentam um período marcado, sobretudo, por um quadro de continuidade a nível das estruturas e dos materiais, apesar da rarefação do numerário em circulação.

A promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da *Gallaecia*, criada por *Diocletianus*, nos finais do século III, intensificou a competição pelos altos cargos na administração provincial e proporcionou a emergência de uma sociedade ainda mais hierarquizada, que parece representada nas reformas das casas das elites, que ampliam seus espaços de representação e instalaram sumptuosos e refinados programas decorativos, com largo uso de mosaicos, pinturas, elementos arquitetónicos em mármore importado e a instalação

de banhos privados, num claro reflexo da aspiração dos seus proprietários à mobilidade social desses grupos (Martins *et al.*, 2016b: 41).

Algumas estimativas acerca dos valores que envolveram estas reformas foram ensaiadas para a *domus* das Carvalheiras, cujos gastos, aquando da construção em época flávia, evidenciam que o seu proprietário provavelmente pertencia à *ordo decurionum* (Magalhães *et al.*, 2015: 103-104). No que toca à construção de um balneário privado, estrutura que se generalizou nas casas da elite bracaraugustana no Baixo-império, as estimativas dos custos, calculadas para o *balneum* das Carvalheiras, sugerem um empreendimento realizado pelas altas elites da cidade (Ribeiro *et al.*, 2015: 337).

Por outro lado, desconhecemos dados significativos acerca do desenvolvimento da agricultura do *conuentus bracaraugustanus* para esse período, com exceção de fortes indicadores da continuidade da exploração da terra através de *uillae* que pouco a pouco são transformadas em conventos e basílicas cristãs durante a Antiguidade Tardia. Contudo, acreditamos que esta tenha sido bastante eficiente, de modo a suportar uma considerável população urbana que se dedicava a atividades como a manufatura, o artesanato e o comércio, bem como a demais empreendimentos realizados na cidade, como a construção, a administração e os sacerdócios (Lo Cascio, 2009: 94; Martins e Mar, 2012: 137).

A este conjunto de sintomas que refletem o florescimento económico de *Bracara Augusta* no período baixo-imperial confrontamos os dados obtidos das análises dos tesouros, bem como a informação disponível acerca da circulação monetária bracaraugustana para o período estudado, de maneira a afinar os períodos de aceleração e estagnação económica. De facto, não nos parece tratar-se de um período com um crescimento homogéneo e constante, pois a configuração da massa monetária permite-nos inferir três fases para a circulação de numismas nesse período. A primeira, marcada por um baixo numerário, parece assinalar a crise económica que o Império sofreu no século III, em que se verificou instabilidade política em diversas províncias, com recorrentes casos de usurpações, sobretudo na *Galia* e na *Britannia*, apesar dos altíssimos investimentos com os exércitos, cuja recuperação só foi possível após as reformas económicas e monetárias efetuadas por *Diocletianus* nas últimas décadas deste século (Prodomidis, 2006: 9-14). De facto, apenas foram identificadas duas moedas atribuídas ao terceiro século, uma em cada tesouro, sendo a identificada no ocultamento da 'Casa da Bica' emitida por *Tetricus I*, usurpador da Gália entre os anos de 270 e 274. A profunda crise que o

Império passou neste período foi desastrosa em diversos níveis, fazendo-se representar em *Bracara Augusta* pelo baixíssimo numerário em circulação, embora tenha sido observado em outros estudos sobre a circulação monetária da cidade o aumento pontual do aprovisionamento das emissões durante o governo de *Galienus* e *Claudius II*. De facto, os trabalhos desenvolvidos por Luís Amaral (2007: 74, 76) para a zona arqueológica das Carvalheiras, a análise das moedas das Termas Públicas do Alto da Cividade, realizada por Zabaleta Estévez (1999: 83), os estudos de David Mendes (2015: 229) sobre os numismas provenientes de diversas zonas arqueológicas e os de Rui Centeno (1981/1982: 125) acerca do material encontrado nas primeiras escavações de Braga permitiram identificar um baixo número de moedas emitidas neste século com um substancial aumento entre 260 e 270.

Na terceira década do quarto século inicia-se a segunda fase de circulação monetária da cidade, que perdurará até ao ano de 363, a qual se destaca pelo repentino e significativo aumento de moeda em circulação. Parece-nos, portanto, bastante sugestivo que neste período tenham sido efetuadas algumas das remodelações documentadas nos espaços privados, mas também nos espaços públicos, como sabemos ter acontecido com as termas do Alto da Cividade que conheceram uma derradeira reforma em meados do século IV (Martins, 2005: 60-65). A terceira fase, balizada cronologicamente de 364 à 476, parece corresponder ao gradual processo de erradicação do numerário romano bracaraugustano, cujo fim parece estar situado em meados do século V, possivelmente com *Valentinianus III*.

Concomitantemente à gradual diminuição do numerário nos finais do século IV e inícios do século V, assinalamos também a diminuição da qualidade das moedas que chegavam à cidade. De facto, acerca dos bronzes provenientes dos dois tesouros analisados, destacamos a maior presença de numismas do tipo *Ae3*, entre 15 e 20mm de diâmetro, em meados do século IV, o qual diminuirá relativamente ao tipo *Ae4*, cujos módulos variam entre 10 e 14mm, que tomará proporções cada vez maiores na circulação monetária bracaraugustana até o desaparecimento do numerário romano.

No que respeita à proveniência das moedas identificadas, a diversidade das cidades cujas casas de cunhagem abasteceram a cidade pode indicar o funcionamento das vias terrestres e marítimas que asseguravam a integração das províncias e a circulação dos bens dentro do Império. Contudo, um olhar mais atento permite estabelecer duas *officinae* que suportam, em grande medida, a massa monetária da cidade: *Roma* e *Arelate*, as quais

representam, nos tesouros do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo/Seminário de Santiago e da 'Casa da Bica', 39,20% e 52,03% do total das casas de cunhagem identificadas, respetivamente, fenómeno este já observado em *Bracara Augusta* no estudo realizado por Luís Amaral (2007: 79-81) das moedas isoladas provenientes da zona arqueológica das Carvalheiras, em que se localiza a cunhagem entre estas duas casas em 41,26% dos 206 objetos cuja origem foi possível ser identificada. Estas proporções, em que se evidencia o alto número de moedas originárias destas cecas, também foram identificadas em ocultamentos nos territórios da região sul do *conuentus bracaraugustanus*, delimitado pelos rios Douro, Ave e Tâmega, em que todos os onze tesouros tardios analisados por José Pinto (2005-2007), juntos, apresentam 42,06% das casas de cunhagem representadas *Roma* e *Arelate* (Pinto, 2005-2007: 229-290), bem como em outras regiões da península, como o tesouro de Galiana, em La Rioja, em que 62,77% dos exemplares foram cunhados em *Roma* ou *Arelate* (Rodríguez Martínez, 1992: 80), em Conímbriga, onde se reportam 24,67% de numismas provenientes destas mesmas cidades (Pereira *et al.*, 1974: 250), ou Balboa que, apesar das especificidades identificadas nesta cidade, apresenta 37,52% de seu numerário cunhado nas referidas cecas (García-Figuerola Paniagua, 1996: 240).

Após a conquista do noroeste, *Augustus* reestruturou o território de forma a assegurar o controlo e facilitar a sua administração através da criação de *conuentus iuridici*, da centuriação das terras para a exploração agrícola e da construção de uma rede viária que permitisse a ligação dos núcleos urbanos entre si e a comunicação com Roma (Ando, 2013: 183; Martins e Carvalho, 2016: 239-243). Esta rede viária, o *cursus publicus*, garantia o correio oficial e o serviço de transportes imperial, o qual incluía o aprovisionamento do numerário necessário ao pagamento de salários e a recolha das taxas e dos impostos (Ando, 2013: 188). Acreditamos que a alta presença de moedas provenientes das casas de cunhagem de *Roma* e *Arelate* nos tesouros baixo-imperiais documenta, no século IV e inícios do V, a permanência dessa rede de integração de *Bracara Augusta* e da península no Império, sendo o aprovisionamento monetário sustentado por *Roma* e *Arelate* (García-Figuerola Paniagua, 1996: 264; Blázquez Cerrato, 2005a: 243), como foi identificado para a cidade do século III, por Luís Amaral, que inclui *Bracara Augusta* na zona de influência itálica de aprovisionamento monetário (Amaral, 2007: 75). Este plano esteve baseado nas facilidades comunicativas em meio terrestre entre a Itália, a Gália e a Hispânia, situação privilegiada pela *Via Iulia Augusta*, entre *Roma* e *Arelate* e a *Via*

Domitia, entre esta e a península. A distribuição do numerário no Baixo-império pelos *conuentus* hispânicos seria realizada, como ocorreu no período republicano e alto-imperial (Blázquez Cerrato, 2005: 85-90), a partir das diversas estradas que interligavam internamente as províncias peninsulares, das quais destacamos a Via do Norte e a Via da Prata, que articulavam a *Gallaecia* com a *Lusitannia*, a *Baetica*, a *Tarraconensis* e a *Carthaginensis*.

No que toca ao aprovisionamento de numerário para o noroeste da península, o *conuentus bracaraugustanus* parece ter tido uma situação de privilégio em comparação com os demais *conuentus* da região (*asturicum* e *lucensis*) durante o Alto-império, com proporções de 4:2:1, respetivamente (Centeno, 1987). Certamente estes quadros foram ampliados nos finais do século III e ao longo do século IV com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da província da *Gallaecia*, situação que alargou o número de funcionários públicos ligados à administração provincial. De facto, o aprovisionamento da cidade durante este período, ainda que com períodos de aceleração e estagnação, parece ter sido algo regular, sobretudo no período entre o ano de 330 e 370.

Longe de ser definitiva, a dissertação que aqui se apresenta parece-nos constituir um modesto contributo aos estudos que visem o aprofundamento da investigação acerca da circulação monetária e da economia bracaraugustana no período baixo-imperial. De facto, a capital da província da *Gallaecia* foi, no século IV, uma cidade onde as atividades construtiva e comercial, bem como a produção artesanal, estimulavam a economia urbana, animada pela presença de distintas elites relacionadas à administração provincial que conformavam uma sociedade muito mais competitiva do que aquela que pode ser verificada para o século III. No que toca aos padrões de circulação monetária, os tesouros estudados demonstram um abastecimento regular da cidade em numerário destinado a suprir as necessidades determinadas quer pelo pagamento de cargos, funções, bens e serviços, quer pelas trocas comerciais de grande escala em que a cidade esteve envolvida, atividades indispensáveis ao controlo administrativo de uma província.

Bibliografia

- Amaral, L. (2007). As moedas das Carvalheiras. Contributo para o estudo da circulação monetária em *Bracara Augusta, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 3. Braga, UAUM/Narq.
- Ando, C. (2006). The Administration of the Provinces, Potter, D. (ed.), *A Companion to the Roman Empire*, Oxford, Blackwell Publishing Ltd., pp. 177-192.
- Bernardes, P., Botica, N., Magalhães, F., Martins, M. (2015). Uma plataforma de representação e divulgação da história urbana de Braga, *Férvedes*, n.º 8, pp. 159-168.
- Blázquez Cerrato, C. (2005). La moneda antigua en torno a la Vía de la Plata, *Anas*, 18, Mérida, pp. 65-102.
- Blázquez Cerrato, C. (2005a). Vías de comunicación y circulación monetaria en la Meseta Norte y el Noroeste, in *Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana, III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón*, BAR International Series 1371, Oxford, pp. 235-244.
- Bowman, A e Wilson, A. (2009). Quantifying the Roman Economy: Integration, Growth, Decline?, in Bowman, A e Wilson, A. (eds.), *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*, Oxford, Oxford University Press, pp. 3-84.
- Braga, C. (2015). Entre a vida e amorte: rituais funerários e espaços sepulcrais em *Bracara Augusta*, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, Vitória, GM Editora, pp. 67-81.
- Bruun, P. (1966). *The Roman Imperial Coinage, v. 7 – Constantinus to Licinius, 313-337 d.C.*, Londres.
- Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*, Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, U.M., Braga, 1 vol.
- Centeno, R. (1979). Algumas moedas do tesouro de Paredes do Alvão (Conc. de Vila Pouca de Aguiar), in *Nummus*, 2ª série, v. 2, Porto, pp. 87-91.
- Centeno, R. (1981/1982). A circulação dos *Divo Cláudio* na Península Ibérica: notas sobre um tesouro do concelho de Amarante, *Portugália*, II/III, Porto, pp. 121-129.

- Centeno, R. (1987). Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192 (*Dissertação de doutoramento em Pré-História e Arqueologia*, Faculdade de Letras, Universidade do Porto), Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática.
- Crawford, M. (1974). *Roman Republican Coinage*, Londres, Cambridge University Press.
- Cruz, M. (2009). *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Delgado, M. (1985). Marcas de Oficinas de Sigillatas encontradas em Braga II, *Cadernos de Arqueologia*, 2, série II, pp. 9-40.
- Delgado, M., Dias, L., Lemos, F., Pascoal, A. (1984). Intervenções na área urbana de Bracara Augusta (1983), *Cadernos de Arqueologia*, 1, série II, Braga, pp. 95-106.
- Delgado, M., Martins, M., Lemos, F. (1989). Dossier – Salvamento de Bracara Augusta, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-41.
- Fontes, L., Lemos, F., Cruz, M. (1997-98) “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, pp. 137-164.
- Fontes, L. e Andrade, F. (2010). *Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas. Relatório Final*, TAUUM, 8, UAUM: Braga
- Fontes, L., Alves, M., Osório, B., Guerreiro, M. (2015). *Trabalhos Arqueológicos no povoado das Batocas. Relatório 2013-2014*, TAUUM, 55, UAUM, Braga.
- Gaia, D. (2010). Questões para o estudo da economia antiga: notas para uma discussão, *Mare Nostrum*, vol. 1. São Paulo, LEIR-MA/FFLCH-USP, pp. 84-98.
- García-Figuerola Paniagua, M. (1996). A propósito del Tesoro de Balboa del Bierzo, *Numisma*, n. 237, Madrid, pp. 225-247.
- Hingley, R. (2013). Exploitation and Assimilation: The Western Roman Empire from Augustus to Trajan, Hoyos, D. (ed.), *A Companion to Roman Imperialism*, Leiden, Brill, pp. 265-276.
- Hipólito, M. (1960-1961). Dos Tesouros de Moedas Romanas em Portugal, in *Conimbriga*, II-III, Coimbra, pp. 1-166.

- Kent, J. (1981). *The Roman Imperial Coinage, v. 8 – The Family of Constantine I, 337-364 d.C.*, Londres.
- Kent, J. (1994). *The Roman Imperial Coinage, v.10 – The Divided Empire and the Fall of the Western Parts, 395-491 d.C.*, Londres.
- Leite, J., Lemos, F., Cunha, A. (2008). *Trabalhos arqueológicos em Bracara Augusta. Logradouro e edifício n.º 183-185 da rua Frei Caetano Brandão 1998/2001 e edifício 20/26 da rua Santo António das Travessas 2001/2002. Relatório final*, UAUM, Braga (relatório policopiado).
- Lo Cascio, E. (2009). Urbanization as a Proxy of Demographic and Economic Growth, in in Bowman, A e Wilson, A. (eds.), *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*, Oxford, Oxford University Press, pp. 87-106.
- Madsen, J. (2013). The provincialism of Rome, Hoyos, D. (ed.), *A Companion to Roman Imperialism*, Leiden, Brill, pp. 305-318.
- Magalhães, F. (2010). *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*, Tese de mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga.
- Magalhães, F. (2013). *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta, Interconexões*, Braga, pp. 13-28.
- Magalhães, F. (2016). Os espaços e as construções em *Bracara Augusta*. Instrumentos para o estudo do quotidiano no noroeste peninsular, *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, Vol. 24, pp.121-135. DOI: 10.15581/012.24.0010
- Magalhães, F., Ribeiro, J. e Martins, M. (2015). Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na *domus* das Carvalheiras, *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 6, Vitória, pp. 88-106.
- Mar, R. (1990). Las termas de tipo medio de Ostia y su inserción en el espacio urbano, *Italica: Cuadernos de trabajo de la Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma*, n.º 18, Espanha, pp. 31-78.
- Martínez Peñín, R. e Martins, M. (2016). Characterization of late antique and early medieval pottery production of the city of Braga and its territory, in Sabaté, F. e Brufal, J. (dirs.),

- Arqueologia Medieval. *Hàbitats Medievals, Agira col.lecció*, VIII, Lleida, Pagès editors, pp. 53-67.
- Martins, C. (2010). Aspectos económicos, sociais e políticos no alto Trás-os-Montes ocidental, In Martins, C. (coord.), *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, Ed. CITCEM, Porto, pp. 5-15.
- Martins, C. (2010). A mineração em época romana, In Martins, C. (coord.), *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, Ed. CITCEM, Porto, pp. 107-120.
- Martins, M. (1992). As vilas do norte de Portugal, *Revista de Guimarães*, vol. 102, pp. 387-410.
- Martins, M. (1997-98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 14/15, série II, Braga, pp. 23-45.
- Martins, M. (2009). *Bracara Augusta*. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in Dopico Caínzos, M., Villanueva Acuña, M., Rodríguez Alvarez, M. (eds.), *Do Castro à Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, pp. 181-211.
- Martins, M. (2014). Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto, vol. XIII, pp. 165-175.
- Martins, M. (2015). Entre o ócio e a sociabilidade: o papel das termas públicas na vida social de *Bracara Augusta*, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, Vitória, GM Editora, pp. 67-81.
- Martins, M., Ribeiro, R., Magalhães, F. (2006). A arqueologia em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*, *Forum*, 40. Braga, pp. 9-30.
- Martins, M. e Fontes, L. (2010). *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana, in Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (*capita prouinciarum*) et la création d'un espace comum européen. Une approche archéologique, Bulletin de la Société archéologique champenoise, *Mémoire*, 19, Reims, pp. 111-124.

- Martins, M. e Mar, R. (2012). A cidade romana e a sua população. Problemáticas de análise, in *Atas do I Congresso Internacional As Cidades na História: População*, Guimarães, pp. 115-141.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C. (2012). Urbanismo e Arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer, in Ribeiro, M. e Melo, A. (coords.), *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*, Ed. CITCEM, Braga, pp. 29-67.
- Martins, M, Fontes, L, Cunha, A. (2013). Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, In *Arqueologia em Portugal*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 81-87.
- Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J., Magalhães, F. (2013a). A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*, in Melo, A. e Ribeiro, M. (coord.) *História da Construção*. Arquiteturas e técnicas Construtivas, CITCEM/LAMOP, Braga, pp. 41-76.
- Martins, M. e Silva, J. (2015). Evolução e análise funcional de uma *domus* romana. A unidade habitacional da zona arqueológica das “antigas Cavalariças” de Braga, in Martínez Peñin, R. e Cavero Domínguez, G (coords.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Atas de congresso, pp. 425-442.
- Martins M., Ribeiro J., Magalhães F., Martínez Peñin, R. (2015). Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater, in Martínez Peñin, R (org.) Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries, *Espai/temps*, 67, Lleida/Braga, pp. 11-28.
- Martins M., Mar R., Ribeiro J., Magalhães F., Martínez Peñin, R. (2015a). O teatro romano de *Bracara Augusta* e o processo de urbanização do NO peninsular, in *Atas do Congresso Internacional de Arqueología de Villalba*, Villalba, pp. 321-330.
- Martins, M. e Carvalho, H. (2016). As transformações do território: *Bracara Augusta* e o seu cadastro, in *Revista de Historiografía*, 25, Madrid, pp. 219-243.
- Martins, M., Magalhães, F., Ribeiro, J., Martínez Peñin, R. (2016). *Trabalhos arqueológicos em Bracara Augusta. Teatro Romano de Bracara Augusta 2015, Relatório de progresso*, UAUM, Braga (Relatório policopiado).

- Martins, M., Fontes, L., Magalhães, F., Ribeiro, J., Braga, C., Martínez Peñin, R., Silva, J. (2016a). *Trabalhos arqueológicos de Sondagens Preliminares. Projeto de Reabilitação do Claustro e da Domus Romana no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo (Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo e Museu Pio XII/ Braga). Relatório final*, UAUM, Braga (Relatório policopiado).
- Martins, M., Magalhães, F., Martínez Peñin, R., Ribeiro, J. (2016b). The housing evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueologia Medieval*, VIII, Lérida, pp. 35-52.
- Mattingly, H. e Sydenham, E. (1926). *The Roman Imperial Coinage, v. 2 – Vespasianus to Hadrianus*. Londres.
- Mattingly, H. e Sydenham, E. (1930). *The Roman Imperial Coinage, v. 3 – Antoninus Pius to Commodus, 138-192 d.C.*, Londres.
- Mattingly, H., Sydenham, E., Sutherland, C. (1930). *The Roman Imperial Coinage, v. 4b – Macrinus to Pupienus, 217-238 d.C.*, Londres.
- Mattingly, H. e Sydenham, E. (1936). *The Roman Imperial Coinage, v. 4a – Pertinax-Geta VII to Caracalla, 193-217 d.C.*, Londres.
- Mattingly, H., Sydenham, E., Sutherland, C. (1949). *The Roman Imperial Coinage, v. 4c – Gordianus III to Uranius Antoninus, 238-253 d.C.*, Londres.
- Meadows, A. e Williams, J. (2006). Coinage, in Bispham, E., Harrison, T., Sparkes, B. (eds.), *The Endinburgh Companion To Ancient Greece and Roman*. Endinburgh-UK, Endinburgh University Press, pp.173-182.
- Mendes, D. (2015). Um modelo de análise da circulação monetária em *Bracara Augusta*, in: Martínez Peñin, R. e Cavero Domínguez, G. (coords.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica*, Atas de congresso, León, Instituto de Estudios Medievales da Universidad de León e Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, pp. 219-238.
- Morais, R. (1997-98). Importações de cerâmicas finas de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 14/15, série II, Braga, pp. 175-182.

- Morais, R. (1997-98a). Sobre a hegemonia do vinho e a escassez do azeite, *Cadernos de Arqueologia*, N.º. 14/15, série II, Braga, pp. 47-135.
- Morais, R. (2004). *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*, Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Morais, R. (2005). Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial, *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 2. Braga, UAUM / Narq.
- Nony, D. (1967). Un trésor monétaire du Bas-Empire à Tarifa (Cádiz), in *Mélanges de la Casa de Velázquez*, v 3, n.º 1, Madrid, pp. 93-144.
- Pearce, J. (1981). *The Roman Imperial Coinage, v. 9 – Valentinianus I to Theodosius I*. Londres.
- Pereira, I., Bost, J-P. e Hiernard, J. (1974). *Fouilles de Conimbriga, III, Les Monnaies*. Paris, Diffusion E. de Boccard.
- Pinto, J. (2005-2007). Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega, in *Nummus*, 2ª série, XXXVIII/XXX, Porto, pp. 7-299.
- Prodomídís, P-I. (2006). Another View on an Old Inflation: Environment and Policies in the Roman Empire up to Diocletian's Price Edict, *Centre of Planning and Economic Research n. 85*, Atenas.
- Ribeiro, M. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem*, Anexos e Apêndices, Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Ribeiro, J. (2013). Arquitectura romana em *Bracara Augusta*. Uma análise das técnicas edilícias, *Colecção Teses Universitárias*, n.º 5. Porto, CITCEM.
- Ribeiro, J. (2015). Cerâmica e mudança social em *Bracara Augusta*. uma análise da evolução das produções e dos produtos desde a fundação da cidade à antiguidade tardia, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (orgs.), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*. Vitória, GM Editora, pp. 67-81.

- Ribeiro, J., Magalhães, F. e Martins, M. (2015). Meios, técnicas e custos de construção em *Bracara Augusta* no século II. O balneário das Carvalheiras, *Férvedes*, n. 8, Vilalba, pp. 331-339.
- Rodríguez Martínez, P. (1992). Aproximación a la economía de fines del siglo IV y principios del siglo V en La Rioja: el tesorillo de Galiana, *Historia*, 11, Logroño: Instituto de Estudios Riojanos.
- Sutherland, C. (1923). *The Roman Imperial Coinage, vol. 1 – 31 a.C. 69 d.C.*, Londres.
- Sutherland, C. (1967). *The Roman Imperial Coinage, vol. 6 – Diocletianus to Maximinus*, Londres.
- Vasconcelos, J. (1918). Coisas Velhas: 96 - Braga romana, *O Archeologo Português*, n.º. 23, Lisboa, pp. 356-360.
- Walker, R. (1980). Benzotriazole a Corrosion Inhibitor for Antiques. Some practical surface chemistry, *Journal of Chemical Education*, vol. 57, n.º 11, pp. 789-791.
- Watkinson, D. (2010). Preservation of Metallic Cultural Heritage, in Cottis, R. A. (ed.) *Shreir's Corrosion*, vol. 4, Londres, Elsevier B.V., pp. 3307-3340.
- Webb, P. (1927). *The Roman Imperial Coinage, vol. 5a – Valerianus I to Florianus, 235-276 d.C.*, Londres.
- Webb, P. (1933). *The Roman Imperial Coinage, vol. 5b – Marcus Aurelius Probus to Maximianus, 294-313 d.C.*, Londres.
- Zabaleta Estevéz, M. (1999). Breve síntese sobre os estudos das moedas de *Bracara Augusta* – as moedas das termas do Alto da Cividade, *Forum*, 26, Braga, pp. 80-85.